

PUCRS

ESCOLA DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

FELIPE ROCHA DE CARVALHO

**“EM NOME DA PAZ, DEMOCRACIA E LIBERDADE PARA TODOS”: A
INFLUÊNCIA DO DISCURSO NOS PROCESSOS DE TRANSIÇÃO POLÍTICA
NO BRASIL E NA ÁFRICA DO SUL**

Porto Alegre
2020

PÓS-GRADUAÇÃO - *STRICTO SENSU*



Pontifícia Universidade Católica
do Rio Grande do Sul

FELIPE ROCHA DE CARVALHO

**“EM NOME DA PAZ, DEMOCRACIA E LIBERDADE PARA TODOS”:
INFLUÊNCIA DO DISCURSO NOS PROCESSOS DE TRANSIÇÃO POLÍTICA NO
BRASIL E NA ÁFRICA DO SUL**

Dissertação apresentada como requisito para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS.

Orientador: Prof. Dr. Augusto Neftali Corte de Oliveira

Porto Alegre

2020

Ficha Catalográfica

C331e Carvalho, Felipe Rocha de

"Em nome da paz, democracia e liberdade para todos" : a influência do discurso nos processos de transição política no Brasil e na África do Sul / Felipe Rocha de Carvalho . – 2020.

110 f.

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, PUCRS.

Orientador: Prof. Dr. Augusto Neftali Corte de Oliveira.

1. Transições políticas. 2. Brasil. 3. África do Sul. 4. Análise de discurso. I. Oliveira, Augusto Neftali Corte de. II. Título.

AGRADECIMENTOS

À minha família, pelo amor e pelo apoio de sempre, apesar dos cinco estados de distância que nos separam. Obrigado por me incentivarem todo o tempo e por não terem questionado minha decisão pelo futuro incerto de uma pós-graduação em Ciências Sociais.

Aos professores e professoras do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da PUCRS, pelo saber transmitido e por terem possibilitado meu contato com áreas do conhecimento anteriormente desconhecidas. Agradeço, especialmente, ao meu orientador, pela disposição em ajudar desde a primeira reunião, por ter considerado ideias que, à primeira vista, pareciam não fazer sentido, pelos cafés e pelos almoços.

Aos meus amigos e amigas, que dividiram comigo os últimos dois anos e que compreenderam que “como vai a dissertação?” não é a pergunta que um mestrando mais gosta de ouvir. Agradeço, em especial, à Germana, por ter sido a melhor companhia desde o primeiro dia de aulas.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Que, nos próximos anos, as Ciências Sociais possam ser mais valorizadas por sua contribuição indiscutível para a ciência brasileira.

The cost of liberty is less than the price of repression.

W. E. B. Du Bois

RESUMO

Transições para a democracia têm sido estudadas por cientistas políticos há mais de quatro décadas. Tais estudos tiveram seu auge nos anos 1980 e 1990 e possuíam enfoque em variáveis como conjuntura econômica, cenário internacional e qualidade das lideranças. O presente trabalho parte da proposta de considerar uma nova variável na análise das transições para a democracia ocorridas no Brasil e na África do Sul: os discursos proferidos pelos presidentes e principais membros da oposição. Nesse sentido, os discursos não são tidos apenas como atos de fala, mas como ações políticas para a construção de uma realidade. No caso brasileiro, são analisados discursos do Presidente Figueiredo entre os anos de 1979 e 1984, bem como dos parlamentares Ulysses Guimarães e Tancredo Neves. No caso sul-africano, são analisados discursos do Presidente De Klerk entre 1989 e 1994, bem como do ativista Nelson Mandela. Como ferramentas de análise, são utilizados os conceitos propostos por uma abordagem sociocognitiva de análise de discursos, assim como as noções de ideologias enquanto instrumentos de distorção e legitimação. Finalmente, é realizada uma comparação no intuito de verificar aspectos que aproximam e distanciam os dois casos no que diz respeito à utilização do discurso para a garantia de interesses dos grupos envolvidos.

Palavras-chave: Transições políticas. Brasil. África do Sul. Análise de discurso.

ABSTRACT

Transitions to democracy have been studied by political scientists for more than four decades. Such studies had their peak in the 1980s and 1990s and focused on variables such as the economic situation, the international scenario and the quality of leadership. This dissertation starts from the proposal to consider a new variable in the analysis of the transitions to democracy that occurred in Brazil and in South Africa: the speeches given by the presidents and main members of the opposition. In this sense, the speeches are not only seen as speech acts, but as political actions for the construction of a reality. In the Brazilian case, speeches given by President Figueiredo between 1979 and 1984 are analyzed, as well as by parliamentarians Ulysses Guimarães and Tancredo Neves. In the South African case, speeches given by President De Klerk between 1989 and 1994, as well as by activist Nelson Mandela, are analyzed. As analysis tools, the concepts proposed by a socio-cognitive discourse analysis approach are used, as well as the notions of ideologies as instruments of distortion and legitimation. Finally, a comparison is made in order to verify features that approximate and distance the two cases with regard to the use of discourse as a guarantee of the interests of the groups involved.

Keywords: Transitions to democracy. Brazil. South Africa. Discourse analysis.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
1.1 Conceitos metodológicos	10
1.2 O conceito de “ideologia” e sua utilização na interpretação discursiva	12
2 ESTUDOS SOBRE TRANSIÇÕES: UM BREVE HISTÓRICO	16
2.1 Estudos sobre transições na América Latina	22
2.2 O caso brasileiro	27
2.3 Formação do Estado e transições políticas na África	31
2.4 Transição política na África do Sul	35
2.5 O jogo das forças políticas na abertura democrática	39
2.6 Conclusões	43
3 DIFERENTES PROJETOS: REGIME E OPOSIÇÃO NA TRANSIÇÃO PARA A DEMOCRACIA NO BRASIL	45
3.1 Governo Figueiredo (1979-1985): o discurso pela defesa da “democracia”	48
3.2 Oposição na Câmara dos Deputados e no Senado Federal: a reivindicação de eleições diretas	59
3.3 Conclusões	67
4 A TRANSIÇÃO PARA O FIM DO APARTHEID: CONCILIAÇÃO E CONCESSÕES	69
4.1 Governo De Klerk (1989-1994): a conciliação enquanto via para a transição política	73
4.2 O CNA e o processo de negociação	86
4.3 Conclusões do capítulo	94
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	96
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	104

1 INTRODUÇÃO

A segunda metade da década de 1980 foi marcada por uma série de transformações de ordem política em diversas regiões do mundo. Na América Latina, observaram-se o fim de ditaduras militares e os primeiros esforços para a construção de governos civis. Concomitantemente, os anos finais da Guerra Fria foram acompanhados de mudanças nas dinâmicas de poder, não apenas nos centros do sistema bipolar, mas também em regimes situados em sua periferia. Nesse contexto, tanto o Brasil, no primeiro caso, quanto a África do Sul, no segundo, se apresentam como países cujos sistemas políticos passaram por transições no período em questão.

Nesse sentido, a contemporaneidade entre os processos de transição nos dois países dá margem para a verificação e a análise de aspectos similares e distintos. No Brasil, como aponta Miguel (2017), o fim da ditadura foi caracterizado pela reivindicação de pautas como o retorno das liberdades civis, eleições diretas e pela anistia. Na África do Sul, por outro lado, a desintegração do regime segregacionista do *apartheid* simbolizou a inclusão, pela primeira vez, da maior parte da população na ampla gama de direitos civis garantidos constitucionalmente.

A proposta do presente trabalho parte do seguinte problema de pesquisa: de que forma as lideranças envolvidas nas transições para a democracia no Brasil e na África do Sul buscaram estabelecer limites e orientar os processos de mudança política por meio de elementos discursivos? Nesse contexto, microvariáveis como lideranças, movimentos de oposição e os próprios discursos serão utilizadas na identificação de pautas de cunho político, econômico e social dos processos de transição, bem como da tentativa de construção de uma retórica para a manutenção do *status quo* no período pós-autoritário e de preservação política. Em termos temporais, no caso brasileiro, serão considerados discursos realizados no período de 1979 a 1984, enquanto no caso sul-africano, de 1989 a 1994.

A pesquisa encontra sua justificativa na necessidade de compreensão da influência dos processos de mudança política ocorridos nas últimas décadas na alteração ou permanência de aspectos referentes ao acesso à democracia. Nesse contexto, as transições ocorridas no final dos regimes autoritários no Brasil e na África do Sul representam um campo de análise propício para verificar a utilização de discursos enquanto ferramenta de ação nos períodos de transição para a democracia.

Embora haja uma vasta literatura acerca de transições políticas – em especial na América Latina –, existem poucos trabalhos que versam sobre um caráter não apenas jurídico e de direitos civis destes processos. Este trabalho, por sua vez, coloca os discursos como objetos de análise a serem somados às variáveis já consideradas em estudos sobre transições. Ademais, uma análise comparada entre Brasil e África do Sul se mostra relevante tendo em vista que, além da proximidade histórica dos processos de transição, houve uma intensificação dos laços de cooperação sul-sul entre os dois países durante os anos 2000, os quais culminaram em iniciativas como o Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul (IBAS) e o grupo BRICS.

É forçoso reconhecer que, apesar de ambos os países terem passado por longos períodos sob regimes autoritários, há alguns limites para a comparação entre uma ditadura militar e um regime de segregação racial. Enquanto a ditadura brasileira foi instaurada devido à conjunção de uma série de fatores de ordem nacional e internacional, o *apartheid* era o resultado de um processo histórico de marginalização e subjugação da população negra na África do Sul, sendo produto direto do passado colonial. Ainda assim, uma análise comparativa entre os casos em questão deve identificar os aspectos em comum e buscar compreender os fenômenos por meio das diferenças entre eles.

Para a condução do estudo, serão verificadas algumas questões acessórias no intuito de melhor delimitar o problema de pesquisa. Dentre elas, pode-se destacar a identificação das especificidades dos processos de transição política no Brasil e na África do Sul e como elas se relacionam com o estado da arte no que diz respeito ao estudo sobre transições, o que será realizado ao longo do primeiro capítulo do trabalho por meio de uma revisão estruturada das principais pesquisas acerca de transições sobre democracia nas duas regiões.

A hipótese da pesquisa parte do argumento de que, apesar de os países sob análise terem adotado modelos distintos de transição para a democracia, há uma semelhança no que se refere aos esforços das lideranças dos regimes em priorizar pautas que garantissem a manutenção de seu status político. Sendo assim, houve resistência, em ambos os casos, em atender demandas mais latentes por parte da oposição, o que poderia representar uma perda do controle do processo de transição política.

Nesse sentido, o objetivo geral do trabalho consiste em contribuir para a discussão acerca dos processos de transição política por meio da análise de como atores políticos envolvidos nas transições ocorridas no Brasil e na África do Sul procuraram modular seus

interesses através de discursos. Os objetivos específicos, por sua vez, dividem-se em três partes: realizar uma revisão da literatura concernente a transições para a democracia, no intuito de discutir o que já foi produzido sobre o tema e estabelecer um arcabouço conceitual adequado para os países sob análise; analisar discursos proferidos durante o período de transição – no Brasil, pelo Presidente Figueiredo, por Ulysses Guimarães e por Tancredo Neves e, na África do Sul, pelo Presidente De Klerk e por Nelson Mandela – e buscar identificar elementos ideológicos que pautaram seus pronunciamentos; e comparar as transições levadas a cabo nos dois países, considerando tanto os discursos analisados quanto a literatura sobre transições políticas.

1.1 Conceitos metodológicos

Para a realização da pesquisa, será utilizado como fio condutor o método comparativo. Dentre as razões que motivaram a escolha desta metodologia, está a possibilidade de maior controle das hipóteses de trabalho, visto que o tema não poderia ser submetido a um estudo de caráter experimental. Segundo Sartori (2002), a comparação deve ser utilizada para a identificação de generalizações ou regularidades aplicáveis a mais de um caso. Sendo assim, o método comparativo consiste em uma especialização do método científico-empírico.

Nesse sentido, além da vantagem de proporcionar um controle mais rigoroso das hipóteses, o método em questão também possibilita a formulação de teorias explicativas por meio dos dados obtidos. São elaboradas “leis de tendência”, as quais, ao contrário do que se observa nas ciências exatas, não são descartadas caso haja uma exceção à regra. De acordo com Morlino (2002), nesse processo, é válido que o pesquisador formule uma estrutura teórica ou um conjunto de hipóteses baseadas em estudos conduzidos anteriormente.

Outro aspecto a ser ressaltado é que o método comparativo possibilita a realização de estudos com um número pequeno de casos. Nessas situações, é comum que o número de variáveis trabalhadas seja elevado. Collier (2002) argumenta que o viés macropolítico das pesquisas comparadas – que pode ser acompanhado de uma raridade de ocorrência – é melhor interpretado por meio da análise de um número reduzido de objetos. Além disso, fatores como o sucesso das análises histórico-comparativas e a disseminação dos estudos de área podem ter contribuído para a popularização desse tipo de pesquisa.

No que diz respeito à escolha dos casos a serem comparados, Sartori (2002) afirma que as comparações mais interessantes são realizadas entre entidades que possuem atributos em parte compartilhados – por conseguinte, comparáveis – e em parte não compartilhados e não comparáveis. Isto parte da ideia de que é impossível saber até que ponto um determinado fator possui o efeito pensado em apenas um país sem a análise do mesmo fator em diferentes países. Sendo assim, à medida que metodologias como o estudo de caso privilegiam a compreensão por meio da individualização, a investigação comparativa recorre à inclusividade por meio de proposições generalizantes.

Em relação aos estudos comparados sobre transições políticas, Marques (2010) aponta que as primeiras investigações foram conduzidas por meio da análise de macrovariáveis de caráter social, econômico e cultural. Este viés começou a ser alterado na década de 1980, quando o início de transições pactuadas demandou a inclusão de microvariáveis políticas nas análises. Assim, aspectos como os recursos dos atores e a qualidade das lideranças passaram a ser considerados pelos analistas.

Para Arturi (2001), essa mudança também serviu para demonstrar a importância da verificação das macrovariáveis durante a condução de análises comparadas sobre transições. Mais especificamente no caso brasileiro, fatores como a crise econômica e a continuidade de instituições do período pré-autoritário influenciaram diretamente o processo de tomada de decisão das elites que estavam no poder e que lideraram o procedimento de transição. Dessa forma, se tornou vigente a visão de que ambas as macro e microvariáveis devem ser consideradas em pesquisas desse tipo.

Nesse sentido, a realização deste trabalho parte – além da revisão teórica sobre os estudos de transições – da definição de variáveis a serem comparadas nos processos de transição política ocorridos no Brasil e na África do Sul. Dentre as microvariáveis a serem comparadas, estão o papel das lideranças dos regimes nos processos, a função e a pressão exercidas pelas forças de oposição, ao passo que as macrovariáveis incluem a conjuntura econômica dos países e o contexto internacional no período em que foram realizadas as transições. Além disso, como contribuição específica da pesquisa, tem-se relação entre os discursos a serem estudados e aspectos ideológicos ali embutidos.

Para tanto, é utilizada uma abordagem sociocognitiva de análise no intuito de compreender como ideologias são utilizadas e reproduzidas em situações de comunicação. Por

exemplo, uma teoria geral da ideologia e de sua reprodução por meio do discurso permite o estudo de ideologias de resistência, como feminismo e antirracismo. As noções de ideologia trazidas por Van Dijk (2013) e Ricoeur (2017) são discutidas na próxima seção.

O segundo e o terceiro capítulos do trabalho são dedicados, respectivamente, à análise de discursos proferidos pelos presidentes Figueiredo, no Brasil, e De Klerk, na África do Sul, durante os períodos de transição para a democracia em seus respectivos países. Tem-se, além do objetivo de compreensão de como o controle dos processos de transição era influenciado por elementos discursivos, o intuito de identificar aspectos de cunho ideológicos em tais discursos – principalmente no que se refere ao modo como deveriam ser conduzidas a transição e a implementação do governo seguinte.

Os capítulos também trazem a discussão sobre discursos realizados pelas principais lideranças de oposição à época das transições políticas. No Brasil, tem-se as figuras de Ulysses Guimarães e Tancredo Neves, no âmbito da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Na África do Sul, destaca-se, especialmente no início da década de 1990, a figura de Nelson Mandela. Além da identificação de elementos ideológicos, de modo semelhante ao realizado com os discursos presidenciais, pretende-se diferenciar os projetos de democracia em relação àqueles dos atores políticos do regime.

1.2 O conceito de “ideologia” e sua utilização na interpretação discursiva

O exercício de conceituação do termo “ideologia” consiste em um desafio para cientistas sociais e seus diferentes resultados não possuem uma aceitação unânime. Algumas das definições mais comumente utilizadas são a de um conjunto de normas e valores compartilhados por um grupo de indivíduos, bem como a de um agregado de princípios que serve de base para as ações das pessoas tanto na esfera pessoal quanto na esfera pública. Desse modo, de acordo com a última visão, ideologias podem assumir a forma de religiões ou pautas políticas.

Em seu livro *A ideologia e a utopia*, Paul Ricoeur sintetiza diferentes abordagens de ideologia, as quais variam de acordo com o autor cujas obras baseiam seu significado e o contexto histórico no qual estavam inseridas. Embora não elabore uma teoria da ideologia, Marx é utilizado na discussão a respeito de seu uso enquanto ferramenta de distorção, conceito que será aplicado durante a análise dos discursos. Esta ideia é baseada na noção de que o

conceito de ideologia foi introduzido por aquele da divisão do trabalho, visto que ela representa a separação do trabalho de tipo material em relação àquele de tipo intelectual (RICOEUR, 2017). Este pensamento pode ser ilustrado por meio do seguinte trecho da obra *A ideologia alemã*, de Karl Marx e Friedrich Engels:

Exigir uma tal transformação da consciência significa interpretar diferentemente aquilo que existe, isto é, aceitá-lo com uma interpretação diferente. [...] Nenhum destes filósofos se lembrou de perguntar qual seria a relação entre a filosofia alemã e a realidade alemã, a relação entre a sua crítica e o seu próprio meio material (MARX; ENGELS, 1932, s.p.).

Nesse sentido, segundo uma visão marxista do assunto, existiria uma divisão entre aquilo que é real, isto é, que possui uma base concreta, e aquilo que se encontra no plano das ideias. Ainda que uma classe fosse destituída do poder, por exemplo, não necessariamente as ideias defendidas por ela deixariam automaticamente de ser a norma. Tendo em vista que, para chegar à posição de classe dominante, um grupo deve expor seus interesses como sendo comuns à toda a sociedade, é comum que a realidade seja distorcida de modo a privilegiar quem verdadeiramente é beneficiado por meio da manutenção destes interesses.

Uma interpretação weberiana da ideologia, por outro lado, concentra seu foco no conceito de legitimidade, que também será considerado ao longo da análise dos discursos. Sendo assim, pode-se afirmar que é dada prioridade a um modelo motivacional em detrimento da perspectiva mecanicista defendida por Marx. Isto, por sua vez, está diretamente relacionado à concepção de atividade enquanto uma ação que só possui sentido quando direcionada a outros sujeitos, aspecto que constitui a base do próprio modelo de Weber (RICOEUR, 2017).

Conforme ensina a experiência, nenhuma dominação contenta-se voluntariamente com motivos puramente materiais ou afetivos ou racionais referentes a valores, como possibilidades de sua persistência. Todas procuram despertar e cultivar a crença em sua “legitimidade”. Dependendo da natureza da legitimidade pretendida diferem o tipo da obediência e do quadro administrativo destinado a garanti-la, bem como o caráter do exercício da dominação (WEBER, 1999, p. 139).

Portanto, essa visão perpassa, necessariamente, a classificação das atividades sociais realizadas por Weber em termos de tipos ideais – especialmente do tipo legal. O principal papel da ideologia consistiria em legitimar certo sistema de autoridade, sendo o aparelho ideológico uma espécie de complemento da função coercitiva do Estado. Dessa maneira, segundo a interpretação de Ricoeur (2017), o tipo ideal poderia ser considerado ideológico pelo fato de utilizar a burocracia formal com o fim de mascarar o real funcionamento do poder.

Embora a análise de discurso seja uma ferramenta comum em estudos políticos, são mais raros os casos onde existe uma combinação entre este tipo de metodologia e uma

abordagem sociocognitiva que busque compreender como ideologias são utilizadas e reproduzidas em situações de comunicação. Van Dijk (2013) afirma que uma teoria geral da ideologia e de sua reprodução por meio do discurso também permite a investigação de ideologias de resistência em contextos não democráticos. Para fins deste trabalho, também é considerado o uso da ideologia como ferramenta de dominação e instrumentalização dos interesses de grupos dominantes.

É comum que – até mesmo no discurso acadêmico – ideologias sejam atribuídas a outros grupos: o grupo ao qual o indivíduo pertence possuiria a “verdade” ou “argumentos”, ao passo que o grupo oponente possuiria “ideologias”. Contudo, para que seja realizada uma análise específica da ideologia em um contexto discursivo, deve ser adotada uma interpretação do conceito enquanto uma forma de cognição social em conjunto com uma análise sistemática de estruturas de discurso que, geralmente, são expressas implicitamente em representações ideológicas (VAN DIJK, 1998).

Apesar de terem sido primeiramente vistas como uma espécie de “falsa consciência” e, em seguida, de um sistema de crenças, uma abordagem sociocognitiva enxerga ideologias como representações mentais compartilhadas e distribuídas por membros de coletividades sociais. Nesse sentido, merece destaque o fato de serem atribuídas a grupos específicos e não à sociedade como um todo – caso contrário, deixariam de ser consideradas ideologias. Isto também pode estar ligado à característica de estarem alicerçadas em normas e valores, o que possibilita, por exemplo, que uma mesma expressão possua diferentes interpretações de acordo com a ideologia em questão (VAN DIJK, 2013).

Cabe ressaltar, também, a importância da estrutura de uma ideologia em um contexto de análise. A presente pesquisa utiliza a composição estrutural elaborada por Van Dijk (2013) em seis categorias fundamentais, sendo elas: identidade (quem é o grupo e quem pode participar); atividades (qual é seu papel na sociedade); objetivos (quais são as metas de suas atividades); normas (quais são os valores que guiam suas atividades); relações de grupo (quem são os amigos e inimigos); e recursos (quais são os recursos materiais ou simbólicos que baseiam sua posição na sociedade).

A categorização de uma ideologia é essencial para compreender de que forma se organizam as crenças fundamentais de um grupo ideológico, bem como a imagem que possuem de si mesmos – materializada no conceito de autoimagem – e de outros grupos. Tradicionalmente, a autoimagem tende a ser positiva e, aquela de grupos contrários, negativa.

Esta é uma das razões pelas quais há uma maior polarização ideológica em tópicos nos quais o interesse de grupos sociais está em jogo. Tal polarização é, na maioria dos casos, reforçada por discursos que enfatizam as características positivas de “nós” e dão destaque aos atributos negativos de “eles”.

Nesse sentido, a operacionalização dos conceitos acima é realizada no segundo e no terceiro capítulos do trabalho para a análise de discursos dos atores políticos envolvidos nos processos de transição política dos países em questão. No Brasil, tem-se o Presidente Figueiredo enquanto representante do grupo do regime, enquanto Ulysses Guimarães e Tancredo Neves representam o grupo da oposição. Na África do Sul, o Partido Nacional era materializado na figura do Presidente De Klerk, ao passo que Nelson Mandela representava não apenas o Congresso Nacional Africano, mas a oposição ao *apartheid* como um todo.

No que diz respeito aos discursos analisados, houve diferença na seleção em cada um dos casos. No caso do Brasil, em virtude da ampla disponibilidade de acesso tanto a discursos presidenciais quanto a discursos de parlamentares, optou-se por priorizar falas que tratassem diretamente sobre o processo de transição durante o recorte temporal da pesquisa. No caso sul-africano, por outro lado, há uma maior escassez de registros dos discursos proferidos à época em questão, o que condicionou a escolha às transcrições disponíveis em forma digital. Ademais, também decidiu-se por selecionar pronunciamentos que abarcassem todos os anos da transição política.

2 ESTUDOS SOBRE TRANSIÇÕES: UM BREVE HISTÓRICO

A transitologia consiste em um campo consolidado da ciência política, em especial no que tange aos estudos sobre a América Latina e o Leste Europeu. Desde seu início, em meados da década de 1970, teóricos têm buscado construir ferramentas que possibilitem a sistematização e a análise de processos de transição política, de modo a possibilitar a aplicação dos mesmos procedimentos em diferentes contextos (VITULLO, 2001). Tal abordagem também permitiu a realização de pesquisas comparadas entre casos que, tradicionalmente, não estariam relacionados.

Badie e Hermet (1993) definem transições políticas em termos temporais. Sendo assim, tem-se o período que se estende desde a queda ou colapso de um regime político até a tomada de poder pelo regime substituto. Vitullo (2001) lembra que, no caso específico de transições para a democracia, o processo pode ser dado como concluído apenas quando as instituições do novo regime estejam funcionando de maneira regular e a nova constituição seja aceita por uma parte majoritária da população. Dessa forma, percebe-se que a duração dos processos de transição é consideravelmente variável.

As transições também podem ser vistas como situações de fluidez política, isto é, momentos de crise que afetam o conjunto das relações sociopolíticas (BANEGAS, 1993). Sendo assim, é cabível considerar tanto a dimensão conjuntural quanto a estrutural do processo, de modo a analisar a transição como um momento de crise multisetorial, que, por sua vez, gera agitações entre as relações uma vez estabelecidas entre os distintos grupos sociais. Por outro lado, devem ser levadas em conta as questões de governabilidade que se apresentam aos atores políticos, como as formas de legitimação e consolidação democrática que dependem contextualmente da fluidez política.

Nessa perspectiva, é pertinente a definição político-institucional de regime democrático trazida por Arturi (2001), a qual é baseada em três condições principais: a submissão dos atores políticos à competição pacífica pelo poder; a ausência de um poder de veto de qualquer ator político no que diz respeito à participação de outros atores ou ao resultado da competição política; e a ausência de instituições estatais independentes em relação ao poder eleito. Todavia, o próprio autor faz uma ressalva sobre as limitações do conceito, haja vista a falta de consenso acerca de uma definição estritamente institucional de um governo democrático.

As primeiras tentativas teóricas acerca da construção de democracias datam dos anos 1950, quando era estabelecida uma relação direta entre desenvolvimento econômico e

democratização. Grosescu (2012) afirma que a chamada “escola da condicionalidade econômica”, cujo principal expoente foi Seymour Lipset, utilizava um enfoque neomarxista para subordinar a consolidação democrática ao grau de modernização econômica. Para os intelectuais estadunidenses dessa corrente, o progresso econômico também deveria estar ligado ao desenvolvimento de organizações sociais e ao nível de escolaridade da população. Dahl (1971), por exemplo, estabeleceu uma ligação entre a diminuição das desigualdades socioeconômicas e o aumento da democracia.

Almond e Verba (1989), em sua obra *The Civic Culture*, buscaram estabelecer condicionalidades de cunho político-cultural para a democracia, segundo as quais haveria a necessidade de uma cultura política participativa, que harmonizaria o comportamento dos cidadãos e o jogo democrático. Dessa forma, um projeto concebido exclusivamente pelas elites não seria capaz de conduzir à democracia, uma vez que seria necessária a mobilização da sociedade civil. Contudo, como observa Grosescu (2012), essa visão encontra alguns limites de aplicação pelo fato de a cultura cívica representar, na maioria dos casos, um longo histórico de funcionamento de instituições democráticas, o que não pode ser aplicado a todos os países.

Destarte, cabe apontar o contexto no qual estudos específicos sobre transições começaram a surgir. De acordo com Nohlen e Thibaut (1994), o fim do Franquismo na Espanha em 1976 pode ser considerado como um dos propulsores das pesquisas sobre o tema, especialmente por ter servido como um modelo de referência empírica. Apesar de não haver um número elevado de similaridades históricas e políticas, o caso espanhol foi utilizado como base para reflexão acerca das possíveis vias de transição para a democracia na América Latina, mesmo antes do início dos processos de liberalização em alguns países.

Nesse contexto, teve início a chamada “terceira onda de democratização”, durante a qual diversos países começaram a realizar mudanças em direção à uma forma de governo democrática. Dentre as principais causas elencadas por Huntington (1994), estão o decréscimo da legitimidade de regimes autoritários em virtude da “exportação” de valores democráticos por parte dos Estados Unidos, a mudança de direcionamento da política externa soviética após a ascensão de Gorbachev e a expansão dos meios de comunicação internacionais. Além disso, alguns governos enfrentavam o “dilema do desempenho” por não mais poderem extrair legitimidade de uma situação econômica satisfatória.

Segundo Arturi (2001), os processos de transição política ocorridos ao longo das décadas de 1970 e 1980 se transformavam rapidamente, o que, por sua vez, alterava os enfoques

dados pelos pesquisadores. Após o começo das transições na América Latina, a prioridade foi dada a variáveis que possibilitassem análises tipicamente políticas, em especial relacionadas à qualidade das lideranças, as decisões de escolha racional e a maneira pela qual as transições eram afetadas pelas estratégias adotadas pelos atores políticos, que, muitas vezes, eram os mesmos responsáveis por fazer a análise do processo.

É necessário ressaltar que, anteriormente, era visível a prevalência de abordagens “macro-orientadas”, as quais concentravam a análise em variáveis de cunho econômico e social e sua influência nas alterações políticas. Nesse sentido, fatores como nível de industrialização e grau de desenvolvimento econômico desempenhavam um importante papel na compreensão das transições (ARTURI, 2001; MARQUES, 2010). A mudança de orientação pode ser atribuída, dentre outras razões, à falta de sustentação empírica das análises iniciais, o que evidenciava seu caráter determinista.

Vitullo (2001), por outro lado, argumenta que as chances de uma abertura para a democracia – bem como suas características futuras – derivam diretamente dos cálculos realizados pelas elites políticas e dos pactos celebrados por elas. Sendo assim, os partidos também assumem uma posição de destaque, visto que as decisões de seus líderes servem como embasamento para as análises sobre os processos de transição. Aspectos como o nível de cooperação e unidade existente entre as elites, e a diferenciação entre cada grupo são essenciais para a apreensão das dinâmicas das mudanças políticas.

Entretanto, Banegas (1993) observa que a utilização de modelos explicativos em estudos de transição política pode resultar em casos de formalização e simplificação, uma vez que existe o risco de menosprezar características específicas da história e da política do país em questão, além de superestimar o nível de racionalidade dos atores políticos. O debate entre a implementação do presidencialismo e parlamentarismo, por exemplo, ilustra o caráter normativo das pesquisas sobre transições, resultado de tentativas de “engenharia política” (ARTURI, 2001).

A definição precisa de conceitos pode, por sua vez, auxiliar no desenvolvimento das análises de transições políticas. Além do próprio conceito de transição, as noções de liberalização, democratização e consolidação também desempenham um papel central, visto que também podem ser consideradas fases do processo de mudança política. Para Marques (2010), a fase de liberalização representa a abertura parcial de um regime autoritário por meio de alterações institucionais. Tais mudanças culminam na fase de democratização, quando

ocorre a implantação de um governo de ordem civil ou pós-autoritária. Finalmente, a etapa de consolidação é alcançada após a adoção em longo prazo de normas e mecanismos democráticos.

Todavia, é necessário ressaltar que a divisão das transições em três etapas pode acarretar alguns problemas. O primeiro deles – e frequentemente o mais comum – é a dificuldade em determinar o momento preciso onde cada fase inicia e termina. Além disso, a própria definição de uma democracia consolidada pode não ser suficiente em determinados casos, tendo em vista que as condições necessárias para um regime consolidado certas vezes não foram capazes de impedir o retorno de governos autoritários. Grosescu (2012) traz exemplos como os da Romênia e da Alemanha Oriental, onde não houve uma fase de liberalização.

Em geral, estudiosos das transições políticas utilizam uma categorização que divide os processos de transição para a democracia em três tipos: transição por afastamento voluntário, transição por transação e transição por colapso (SANTOS, 2007), sendo estas as tipologias utilizadas ao longo deste trabalho. Nos casos de afastamento voluntário, as forças que detêm o poder durante o regime autoritário são responsáveis pela iniciativa e condução da mudança política. Contudo, como observa Marques (2010), a decisão de dar início às alterações ocorre pelo fato de o regime estar em um estágio avançado de deterioração.

O modelo de transição por transação, por outro lado, ocorre quando os custos da manutenção do regime autoritário se tornam mais elevados do que os custos da realização de mudanças políticas. Nesse contexto, as próprias elites políticas dão início ao processo de transição e, ao fazê-lo, buscam manter uma posição favorável no regime seguinte por meio da fixação de limites aos demais atores implicados (MARQUES, 2010). Acredita-se que regimes que passaram por períodos de crescimento econômico significativo, como no Brasil e na Espanha, são casos onde os líderes possuem mais capital político para que a passagem do poder seja negociada com a oposição e sua sobrevivência política seja garantida (ARTURI, 2001).

O terceiro e último tipo, a transição por colapso, tende a acontecer após uma série de crises internas que minam os recursos políticos dos dirigentes do regime autoritário. Marques (2010) argumenta que, nessas circunstâncias, dificilmente serão alcançadas garantias políticas na nova configuração pós-autoritária. Ao passo que as transições por transação ocorrem de maneira controlada e gradual, transições por colapso acontecem dentro de um curto espaço de tempo. Alguns dos exemplos mais citados são Portugal, em 1974, e a Argentina, em 1983.

De acordo com Vitullo (2001), os estudos sobre transições possuem tendência a trabalhar com diversos casos nacionais simultaneamente. As pesquisas sobre mais de um país

são desenvolvidas sob a forma de obras coletivas, geralmente com o intuito de averiguar como vias de democratização distintas podem conduzir a diferentes resultados ou sistemas políticos. Ademais, é comum que sejam consideradas as modalidades assumidas por cada transição como uma forma de prever as características do regime que irá emergir uma vez que o processo tenha sido concluído.

Cabem ser apontadas, todavia, algumas críticas realizadas à transitologia. Dentre as principais, está o questionamento da legitimidade de um estudo que agrega casos com características tão distintas, como as experiências da Europa, América Latina e Ásia. Para Vitullo (2001), os pesquisadores do tema tendem a adotar uma definição limitada e restrita de democracia liberal para que seja possível analisar de forma conjunta contextos políticos que, de outra forma, não seriam agrupados. Por vezes, essa prática pode culminar em um reducionismo político que desconsidera as particularidades de cada caso de mudança política.

Existem, ainda, subcategorias na área da transitologia, as quais surgiram como uma resposta à necessidade de novas abordagens para a compreensão de casos de mudança política nos moldes da Europa Oriental. Uma das principais divisões é fortemente influenciada pela ideia de *path dependence*, de Paul Pierson, e atesta que os acontecimentos ocorridos na primeira fase da transição, ainda que pequenos, podem possuir efeitos duradouros sobre todo o processo. Karl e Schmitter (1991) exemplificam que as eleições realizadas em épocas anteriores podem influenciar diretamente os resultados alcançados ao fim da transição para a democracia. Assim, da mesma maneira que eventos predecessores afetam diretamente a condução das transições, estas também são essenciais para a compreensão do desenvolvimento político na fase de consolidação.

Uma subcategoria de viés semelhante é chamada por Grosescu (2012) de “teoria do peso determinante do passado”. Essa visão passou a ser mais difundida na primeira metade da década de 1990, quando o foco das análises foi deslocado para as heranças institucionais do passado, que passaram a constituir o principal fator de influência na construção de uma democracia. Autores como Juan Linz e Alfred Stepan (1995) introduziram a ideia de que as sequências de organização política e a natureza do regime anterior conduzem as vias de transição à democracia, bem como o ritmo no qual ocorrerão as mudanças sociais. Nesse sentido, aspectos como o Estado de direito, tradições cívicas e o nível de institucionalização econômica são fortemente condicionados pelo regime precedente na fase inicial de uma transição.

Outra subdivisão existente na área da transitologia é a abordagem internacionalista. Embora a maioria das teorias sobre transições não leve em conta fatores internacionais para a análise de mudanças políticas e econômicas internas, há alguns estudos que incluem essa macro-variável para auxiliar na compreensão de tais processos (GROSESCU, 2012). Como mencionado anteriormente, Huntington (1994) desenvolveu a noção de “ondas de democratização”, que explica o acontecimento de um efeito dominó que desencadeia a evolução de diversos processos de transição simultâneos, os quais são atribuídos a influências transnacionais ou à proximidade geográfica. Como acontecimentos de impacto internacional, são citados a globalização da Declaração Universal dos Direitos Humanos e o II Conselho do Vaticano, quando as igrejas católicas nacionais passaram a fazer oposição aos regimes autoritários.

Entretanto, a falta de uma metodologia que explicita de maneira satisfatória a causalidade entre acontecimentos internacionais e nacionais é um elemento que compromete a aplicação da abordagem internacionalista em pesquisas sobre transições. Questões como quais seriam as condições necessárias para a difusão de valores democráticos ou como medir o grau de influência de eventos externos na forma ou na velocidade dos processos de transição permanecem não respondidas. Grosescu (2012) ressalta que, ainda assim, tais dificuldades não devem culminar na retirada completa de variáveis de cunho internacional das análises, uma vez que somente um esforço de coordenação entre aspectos nacionais, regionais e globais pode alcançar resultados mais completos.

Nesse sentido, Grosescu (2012) argumenta que nenhuma das correntes discutidas acima pode ser considerada suficiente para a realização de uma avaliação completa das alterações ocorridas após a queda de um regime autoritário. Ao passo que a linha do “peso determinante do passado” negligencia a interferência de eventos do presente na modificação das condutas políticas, os pesquisadores que optam por uma abordagem baseada na racionalidade dos atores políticos pecam em ignorar a permanência de aspectos do regime enraizados em suas ações. Dessa maneira, tem-se como alternativa uma combinação entre os modelos de *path dependence* e o internacionalista, de modo a desempenhar uma análise que considere tanto a influência do passado quanto a do presente, bem como integre elementos de ordem internacional.

Por conseguinte, a presente pesquisa pode se beneficiar de uma abordagem que una diferentes aspectos das linhas discutidas acima. Caso fosse adotada apenas a perspectiva de *path dependence*, por exemplo, não seria possível mensurar a influência de elementos discursivos. Sendo assim, a condução do estudo é realizada por meio de um modelo que dá

conta de situar o contexto e as macrovariáveis – como situação econômica e conjuntura internacional – em sua relação com os discursos e com o papel desempenhado pelos atores políticos em questão.

2.1 Estudos sobre transições na América Latina

Conforme discutido na seção anterior, o período no qual os estudos sobre transições se desenvolveram coincidiu com o enfraquecimento e o término de ditaduras em países latino-americanos. Em alguns casos, pesquisadores se anteciparam ao começo dos processos de transição na tentativa de analisar as possíveis alternativas e conceber o caminho ideal a ser seguido. Embora o objeto do trabalho não sejam transições políticas em si, mas sua compreensão por meio da consideração de uma nova variável empírica – os discursos –, mostram-se necessárias a apresentação e a discussão das principais abordagens utilizadas para a investigação das mudanças políticas ocorridas na região na década de 1980.

Nohlen e Thibaut (1994) enxergam as características das transições latino-americanas como parte tanto de um processo histórico quanto de um processo de investigação, os quais se conectam de diversas formas. Embora seja consenso que não existiam as mesmas condições políticas e históricas, o caso da Espanha foi utilizado como um modelo de referência e contraste empírico, de modo a salientar as peculiaridades dos países latinos. Tendo em vista a existência de 12 casos de transição na região, era necessário lidar com um grande número de variáveis que, por sua vez, eram consideravelmente distintas entre si.

Nesse sentido, o período que se estendeu de 1978 a 1990 representou um cenário propício aos estudos acerca das condições necessárias ao desenvolvimento de democracias nos diferentes países da América Latina. Segundo Marques (2010), a metodologia comparativa foi escolhida como a principal ferramenta na tentativa de compreensão do fenômeno. Não obstante tenha algumas limitações, a adoção da perspectiva comparada demonstrou ser a mais adequada para a identificação das características específicas de cada caso, sem perder de vista as possíveis generalizações.

Outro aspecto que merece destaque é o fato de os processos de transição na América Latina terem originado de diferentes pontos de partida. Nesse contexto, podem ser identificadas diferentes categorias entre os regimes autoritários – como mais ou menos excludentes – quando do início das mudanças políticas, especialmente no que diz respeito ao nível de repressão por

parte dos governos. Ainda, havia grandes distinções no que diz respeito aos regimes pré-autoritários, visto que países como Chile e Uruguai vinham de uma tradição democrática mais consolidada, ao passo que Argentina e Brasil tinham experiências alternadas de democracia e autoritarismo (NOHLEN; THIBAUT, 1994).

Hermet (2001) argumenta que, ainda que grande parte dos países latino-americanos não houvesse passado por longos períodos de uma democracia estável, o discurso da busca pela democracia continuou presente mesmo durante as ditaduras militares, o que vai ao encontro da parte empírica do presente trabalho. Ademais, o autor afirma que existe uma série de contradições que marcam as transições latino-americanas, especialmente no que tange à permanência de uma “memória rotativa” do autoritarismo, aspecto não observado em países do Leste Europeu, por exemplo.

Cabe lembrar que as transições políticas na América Latina ocorreram em um período de profunda crise econômica. Nohlen e Thibaut (1994) observam que esta é a característica mais comum entre todos os países que passaram pelo processo, o que a torna uma variável imprescindível durante a realização de análises. Em alguns casos, pesquisadores consideram as transições como produtos da crise. Além disso, a situação econômica desfavorável foi acompanhada por mudanças nas estratégias de desenvolvimento econômico, as quais eram percebidas na priorização de estratégias de viés neoliberal em detrimento do antigo modelo de substituição de importações.

De acordo com Marques (2010), podem ser traçados alguns paralelismos entre o cenário latino-americano e as dinâmicas presentes no contexto do Leste Europeu. Dentre eles, destaca-se a rivalidade entre democratas e populistas, bem como o olhar paternalista das populações em relação à democracia. Além disso, ambas regiões sofreram uma pressão advinda de democracias mais antigas, as quais defendiam a condução de processos de redemocratização rápidos e que atingissem um alto nível de estabilidade em pouco tempo. Para Hermet (2001), tal imposição desconsiderava as especificidades de cada caso, além de ignorar o fato de que as “velhas democracias” levaram séculos para se consolidarem.

Após a contextualização da conjuntura latino-americana quando do início dos processos de transição política, são necessários alguns apontamentos acerca das características das pesquisas realizadas sobre a região. Inicialmente, pode-se afirmar que os estudos possuíam uma orientação normativa. Havia um claro interesse em estabelecer relações democráticas, o qual pode ser observado mais claramente se é levado em consideração o fato de alguns pesquisadores

estarem diretamente envolvidos nos processos como assessores políticos (NOHLEN; THIBAUT, 1994).

Mainwaring (1992) aponta que, no início, as pesquisas eram baseadas em modelos europeus de transições bem-sucedidas. Para tanto, foram importados conceitos que haviam sido desenvolvidos e aplicados em análises de mudança política no Leste Europeu. Ao mesmo tempo, eram investigações que acompanhavam o processo histórico e realizavam análises prospectivas. Como resultado, alguns dos trabalhos realizados sobre a região – como os estudos de Guillermo O'Donnell – alcançaram projeção internacional, especialmente aqueles financiados por instituições estadunidenses e europeias.

Outro fator importante abordado por Nohlen e Thibaut (1994) foi o rompimento com a tradição de pesquisa latino-americana, a qual era pautada pelo estruturalismo e pelo foco em variáveis socioeconômicas. Tais investigações foram substituídas por uma concentração das análises no processo de decisão e no comportamento de atores políticos, bem como em variáveis mais constantes como as instituições. Sendo assim, conceitos como concertação e governabilidade – até então subutilizados – passaram a ocupar posições mais centrais. Entretanto, em virtude das particularidades da região, algumas ideias foram utilizadas para além de sua sustentação teórica, o que gerou certas inconsistências em exercícios de interpretação.

Inicialmente, o questionamento acerca das causas da transição na América Latina assumia um papel secundário. Dentre os principais motivos para tanto, está a existência de uma relação fluída entre os estudos sobre autoritarismo e transição, uma vez que as pesquisas sobre transição surgiram diretamente de pesquisas sobre autoritarismo. Uma das críticas vem do fato de que alguns pesquisadores buscavam encontrar saídas para a democratização dentro das dinâmicas de desenvolvimento dos regimes autoritários. Dessa forma, estava presente um interesse mais político do que explicativo, no intuito de fornecer alternativas que permitissem a saída das ditaduras (NOHLEN; THIBAUT, 1994).

Foi apenas no início da década de 1990 que pesquisadores retomaram as discussões sobre os fatores que causaram os processos de transição. Mainwaring (1992) observa que existe um risco de enxergar as mudanças de regime político como a única possibilidade de tais países nos anos 1980, criando uma espécie de determinismo político. Por esta razão, são apontados alguns fatores que, conjuntamente, tornaram a orientação em direção a um regime democrático a única alternativa viável. Primeiramente, é citada a mudança de orientação da política externa estadunidense, a qual passa a ser pautada em uma defesa pública da proteção dos direitos

humanos. Em segundo lugar, houve um decréscimo generalizado da legitimidade dos regimes autoritários, os quais precisavam justificar um futuro caminho para a redemocratização. Por fim, é apontado um aumento na heterogeneidade dos grupos políticos dirigentes, especialmente no que diz respeito à forma tecnocrática de governo.

As negociações ocorridas entre membros do regime autoritário e as forças opositoras – às quais inicialmente não era atribuído o foco da análise – desempenharam um papel importante nos processos de democratização dos anos 1980. Nohlen e Thibaut (1994) afirmam que acreditava-se que a América Latina não dispunha das condições socioculturais e estruturais necessárias para que houvesse transições guiadas por um caráter estabilizador e de concessões. Todavia, também argumentava-se que os pactos e negociações formavam a via ideal para as mudanças de regime político.

Cabe ressaltar que os argumentos citados acima eram influenciados, em grande medida, pelo tipo de processo dominante na época e, por vezes, desconsideravam as especificidades existentes no interior dos diferentes países durante os processos de transição. Nos casos de Argentina, Equador e Peru, onde ocorreram as primeiras transições, o papel das negociações entre o regime e a oposição foi menor do que no “caso modelo” espanhol, por exemplo. As alterações nas dinâmicas de poder internas possibilitaram um maior controle por parte das elites políticas em alguns países. Na Argentina, a derrota na disputa pelas Ilhas Malvinas enfraqueceu ainda mais os militares (NOHLEN; THIBAUT, 1994).

Havia também uma preocupação dos investigadores no que diz respeito aos resultados produzidos pelas transições, questionando-se qual seria seu fim principal. Mainwaring (1992) aponta que existiam incertezas em relação ao caráter propriamente democratizador dos processos, as quais eram somadas ao longo período levado para a conclusão das transições e às tentativas passadas – e não duradouras – de democratização. Algumas dessas questões foram levantadas ainda durante as fases iniciais em alguns países, enquanto não havia previsão de mudança de regime em outros Estados.

Para Nohlen e Thibaut (1994), foi somente após a cristalização do viés democratizador das transições latino-americanas que as pesquisas começaram a ser direcionadas para a problemática da consolidação e das características das novas democracias. Para além dos processos políticos, passaram a ser consideradas as políticas e tentativas de reforma social. Ainda, alguns estudiosos procuraram estabelecer conexões entre as propriedades das transições e as da democracia estabelecida.

De acordo com Przeworski (1986), haveria uma ligação entre a chamada “escolha social” e a construção de instituições, o que seria capaz de explicar os resultados institucionais das democratizações por meio das condições existentes durante as transições. Entretanto, deve ser tomada certa precaução em atribuir o formato constitucional, por exemplo, unicamente às perspectivas dos atores políticos e à distribuição de forças ao longo do processo de transição, visto que isto poderia resultar apenas em explicações de tipo formal. Karl e Schmitter (1991), por sua vez, defendem que as mudanças de regime político conduzidas por elites políticas não trazem consigo a possibilidade de resolução de problemas estruturais como a pobreza e a desigualdade social.

Ademais, podem ser discutidos outros argumentos acerca da difusão da democracia na América Latina. Nohlen e Thibaut (1994) afirmam que a principal responsável pelos processos de democratização na região foi a inexistência de alternativas políticas sistêmicas. As democracias alcançadas, porém, não podem ser igualadas às democracias liberais estadunidense e europeias, uma vez que existem tradições políticas específicas, como a recorrência de governos populistas. Por outro lado, o conceito de “democracia delegativa”, elaborado por O’Donnell (1994), traz a visão da legitimação de um tipo de governo autoritário por meio da realização de eleições democráticas, também realizando um contraponto à noção clássica de democracia liberal.

No que tange à investigação sobre um caso particular, é comumente adotada a via de análise dos papéis desempenhados por atores sociais específicos, como partidos políticos, associações e sindicatos. Os resultados alcançados através deste tipo de estudo, apesar de ajudarem a dar forma aos conceitos antes abstratos dos atores, raramente eram aplicados em análises comparadas (NOHLEN; THIBAUT, 1994). Nesse contexto, os partidos políticos representam as entidades que mais se diferenciam de um caso para outro. No caso brasileiro, que será discutido mais detalhadamente na seção seguinte, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) consistia mais em uma forma de mobilização de uma oposição heterogênea ao regime do que em uma instância de controle do processo de transição.

Finalmente, também foram desenvolvidas pesquisas sobre as características dos sistemas de governo – como o presidencialismo – e a relação entre estas e a dificuldade de consolidação das novas democracias. Linz e Stepan (1995), após analisar as relações entre as rupturas democráticas na América Latina e o caráter do presidencialismo na região, apresentavam o sistema parlamentarista como a melhor alternativa para a consolidação democrática. Tendo em vista a prevalência do presidencialismo, a dinâmica e a estrutura dos

sistemas de partidos passaram a constituir algumas das variáveis de maior relevância na análise sobre o funcionamento destes governos, especialmente no que diz respeito às consequências da adoção do multipartidarismo.

Nesse sentido, em uma pesquisa que possui discursos como componentes empíricos centrais, cabe lembrar que os pronunciamentos realizados acerca dos processos de transição política – especialmente pelas lideranças dos regimes – não eram direcionados apenas à população em geral ou aos grupos de oposição, mas também aos próprios partidos. Como será discutido mais detalhadamente nos próximos capítulos, havia a necessidade por parte dos presidentes em conciliar as diferentes visões intrapartidárias acerca da condução da transição para a democracia.

2.2 O caso brasileiro

Como discutido anteriormente, processos de transição política são comumente divididos em três etapas: o começo da dissolução do regime autoritário, a concepção da nova democracia e, por fim, sua consolidação. Em um estudo sobre a mudança para a democracia no Brasil, Arturi (2001) afirma que o longo período da transição brasileira possibilita a identificação clara de casa fase. Os governos Geisel (1974-1979) e Figueiredo (1979-1985) correspondem à primeira etapa; o governo de José Sarney (1985-1990), à segunda; finalmente, a terceira etapa tem início com o governo Collor (1990-1992).

Stepan (1988) ressalta que nenhuma organização complexa, especialmente militar, deve ser tida como indivisível. Sendo assim, se uma organização repressiva assume o controle do aparelho estatal, pode-se dividir as dimensões militares do Estado em uma série de componentes. O primeiro deles consiste nos militares enquanto governo, o que se refere às figuras que compõem o núcleo da liderança e que são responsáveis pela elaboração de políticas. Em segundo lugar, existe a comunidade de segurança, cuja responsabilidade consiste em planejar e executar ações de repressão e coleta de inteligência. Por fim, há os militares enquanto instituição, o que é representado pelos treinamentos de formação e pela condução do trabalho burocrático.

Destarte, merecem destaque algumas especificidades da ditadura militar brasileira em relação àquelas implantadas nos demais países da região. Além de ser o regime de maior duração – 21 anos – e de maior prosperidade econômica, o poder era detido pelos militares

enquanto uma corporação que moldou a ordem política à forma autoritária, ao passo que outros governos centraram a responsabilidade pelo poder em um indivíduo. Apesar de haver claras limitações ao funcionamento das instituições políticas, foram mantidos aspectos como um calendário eleitoral e partidos políticos (ARTURI, 2001).

O fato de a ditadura militar brasileira ter sido relativamente bem-sucedida no que diz respeito à condução econômica é utilizado por O'Donnell (1987) para reforçar a ideia de transição por transação. Embora sejam levadas em consideração tanto a crise iniciada nos anos 1980 quanto a alta concentração do crescimento econômico brasileiro, a comparação realizada com países como Argentina e Chile mostra que o Brasil experimentou um aumento considerável das forças produtivas, do nível de emprego e de alguns setores da classe média. Em alguns casos na América Latina, o processo de liberalização foi acompanhado por uma política de desindustrialização e pelo desaparecimento das camadas sociais médias.

No ano de 1974, o regime militar brasileiro contava com altas taxas de crescimento proporcionadas pelo chamado “milagre econômico”, o que, aliado à eficaz repressão da contestação armada, proporcionava um grau elevado de apoio social e recursos políticos. De acordo com Arturi (2001), isso era essencial para que o governo Geisel pudesse dar início à liberalização por meio de uma estratégia que carecia de apoio até mesmo dentro do grupo da liderança. Ademais, o alto índice de aprovação também contribuiu diretamente para o caráter gradual do processo de transição.

Nesse contexto, ao analisar as razões para o início da abertura da ditadura militar no Brasil, Stepan (1988) afirma que não havia pressão externa suficiente que pudesse forçá-la ou ainda protestos e greves significativas. Além disso, não há evidências de que Geisel tenha sido escolhido para liderar um mandato cujo objetivo principal seria a abertura política. Contudo, alguns militares – como o conselheiro presidencial, General Golbery do Couto e Silva – defendiam que os objetivos originais do golpe de 1964 possuíam um caráter democrático no longo prazo, uma vez que não existiria uma solução autoritária que pudesse ter legitimidade com o passar do tempo.

O final de 1974 foi marcado por uma vitória inesperada do MDB nas eleições realizadas no mês de novembro nas instâncias das assembleias estaduais, da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Ao aceitar o resultado das urnas, o governo Geisel foi ao encontro da promessa realizada no início de seu mandato, durante a qual foi assegurado o início da distensão política (ARTURI, 2001). As expectativas não cumpridas dos presidentes anteriores em restaurar o

regime democrático após a ascensão ao poder haviam contribuído para o ceticismo de grande parte da sociedade civil.

No entanto, o sucesso da oposição em diferentes esferas do poder representava uma ameaça ao controle governamental sobre o processo de abertura. Por esta razão, foram realizadas alterações na legislação de propaganda eleitoral, de modo a favorecer os candidatos apoiados pelo regime. Arturi (2001) observa que o fechamento do Congresso em abril de 1977 facilitou a promulgação de medidas constitucionais que, dentre outros benefícios, ajudaram a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) a garantir a maioria do Congresso nas eleições de 1978, bem como a escolha do próximo presidente em 1979. Desta forma, foi assegurada a gerência governamental do processo de transição.

Para que a supervisão militar sobre o processo de transição política continuasse, também se fazia necessário o alinhamento de setores da esquerda às diretrizes estabelecidas pelo governo. Arturi (2001) destaca o apoio, por parte do MDB, à candidatura do General Euler Bentes Monteiro contra o General Figueiredo no Colégio Eleitoral de 1978. Além disto, o Ato Institucional nº 5 (AI-5) foi extinto pelo Presidente Geisel, fazendo com que o regime deixasse de ter um instrumento que possibilitava a imposição de novas regras políticas. Para Santos (1988), havia um risco de deslegitimação dos militares caso houvesse uma tentativa de recuo institucional.

Em suma, durante a presidência do General Geisel (1974-1979), o processo político foi dominado pelo governo e restrito, de fato, às forças conservadoras e à oposição parlamentar – aglutinadas, respectivamente, na ARENA e no MDB – conforme previa o projeto de “distensão”. Durante a presidência Geisel, a existência de um apoio político significativo ao regime, a fragilidade da oposição frente aos recursos coercitivos do governo e a *virtù* dos dirigentes autoritários permitiram que estes últimos fossem muito bem-sucedidos na implantação e no controle de seu projeto de democratização outorgada (ARTURI, 2001, p. 18).

Após sua ascensão ao poder em 1979, o General Figueiredo estava inserido em um contexto consideravelmente distinto daquele de seu predecessor: além da extinção do AI-5, tinha início um período de recessão econômica aliado à organização de novos movimentos sociais. Segundo Stepan (1988), acreditava-se que o Brasil possuía um espaço importante na economia internacional, porém não havia capacidade de projeção de poder fora das fronteiras nacionais. Desta maneira, a conquista da democracia ao final da abertura política por meio de um forte controle por parte do governo tornou-se mais difícil.

Ainda em 1979, foi elaborada pelo governo uma proposta de anistia que abarcava não apenas pessoas ligadas ao regime, mas também prisioneiros e exilados políticos de esquerda,

consistindo em uma importante estratégia política (ARTURI, 2001). Apesar de a aprovação da proposta ter sido uma vitória para a ARENA, acontecimentos como as grandes greves operárias em São Paulo foram essenciais para que o processo de abertura ocorresse mais rapidamente. Ademais, a figura do novo sindicalismo representava um ator político de relevância no cenário nacional, antes ocupado apenas por conservadores e liberais.

Outro fator que merece destaque é o declínio do prestígio dos militares sob a visão da opinião pública. Conforme Stepan (1988), era inevitável que o apoio popular diminuísse após quase duas décadas de regime. Com a imprensa liberalizada, começaram a surgir alegações de excessos e corrupção dentro do governo militar. Uma pesquisa realizada em 1982 mostrou que cerca de 60% dos integrantes das duas camadas socioeconômicas mais favorecidas acreditavam que os militares privilegiavam seus interesses pessoais em detrimento dos interesses nacionais. Ademais, a maioria dos entrevistados expressava o desejo de que o próximo presidente do Brasil fosse um civil.

O ano de 1979 também foi marcado por outro acontecimento que influenciou diretamente as dinâmicas da transição política: a implantação de um sistema multipartidário após a desintegração dos únicos dois partidos existentes anteriormente, ARENA e MDB. Após esta medida, observou-se a segmentação do grupo de oposição entre vários partidos menores, ao passo que os apoiadores do regime continuaram, em sua maioria, no novo partido do governo – o Partido Democrático Social (PDS). Lessa (1989) observa que, além de fazer com que a atenção dos partidos de oposição se voltasse para as questões eleitorais imediatas e desviasse o foco de assuntos como uma Assembleia Constituinte, o multipartidarismo tornou possível a inserção das elites políticas vigentes em novos partidos ainda antes do fim da ditadura.

Apesar da estratégia do regime de fragmentar a oposição, as eleições realizadas em 1982 – para governadores e deputados estaduais e federais – foram fortemente favoráveis aos partidos contrários ao governo. Arturi (2001) aponta que a maioria governamental no Congresso e no Colégio Eleitoral foi essencial para que os militares mantivessem algum controle e pudessem escolher o próximo Presidente da República. Ainda assim, passaram a ser necessárias negociações diretas com governadores estaduais de oposição, trazendo de volta a centralidade política regional. Dessa maneira, o domínio político do processo de transição por parte do regime militar começou a diminuir.

Um ano antes do fim do governo Figueiredo, teve início o movimento “Diretas-Já”, cuja principal pauta era a reivindicação por eleições diretas à Presidência da República. Em virtude

do tamanho expressivo das mobilizações, as negociações entre o regime e setores mais conservadores da oposição foram prejudicadas, uma vez que já existiam planos para possíveis alianças com o PDS. Embora a emenda constitucional que possibilitaria tais eleições não tenha sido aprovada, houve um aumento no apoio ao candidato do PMDB – antigo MDB –, Tancredo Neves. Em 1985, foi eleita a chapa formada em conjunto com José Sarney (PDS). Entretanto, após a internação e falecimento de Tancredo Neves antes mesmo de sua posse, Sarney se tornou o primeiro presidente civil desde o começo da ditadura em 1964.

Ao questionar-se acerca dos motivos pelos quais os militares desejavam impedir a ascensão da oposição ao poder até a década 1990, Stepan (1988) observa que, embora a opção de um presidente militar a partir de 1985 não estivesse completamente descartada, havia uma preferência por um presidente civil que mantivesse os moldes do regime. Naquele contexto, esta seria a melhor forma de salvaguardar os interesses dos militares enquanto uma instituição. Dentre estes interesses, destacam-se a proteção contra qualquer espécie de revanchismo em relação às elites políticas anteriores e a continuidade dos investimentos governamentais no desenvolvimento de uma indústria armamentista nacional.

O caráter gradualista e os 11 anos passados desde o início da transição para a democracia no Brasil foram essenciais para a sobrevivência política daqueles envolvidos em posições de liderança durante a ditadura militar. Arturi (2001) afirma que, no fim do mandato de Figueiredo, a distinção entre uma “linha-dura” e um lado moderado do regime era praticamente inexistente, visto que uma postura moderada tanto da oposição quanto do governo era necessária para a conclusão da transição. Neste sentido, o êxito do processo pode ser atribuído à iniciativa dos militares, em 1974, e à adaptação da oposição às regras prescritas pelo regime. Todavia, continuaram presentes vestígios do período autoritário, os quais poderão ser observados por meio dos discursos de Figueiredo sobre como deveria ser o país após a transição.

2.3 Formação do Estado e transições políticas na África

O processo de formação dos Estados africanos – de acordo com os moldes westfalianos – ao longo do século XX foi marcado por uma série de fatores particulares ao continente, os quais não podem ser dissociados dos séculos de domínio colonial por parte de países europeus. Desde o início da colonização nos séculos XVI e XVII, havia uma grande dificuldade em exercer controle efetivo sobre grandes porções de terra, mas escassamente habitadas. Somadas

a isto, estavam as tentativas de adequação da realidade política local aos modelos de governo europeus.

De acordo com Herbst (2000), existem três desafios principais no processo de construção estatal: o custo de expansão da infraestrutura do poder doméstico, a natureza das fronteiras nacionais e a concepção dos sistemas estatais. Nesse sentido, as decisões tomadas pelos líderes políticos devem levar em consideração cada um desses itens, haja vista a possibilidade de diferentes resultados de acordo com a abordagem escolhida. No caso da África, embora seja essencial a utilização de ferramentas de análise que considerem a realidade específica do continente, alguns métodos tradicionais como o estudo das decisões de lideranças e estruturas institucionais podem auxiliar na compreensão da extensão do poder do Estado.

Cabe ressaltar que os processos de descolonização foram essenciais para o início das experiências democráticas no continente africano. Até os anos 1960, quando teve início a primeira onda de independências, a quase totalidade dos atuais países se encontrava sob domínio colonial, especialmente por parte de França, Portugal e Reino Unido. Nesse contexto, havia autoridades locais responsáveis pela administração política das colônias e que possuíam diferentes graus de autonomia. Entretanto, em todos os casos, essas figuras eram designadas pela metrópole e poderiam ser destituídas do poder de acordo com os interesses em questão.

Ao contrário da América Latina, onde os países haviam passado por governos democráticos antes da instauração das ditaduras, os Estados africanos recém-independentes precisaram estabelecer as bases para o novo tipo de regime. Segundo Joseph (1997), havia poucas chances de democratização no continente, em virtude da falta dos requisitos tradicionais para a constituição de democracias políticas. Além do baixo grau de desenvolvimento socioeconômico e dos altos níveis de fragmentação cultural, as classes médias eram concentradas nos setores burocráticos e a classe trabalhadora era incipiente. Dessa forma, era difícil identificar quem poderiam ser os agentes da democracia.

Ademais, é necessário lembrar que a onda de democratizações no continente africano não rompeu completamente com a separação entre centro e periferia. Herbst (2000) aponta que as revoltas contra o autoritarismo eram concentradas majoritariamente nos centros urbanos, com pouca participação de grupos organizados das áreas rurais. Como resultado, pode ser observada uma baixa incidência de partidos políticos que possuem raízes nas zonas interiores dos Estados.

Os acontecimentos políticos na África – especialmente após a década de 1980 – demonstraram a necessidade de ajustes nas investigações sobre democratização. Adler e Webster (1995) argumentam que a democracia pode ser atingida por diferentes vias, as quais não precisam envolver as mesmas classes sociais ou questões políticas do mesmo tipo. Sendo assim, não existiria uma estrutura definida de requisitos que poderiam ser testados e falseados nas análises de países africanos, sendo necessária a adaptação, e até mesmo formulação, de conceitos que possibilitassem uma abordagem crítica que questionasse as próprias noções de democracia e democratização.

Após as independências, o controle da maioria das instituições que haviam sido construídas pelas potências coloniais passou para o comando dos líderes dos movimentos de libertação. Para Joseph (1997), embora a maioria das tentativas de democratização tenham falhado, puderam ser extraídas importantes contribuições. Após o fim da Guerra Fria, em 1989, passou a existir uma aceitação quase consensual do conjunto de instituições políticas ocidentais como o padrão democrático a ser seguido.

Uma concepção de democracia amplamente adotada é aquela que combina elementos deliberativos e liberais, isto é, um sistema político que possibilita a participação dos cidadãos, facilita os debates sobre formulação de políticas públicas e assegura constitucionalmente as liberdades necessárias para a competição política. Tal definição acrescenta elementos que não podem ser reduzidos à realização periódica de eleições, por exemplo. No contexto africano, conceitos com menos ênfase no determinismo cultural se mostram ainda mais importantes, visto que a democracia competitiva no continente tende a assumir a forma de competição entre comunidades. Esta consiste em uma das razões pelas quais os sistemas de *power-sharing* foram encorajados nas transições políticas a partir de 1989 (HERBST, 2000).

Além disso, um dos principais desafios na condução dos estudos sobre transições políticas na África consistia em formular alternativas de instituições com práticas que estivessem diretamente ligadas ao projeto de construção dos sistemas democráticos nacionais. Joseph (1997) ilustra tal dificuldade afirmando que sociedades onde a solidariedade e a obrigação para com outros são valores fundamentais possuem problemas diferentes daquelas onde há uma priorização do individualismo e as decisões são tomadas por meio do voto da maioria. Se forem levados em consideração os diversos confrontos violentos surgidos em países africanos após suas independências, a resolução de conflitos entre grupos distintos também pode ser tida como um aspecto importante da democracia.

Um conceito importante para compreender as dinâmicas da democratização na África é o de “democracia virtual”. Conforme Herbst (2000), os elementos que compõem uma democracia virtual também consistem em paradoxos. O primeiro deles diz respeito ao fato de que uma democracia seria uma forma de governo com participação dos cidadãos, mas grande parte das decisões – especialmente sobre políticas econômicas – são tomadas sem o envolvimento popular. Em segundo lugar, tanto as elites políticas quanto as econômicas precisam de garantias de manutenção de seus interesses no sentido de minimizar as possíveis ameaças por parte de grupos que eram marginalizados durante um período de governo autoritário. Finalmente, as escolhas mais determinantes em um processo de transição política são tomadas por aqueles que possuem o controle do aparelho estatal quando desafios à sua posição estão iminentes. Assim, toma-se a iniciativa da democratização para que seja assegurada sua continuidade no poder.

Cabe destacar que as mudanças políticas ocorridas nos regimes africanos ocorreram, principalmente, sob a forma de golpes militares. Giliomee (1995) argumenta que a noção de um mandato presidencial com uma duração pré-estabelecida não era a norma seguida na maioria dos países. Em alguns casos na década de 1970 – como Burkina Faso, Gana e Nigéria – foram realizadas eleições competitivas. Ainda assim, embora governantes eleitos tenham assumido o poder, forças militares não tardaram a assumir o controle do Estado.

Apesar dos esforços por parte de atores não-estatais nos anos 1980 pela promoção dos valores de direitos humanos, liberdades civis e uma democracia pluralista, não houve um impacto considerável na dissolução de regimes autoritários. Apenas em meados da década de 1990, a maioria dos países da África Subsaariana introduziu medidas de liberalização política e alguns realizaram eleições. De acordo com Joseph (1997), apenas em 14 casos foram eleitos governos inteiramente novos. Alguns fatores podem ser atribuídos a esta transformação, nomeadamente o enfraquecimento dos Estados causados por crises fiscais prolongadas, o aumento do controle das instituições financeiras internacionais sobre as políticas econômicas nacionais e o fim do apoio externo, principalmente por parte dos Estados Unidos, a regimes autoritários em nome do combate à expansão do comunismo.

No que tange ao envolvimento externo nos processos de mudança política, os exemplos variam desde uma implantação gradual de estruturas e mecanismos políticos, como no caso das colônias do Reino Unido, até situações onde houve apenas uma retirada abrupta de todo o aparato colonial, como quando a França deixou abruptamente a região da Guiné em 1958. Entretanto, após o fim do domínio colonial, eram realizados mais esforços na direção de manter

acordos econômicos e diplomáticos do que no sentido de auxiliar no estabelecimento de instituições governamentais sob moldes democráticos e constitucionais (HERBST, 2000).

A partir de 1989, embora certas decisões acerca das transições políticas levassem em conta diretamente as demandas dos cidadãos, estes raramente tomavam decisões relacionadas à introdução de reformas políticas específicas. Giliomee (1995) aponta a existência de interações complexas entre forças externas e locais, as quais foram determinantes nos resultados alcançados, fossem eles formas renovadas de autoritarismo ou graus distintos de liberalização e democratização. Na África do Sul e no Quênia, por exemplo, pode ser observada uma influência expressiva de atores externos.

Nesse sentido, não obstante grande parte dos estudos sobre transições políticas no continente africano possua certo ceticismo acerca da influência das investidas externas para a promoção de reformas políticas, Joseph (1997) as considera como uma variável importante na composição de uma estrutura de pesquisa. Dessa maneira, existiriam três fatores significativos nas transições para a democracia: uma variável externa, o próprio Estado e as classes e coalizões domésticas. Os casos de países africanos representam uma contribuição significativa na compreensão de como e por que sistemas democráticos foram impostos ou facilitados.

2.4 Transição para a democracia na África do Sul

Embora, atualmente, a África do Sul represente uma das principais lideranças do continente africano, o país foi considerado um pária internacional durante a maior parte do século XX. A partir de 1948, a sistema político sul-africano passou a estar intimamente relacionado à doutrina do *apartheid* como uma forma de organização social, posicionando-o na contracorrente da história. Sob a proeminência econômica e política dos bôeres, o Estado se via como uma espécie de centro europeu na África. Nesse contexto, tratava-se de um país onde uma transição para a democracia tinha baixas probabilidades de ocorrer (GILIOME, 1995).

Pieter Willem Botha assumiu o cargo de primeiro-ministro da África do Sul em 1978, após a renúncia de seu antecessor, Balthazar Voster. Anteriormente Ministro da Defesa, Botha deu início à implementação de um plano de ação, que havia sido concebido em 1977 no Livro Branco de Defesa Nacional Sul-africano, o qual ficou conhecido como *Total National Strategy*. Em linhas gerais, o documento tinha por objetivo a mobilização econômica, política e social para a defesa e manutenção dos interesses da elite política branca (MENDONÇA, 2000). Para

tanto, era necessário um equilíbrio militar sólido entre os Estados vizinhos e os demais países da África Austral.

Logo após Botha ascender ao poder, foi conduzida uma reorganização do Estado sul-africano no que tangia às estruturas de tomada de decisão. Davies e O'Meara (1985) afirmam que as forças armadas passaram a ter atribuições centrais e institucionalizadas, de modo a auxiliar no combate à crise do capitalismo no país. Assim, a nova parceria firmada entre os militares e o poder centralizado foi articulada por meio da aplicação da Estratégia Total. Cabe ressaltar que, mesmo tendo sido inicialmente formulada no âmbito militar, tal estratégia passou a representar todo o corpo político sul-africano e suas instituições. Dessa forma, a sobrevivência do modelo estatal dependeria não somente de ações militares, mas também de respostas políticas adequadas internamente e externamente (GELDENHUYS, 1981).

Nesse período, o próprio Estado sul-africano reconhecia que alguns aspectos da política do *apartheid* eram barreiras para a consolidação de alianças formais com os países vizinhos. Por tal motivo, foi necessária a construção de uma retórica antimarxista na região, a qual pudesse legitimar o modelo sul-africano de desenvolvimento econômico. Assim, o governo de Pretória poderia propagar as ditas vantagens do sistema capitalista em detrimento das iniciativas de cunho socialista já existentes na região, como nos casos de Angola e Moçambique. O objetivo da África do Sul era, portanto, formar uma “constelação de Estados” favoráveis a seu governo. Para tanto, também era necessário um alto grau de envolvimento do setor privado nacional (DAVIES; O'MEARA, 1985).

No ano de 1983, Botha propôs a votação de uma proposta de uma nova Constituição, a qual foi chamada de *Republic of South Africa Constitution Act*. Em linhas gerais, a nova Constituição previa a criação de um parlamento tricameral: além da já existente Assembleia, destinada aos cidadãos brancos, foram criadas a Câmara dos Representantes, para os cidadãos negros, e a Câmara dos Delegados, para os cidadãos de origem indiana. Cada câmara possuía jurisdição sobre suas respectivas comunidades (GELDENHUYS; KOTZÉ, 1985). Além disso, também foi abolido o cargo de primeiro-ministro. A partir de então, haveria um presidente eleito por um colégio eleitoral, o qual era formado por membros eleitos pelas três câmaras do parlamento. Em 1984, Botha tornou-se o primeiro presidente da África do Sul sob a recém-aprovada Constituição.

No entanto, Mendonça (2000) aponta que a nova Constituição, ao tentar cooptar grupos negros com cargos meramente simbólicos no governo, levou a manifestações violentas por

parte de diversos setores da sociedade sul-africana. O poder central, por sua vez, reprimiu severamente tais movimentos, chegando a declarar estado de emergência duas vezes em 1985. No que concerne à conjuntura econômica, a situação foi agravada com a piora da recessão e a declaração de moratória parcial da dívida externa no mesmo ano. Manby (1992) destaca que as sanções internacionais evidenciavam os custos da manutenção do *apartheid* para a economia. Fatores externos, como a queda do preço do ouro e o aumento do preço do petróleo, intensificaram os obstáculos estruturais a serem enfrentados pelo país na busca da recuperação do crescimento econômico. Nesse sentido, os gastos decorrentes da perpetuação do regime se tornaram cada vez mais pesados.

Após Botha ter perdido grande parte de sua influência política na região com a independência da Namíbia, o presidente renunciou à posição de líder do Partido Nacional (PN) em fevereiro de 1989. Apesar de Botha rejeitar a ideia de deixar o cargo de presidente antes de 1990, Frederik Willem De Klerk foi empossado pelo parlamento como presidente da África do Sul em agosto de 1989. Assim, teve início um governo que seria responsável pela transição do país em direção a eleições democráticas.

De acordo com Giliomee (1995), os estudiosos da política sul-africana não previam o início de negociações para uma transição política em um futuro próximo. As iniciativas tímidas de liberalização marginal ocorridas nas décadas de 1970 e, principalmente, 1980 eram caracterizadas mais por uma resposta da elite política às pressões do que por uma espécie de voluntarismo. Todavia, a luta anti-*apartheid* alcançou proporções suficientes para que o regime não tivesse alternativa a não ser dar início aos acordos que substituiriam um governo liderado pela minoria da população por um que possibilitasse a participação da maioria negra.

Não obstante, a decisão do governo De Klerk de abrir as negociações com o Congresso Nacional Africano (CNA) foi recebida como uma surpresa tanto por parte dos aliados quanto pelos movimentos de oposição. Adler e Webster (1995) apontam que as tentativas de negociação anteriores dentro da lógica do *apartheid* não haviam produzido resultados expressivos. Dessa forma, a primeira medida do regime foi retirar da ilegalidade partidos e movimentos de libertação, os quais eram classificados como organizações terroristas. Esta decisão pode ser vista como uma tentativa de amenizar os efeitos de forças que colocavam em xeque a sobrevivência política daqueles no poder: uma base demográfica enfraquecida, um cenário externo drasticamente alterado e a estagnação econômica.

No início do processo, havia um sentimento por parte do governo de que não seria possível conceder à demanda de adoção da regra da maioria e, ao mesmo tempo, preservar a maioria do eleitorado. Segundo Giliomee (1995), em sociedades fortemente divididas, as eleições tendem a assumir um formato de censo racial ou étnico. Depois da legalização do CNA em 1990, pesquisas demonstraram que o partido poderia ocupar mais de 60% dos assentos no parlamento. Tal resultado eleitoral representaria uma drástica redução da influência política do PN e, simultaneamente, uma vitória mais expressiva do que poderia ser alcançada pela oposição por meio de uma luta revolucionária. Sendo assim, pode-se afirmar que a ideia de negociações com o CNA envolvia mais do que barganhas sobre a transferência do poder.

Tendo em mente as diferenças entre liberalização e democratização, a primeira pode, em alguns casos, ser utilizada como um mecanismo para neutralizar a oposição sem democratizar completamente o regime. No caso da África do Sul, De Klerk possuía a intenção de encerrar o *apartheid* e remover os possíveis obstáculos para uma negociação pacífica, mas isto não incluía a realização de eleições competitivas tradicionais dentro de um sistema que colocaria o PN em uma posição eterna de partido de oposição (GILIOME; MYBURGH; SCHLEMMER, 2001). Para tanto, os objetivos das conversas entre os lados opostos deveria ser a construção de um sistema de *power-sharing*.

No início do processo de transição política, as lideranças no PN acreditavam que seria possível condicionar a oposição a trabalhar dentro dos limites impostos pelo governo, uma vez que uma espécie de rendição por parte do regime estaria fora de questão. Este tipo de abordagem pode ser relacionado ao conceito elaborado por Huntington (1994) de “legitimidade ao revés”, o qual é aplicado a governos em vias de democratização que buscam legitimar uma ordem autoritária anterior por meio do argumento de que esta deu origem à nova ordem, o que pode ser realizado por meio de discursos, por exemplo. Era pouco provável que De Klerk conseguisse o apoio de seu eleitorado nas fases iniciais da transição caso não a apresentasse como uma transformação completamente controlada pelo governo.

Além disso, deve ser dado destaque ao sequenciamento do processo de transição elaborado por De Klerk e pelas lideranças do regime, o qual foi essencial para a manutenção do apoio da população branca. Foi somente um ano após o retorno à legalidade das organizações de oposição que o presidente anunciou a abolição dos mecanismos restantes do *apartheid*. Após isto, mais dez meses se passaram até que fosse proposta a criação de um grupo interino que serviria tanto como assembleia constituinte quanto como governo. Assim, ainda que um futuro

mandato do CNA pudesse promover medidas consideradas radicais, as antigas elites políticas ainda teriam poder suficiente para contê-las (GILIOMEE, 1995).

No entanto, de modo semelhante ao que ocorreu no Brasil, o regime sul-africano não foi bem-sucedido em manter o controle total até o fim do processo de mudança política. Além do alto grau de politização alcançado pelos movimentos de resistência ao regime na década de 1980, as forças de segurança estatais passaram a enfrentar uma sobrecarga de funções, tais como controlar as ondas de violência nas periferias dos grandes centros, conter os setores mais radicais do CNA e reprimir as manifestações e greves (NTSEBEZA, 1999). Por conseguinte, embora as lideranças do CNA tivessem concordado com a promulgação da nova Constituição por meio do parlamento já existente, havia um rechaço à ideia de que a nova ordem seria apenas a ordem antiga rerepresentada.

No que diz respeito aos tópicos específicos das negociações, os primeiros anos foram dedicados a acordos sobre o fim da luta armada, bem como acerca dos índices crescentes de violência no país. Houve, também, concessões expressivas em ambos os lados: ao passo que o PN desistiu de sua reivindicação de um poder de veto e aceitou um sistema baseado na representação, o CNA aderiu à ideia de uma continuidade constitucional e concordou com a proposta de que uma futura assembleia constituinte não teria a prerrogativa de elaborar um texto completamente novo, mas deveria respeitar os princípios negociados anteriormente (GILIOMEE; MYBURGH; SCHLEMMER, 2001).

Em 1994, com a concretização do processo de negociação para o fim do regime do *apartheid*, foi concedido o direito ao voto para os cidadãos sul-africanos negros e indianos. As primeiras eleições após a aprovação da nova Constituição foram realizadas em abril daquele ano, quando Nelson Mandela foi eleito após o CNA receber 62,5% dos votos (RIZZI; SCHÜTZ, 2014). Por conseguir 20,4% do total de votos, o Partido Nacional pôde indicar De Klerk para uma das vagas de vice-presidente; a outra foi ocupada por Thabo Mbeki, do Congresso Nacional Africano.

2.5 O jogo das forças políticas na abertura democrática

Após a discussão realizada acerca das principais características dos estudos sobre transições políticas na América Latina e na África, bem como sobre os caminhos para a democratização no Brasil e na África do Sul, surge a pergunta: quais eram os atores políticos e

os interesses situados em lados opostos durante os processos? Ademais, cabe averiguar mais especificamente o que estava em jogo para as partes em questão.

No caso brasileiro, a divisão entre ARENA – posteriormente PDS – e PMDB antes do retorno do multipartidarismo em 1979 contribui para uma identificação mais clara dos atores envolvidos. Do lado do regime, havia o grupo dos “castellistas” – em referência ao Marechal Castello Branco –, os quais Codato (2005) afirma serem erroneamente identificados como uma ala liberal entre os militares. Em realidade, estes foram os responsáveis por atos como a criação do Serviço Nacional de Informações (SNI), órgão responsável pela coordenação de informações e contrainformações no país, e pela supressão dos partidos políticos em 1965. Mais do que uma transformação substancial na estrutura política brasileira, os “moderados” possuíam um projeto de mudança política.

No extremo do espectro das lideranças políticas da ditadura militar, encontravam-se os integrantes da chamada “linha dura” do regime. Tradicionalmente tidos como radicais, tais militares eram encarregados da contenção de possíveis movimentos de oposição e da administração da repressão (ARTURI, 2001). Ao passo que os partidários da outra corrente tendiam a seguir a legalidade constitucional, os membros da linha dura estariam propensos a intervir diretamente em assuntos políticos caso considerassem ameaçadas a lei e a ordem constitucional.

Mesmo que a agenda da distensão não contasse com o apoio inicial dos militares da linha dura, Geisel nomeou alguns deles para cargos importantes no governo e se absteve de um posicionamento acerca da repressão massiva e dos episódios de tortura ocorridos entre 1969 e 1973. Como parte de uma estratégia que impedisse uma organização contra os projetos de mudança dentro do próprio Exército, o presidente optou por não desafiar as hierarquias militares. Assim, haveria mais liberdade para planejar as alterações na balança de forças entre os diferentes setores do regime.

Durante o governo Figueiredo, embora houvesse ainda mais membros da linha dura no alto comando do que durante o mandato de seu antecessor, isto pode ser atribuído ao fato de que os militares diretamente envolvidos nas ações dos anos mais repressivos da ditadura tinham mais a perder caso o controle do período de transição não fosse mais de domínio do regime (STEPAN, 1998). Além disso, tendo em vista que a liderança de Figueiredo não era caracterizada por um estilo “ditatorial” em relação aos militares e tampouco controlou o processo de sucessão governamental, quadros como o Diretor do SNI teriam mais chances de

influenciar a escolha do novo presidente se fossem apresentadas evidências de ameaças à segurança na política brasileira.

O PMDB, por sua vez, era caracterizado por ser a materialização da oposição ao regime. Apesar de uma transição política conduzida pelo próprio regime não ser vista como ideal, havia o entendimento de que a espera por uma quebra ou dissolução da ditadura poderia ser longa. Nesse sentido, foram aceitas as condições impostas pela iniciativa dos militares como uma forma de acelerar o processo de mudança política. Entretanto, como citado anteriormente, as eleições de 1982 representaram um marco de evolução das forças de oposição, a qual foi possibilitada por sua vitória nos governos estaduais.

Ao contrário da oposição situada em Brasília, cuja atuação era geralmente restrita à tribuna do Congresso, os governadores – dentre os quais se destacam Franco Montoro, Tancredo Neves e Leonel Brizola – possuíam uma margem de controle sobre políticas estaduais e municipais. Ainda, por meio de movimentos da sociedade civil como o Diretas-Já, foi possível ultrapassar a antiga separação entre as arenas civil e política, formando um setor de oposição mais expressivo (CODATO, 2005). Sendo assim, os governadores desempenharam um papel central na produção de uma liderança unificada, o que possibilitou o lançamento da chapa de Tancredo Neves na candidatura à presidência.

Por outro lado, a relação de forças na África do Sul durante o regime do *apartheid* pode ser considerada ainda mais complexa. O Partido Nacional era a única organização política considerada legítima, ao passo que os movimentos e organizações de oposição eram classificados como ilegais. Somado a isto, estava o fato de que apenas os cidadãos brancos estavam aptos a votar. Por conseguinte, o PN tinha o monopólio dos cargos administrativos do governo e realizava esforços de repressão de movimentos de resistência dentro e fora das fronteiras nacionais.

Nesse contexto, é possível afirmar que, até meados da década de 1980, iniciativas de liberalização e democratização não eram consideradas prioridades pelo governo. Apesar da existência de algumas sanções econômicas contra o país, bem como a ocorrência de episódios de violência em áreas urbanas, o argumento do presidente Botha era de que o exercício e a institucionalização da supremacia branca eram necessários para a manutenção da posição de destaque ocupada pela África do Sul no continente. De fato, em comparação com os países vizinhos, o grau do desenvolvimento econômico sul-africano ainda era expressivo.

O Congresso Nacional Africano, enquanto principal força de oposição, era enfático no que dizia respeito à abolição de todos os mecanismos políticos que possibilitavam a condução do *apartheid*, bem como à defesa da instauração de um sistema que permitisse a participação de toda a população no processo de escolha dos governantes (GILIOMEE, 1995). Tendo em vista o status ilegal do partido durante a maior parte do século XX, grande parte de suas lideranças coordenava as ações de resistência desde o exílio. Por várias décadas, a luta armada representava uma das principais estratégias de ação.

Cabe lembrar que ao longo do período no qual o CNA operava na ilegalidade, grande parte do apoio concedido ao grupo era proveniente de países africanos que endossavam a luta contra o regime do *apartheid*, especialmente Angola e Moçambique. Contudo, no início dos anos 1990, grande parte desse suporte começou a diminuir. Graham (2012) afirma que algumas relações, que já estavam de certa forma abaladas na década de 1980, sofreram maiores danos, o que foi intensificado pelo aumento dos laços entre o Partido Nacional e os governos em questão. Ainda em 1991, o governo sul-africano anunciou que havia estabelecido laços econômicos com virtualmente todos os países do continente, mesmo com as sanções ainda impostas à África do Sul.

Após a legalização do CNA no início das negociações para o fim do regime, foi possível coordenar seus esforços com outros grupos que também passaram a integrar a categoria de partidos, como o Congresso Pan-africanista e o Partido Comunista Sul-africano. Apesar de algumas divergências em relação à forma do governo que seria implementado ao final da transição, havia um consenso entre estes grupos de que a nova constituição não poderia deixar margens que possibilitassem a retenção de um maior poder político por parte do Partido Nacional.

Ademais, é necessário apontar a influência de movimentos sociais durante o processo de transição, em especial por parte do Congresso Sul-africano de Sindicatos Comerciais (COSATU). Em contraste com a luta militar de guerrilha sendo conduzida pelo CNA e seus aliados internos, essa organização possuía um enfoque na independência política e em concessões do Estado em relação aos trabalhadores. Para tanto, o sistema vigente deveria ser deposto por meio de uma ruptura revolucionária, uma vez que a participação em qualquer instância do regime do *apartheid* poderia levar à cooptação do grupo e à manutenção do *status quo* (ADLER; WEBSTER, 1995). Sendo assim, deveria ser adotada uma estratégia de boicotes ao Estado por meio de uma forte base situada nas estruturas industriais.

2.6 Conclusões

Ao decorrer deste capítulo, foram apresentados alguns conceitos essenciais ao estudo das transições políticas, como as noções de liberalização e democratização, bem como as tipologias mais comumente utilizadas para caracterizar tais processos. Neste sentido, foi possível observar quais aspectos da abertura política brasileira possibilitam a classificação de seu caso como uma transição por transação, ao passo que o caso sul-africano possui traços tanto de transição por transação quanto de transição por colapso.

Ao refletir sobre a experiência da transição brasileira, fica claro que os fatos desta ter possuído um caráter pactuado e ter sido conduzida sob o controle do regime autoritário influenciaram não apenas a duração do processo, mas também estabeleceram um campo restrito dentro do qual a oposição poderia fazer suas reivindicações. Após o retorno do multipartidarismo, por exemplo, antecipando uma possível vitória expressiva da oposição para maioria dos cargos, os militares tomaram iniciativas legais que assegurassem uma maioria governista na escolha do próximo presidente.

Além de fazer com que as ações da oposição mudassem de foco de questões como a Assembleia Constituinte para o fortalecimento de novos partidos e para a competição eleitoral, como aponta Arturi (2001), esta divisão permitiu que membros das elites políticas se inserissem em novos partidos ainda antes do fim da ditadura. Nesse contexto, não foram realizados pactos explícitos entre os atores envolvidos, o que adicionou ainda mais pautas para discussão no período seguinte.

Na África do Sul, a lógica do regime autoritário estava intimamente ligada à doutrina da supremacia racial. A defesa da não-participação da maior parte da população sul-africana no sistema político era baseada na crença de superioridade da população branca e, portanto, eram necessários todos os esforços possíveis para a manutenção e perpetuação do regime. Mesmo durante um período de profunda crise econômica e sanções internacionais, a via institucional era utilizada para desmobilizar os movimentos de resistência. A classificação de grupos de oposição como organizações terroristas é um exemplo desta estratégia.

Foi apenas quando a continuação do *apartheid* se mostrou insustentável – e após a ascensão de um presidente mais “moderado” – que teve início o período de negociações entre governo e movimentos de oposição, representados pela figura do CNA. De modo semelhante ao que ocorreu no Brasil, os esforços do Partido Nacional se concentraram em estabelecer as bases para sua sobrevivência política depois do fim do regime. Embora ambas as partes tenham

realizado concessões expressivas para que um acordo sobre a nova Constituição fosse alcançado, o CNA foi bem-sucedido em impedir um sistema de descentralização do poder que favoreceria as antigas elites políticas.

Antes de dar início aos capítulos dedicados à análise de discursos, os quais compõem a microvariável empírica proposta pelo trabalho, cabe caracterizar as macrovariáveis consideradas para os casos em questão: a conjuntura econômica, o modo de exclusão da oposição, os grupos do regime, a pressão internacional e a dinâmica liberalização *versus* democratização.

No Brasil, embora a década de 1970 tivesse sido marcada por um crescimento econômico considerável, os impactos da crise do petróleo, em 1979, e da moratória do México, em 1982, foram fortemente sentidos na década seguinte. No que diz respeito à exclusão dos grupos de oposição, pode-se afirmar que a realização de eleições periódicas era utilizada pelo regime para desviar o foco do autoritarismo. Quanto aos grupos que integravam o regime, a distinção inicial entre “linha dura” e “moderados” se tornou menor à medida que os primeiros assumiram cargos importantes no governo. Embora o discurso pela defesa dos direitos humanos estivesse em voga, a pressão internacional pelo fim da ditadura militar brasileira não era expressiva. Finalmente, como discutido anteriormente, a longa duração da transição brasileira possibilitou que medidas de liberalização política fossem implementadas gradualmente antes da conclusão do processo de democratização.

Na África do Sul, por sua vez, havia um cenário de crise econômica acentuada em virtude de gastos militares elevados e de sanções econômicas internacionais. Em relação à oposição, existia uma exclusão total da participação política, a qual – apesar da descriminalização dos partidos de oposição em 1990 – permaneceu vigente até as eleições de 1994. O Partido Nacional, que administrava o regime, possuía, além dos apoiadores de De Klerk, membros mais conservadores que se manifestavam de forma contrária à transferência irrestrita do poder ao Congresso Nacional Africano. Além de sanções econômicas, a pressão internacional contra o regime do *apartheid* foi intensificada nos anos 1990 após a dissolução da União Soviética, o que representava o fim de uma suposta ameaça comunista no continente africano. Por fim, tendo em vista que o processo de transição política ocorreu ao longo de apenas quatro anos, torna-se intrincada a distinção entre medidas de liberalização e democratização.

3 DIFERENTES PROJETOS: REGIME E OPOSIÇÃO NA TRANSIÇÃO PARA A DEMOCRACIA NO BRASIL

Conforme tratado no capítulo anterior, o período da ditadura militar no Brasil (1964-1985) foi caracterizado – apesar de períodos com maior ou menor grau – pela privação das liberdades fundamentais dos cidadãos, que encontrou seu fim apenas após a conclusão do processo de transição política. Para uma melhor compreensão do objeto central deste capítulo, que são os discursos oficiais do regime e das principais figuras de oposição durante a transição, se mostra necessária uma breve contextualização histórica do período sob análise.

Como argumenta Arturi (2001), os dirigentes políticos da ditadura militar enxergavam o autoritarismo como um modelo político transitório e, por esta razão, mantiveram vigentes algumas características de governos democráticos. A consideração deste aspecto na análise é importante na medida em que os atributos do regime autoritário consistem em macrovariáveis essenciais tanto para o tipo de transição adotado quanto para o modelo de democracia que será gerado.

A divisão entre as arenas civil e política gerou problemas estratégicos não antecipados pela oposição no Congresso. Alguns setores da Igreja Católica e do novo movimento trabalhista demonstravam certa resistência em ter políticos, mesmo que de oposição, atuando como intermediários em possíveis negociações. Isto pode ser atribuído, em parte, à uma desconfiança geral em relação aos partidos políticos. Assim, figuras políticas contrárias ao regime, especialmente aquelas vistas como demasiadamente moderadas no período pré-abertura política, eram vistas com baixa estima (STEPAN, 1988).

Outro aspecto importante a ser mencionado é a aprovação da Lei da Anistia. As negociações com o MDB tiveram início em 1978 e culminaram na aprovação da lei 6683/79 – já durante o Governo Figueiredo – que anistiava todos os brasileiros que tivessem cometido crimes durante o regime militar. Pelo fato de também incluir dirigentes políticos da ditadura, a ratificação da proposta é vista como um paradoxo (SCHWINN; SCHMIDT, 2015). Entretanto, é consenso que a lei foi uma das responsáveis por garantir as condições necessárias para o processo de redemocratização do país.

Um dos acontecimentos mais emblemáticos durante o Governo Figueiredo foi uma explosão ocorrida em um automóvel ocupado por militares durante uma comemoração do Dia do Trabalhador, em 1981, que ficou conhecida como “Atentado do Riocentro”. Segundo Arturi (2001), uma das consequências foi o fim de ações violentas perpetradas por uma parcela da

extrema-direita, que se encontrava insatisfeita com o processo de liberalização, o que dissolveu a ameaça de um novo golpe por parte de setores mais rígidos do regime. Além disso, a demanda de apuração dos fatos por parte do Ministro-Chefe da Casa Civil, General Golbery do Couto e Silva, culminou em sua substituição por Leitão de Abreu, quadro político do Governo Médici e de caráter mais conservador.

Sendo assim, o projeto de abertura do General Golbery do Couto e Silva, baseado em jogos político-parlamentares, foi rompido. Ainda em 1981, uma das primeiras medidas de Leitão de Abreu consistiu na aprovação de um pacote que proibia coligações partidárias e exigia que o voto fosse vinculado ao mesmo partido para todos os cargos em disputa. Tais ações acabaram por impedir a manutenção do Partido Popular (PP), o que inviabilizava uma futura aliança entre este e o partido do regime, PDS, nas eleições de 1985. Assim, o PP acabou sendo absorvido pelo MDB (ARTURI, 2001).

Nesse contexto, como aponta Stepan (1988), o caso da abertura política no Brasil deve ser analisado levando em consideração a relação dialética entre as concessões do governo e as conquistas da sociedade, cujo conteúdo era definido pelos próprios mentores da abertura inicial. Em primeiro lugar, tendo em vista que o maior propulsor de mudanças significativas continuava sendo o próprio regime, havia sempre a possibilidade de direitos concedidos serem retirados novamente. Ainda, poderia haver um prolongamento da fase de liberalização do regime em detrimento de ações que levariam à uma real democratização.

Linz (1983) considera as eleições para os governos estaduais, em 1982, cujo resultado foi fortemente favorável à oposição, como o início de um sistema político onde haveria competição entre duas bases de poder executivas com diferentes argumentos em relação à sua legitimidade. Como consequência, seriam observadas novas fontes de instabilidade do regime, bem como novos desafios para os políticos de oposição, os quais eram resultado direto da nova dinâmica da política brasileira.

Tais eleições figuram entre as mais concorridas na história brasileira. Para além do controle das esferas estatais, os candidatos também se viram impelidos a levar em conta as mudanças ocorridas em seus respectivos partidos, os quais estavam cada vez mais diretamente envolvidos nos resultados e poderiam exigir um alto grau de *accountability*. Para tanto, partiu dos partidos políticos a iniciativa de fortalecer sua organização nacional por meio dos diretórios a nível municipal (CARDOSO, 1989).

Para Stepan (1988), o impacto das eleições de 1982 foi ainda maior para a oposição. A maior evolução foi materializada por meio da eleição de governadores em três dos estados mais importantes do país: Franco Matoro, em São Paulo; Tancredo Neves, em Minas Gerais; e Leonel Brizola, no Rio de Janeiro. Dessa forma, as forças de oposição não mais tinham suas ações restritas ao ambiente do Congresso Nacional. Dentre suas prerrogativas, estava certo controle sobre as policiais municipal e estadual.

A mudança de percepção da oposição por parte do regime também merece destaque. De acordo com Cardoso (1989), a chamada “linha dura” do governo argumentava que iniciativas como a Lei da Anistia poderiam ter consequências catastróficas para o regime no final da década de 1970. A eleição de um governador como Leonel Brizola, por exemplo, também pareceria impossível à época. No entanto, em meados dos anos 1980, a visão em relação à oposição havia se alterado.

Um dos principais argumentos do regime para justificar o controle do processo de transição era o caráter menos violento e de maior progresso econômico em comparação aos demais governos militares da América do Sul. Todavia, o contexto regional começa a se alterar em inícios da década de 1980, principalmente com o enfraquecimento do governo de Gregorio Álvarez no Uruguai, bem como o declínio do poderio militar argentino após a Guerra das Malvinas em 1982 (STEPAN, 1988).

A questão da legitimidade conferida às ações do regime também havia passado por uma mudança expressiva desde 1964. Além de uma preferência clara por parte da população em favor de um presidente civil, alguns setores dentro do próprio regime demonstravam preocupação com a possibilidade de mais um governo liderado por um militar (ARTURI, 2001). Além disso, o Atentado do Riocentro havia levantado várias questões a respeito dos possíveis responsáveis pela ação, uma vez que o regime se mostrou relutante em comandar uma investigação detalhada.

Na próxima seção, serão expostos e discutidos alguns trechos de discursos proferidos pelo Presidente Figueiredo entre os anos de 1979 e 1984, no intuito de verificar a presença de elementos ideológicos que norteavam sua visão para o processo de transição política. Na seção seguinte, do mesmo modo, serão analisados discursos de duas das principais figuras da oposição: Ulysses Guimarães e Tancredo Neves.

3.1 Governo Figueiredo (1979-1985): o discurso pela defesa da “democracia”

O governo do General João Figueiredo teve início em março de 1979, sucedendo a administração de Ernesto Geisel (1974-1979). Enquanto o governo de seu antecessor foi marcado pelo início da abertura política e dos esforços de liberalização, o período no qual Figueiredo esteve no poder representou as últimas etapas em direção à conclusão do processo de redemocratização. Desde o começo de seu mandato, falas referentes aos ideais do regime militar e ao processo de transição política estiveram bastante presentes.

Em seu discurso de posse, no dia 15 de março de 1979, Figueiredo faz menção aos primeiros presidentes da ditadura militar, bem como ao projeto que haveria motivado o movimento:

Reafirmo, portanto, **os compromissos da Revolução de 1964, de assegurar uma sociedade livre e democrática**. Por todas as formas a seu alcance, assim fizeram, nas circunstâncias de seu tempo, os presidentes Castello Branco, Costa e Silva, Emílio Médici e Ernesto Geisel (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 1979a, p. 05, grifo nosso).

Em consonância com o posicionamento oficial das Forças Armadas, havia a sustentação da ideia de que o regime militar tinha sido a única alternativa possível para a manutenção da ordem e da democracia no Brasil. Em relação ao processo de mudança política que estava em andamento, Figueiredo declarou: “[...] **a mão estendida em conciliação**. Para que os brasileiros convivam pacificamente. Para que as divergências se discutam e resolvam na harmonia e na boa vontade, tão da **índole de nossa gente** (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 1979a, p. 06, grifo nosso)”.

No primeiro ano do Governo Figueiredo, havia certa incerteza em relação ao ritmo no qual seria dada continuidade ao processo de transição para a democracia. Isto pode ser atribuído, em parte, ao caráter meramente liberalizador das medidas adotadas pelo governo predecessor. No entanto, a aprovação da Lei da Anistia, cujas negociações haviam iniciado no ano anterior, sinalizou que o regime estava disposto a dar passos mais concretos em direção ao estabelecimento de um governo civil.

Apesar do caráter polêmico da lei, em virtude da extensão da anistia também a pessoas que tivessem cometido crimes em nome do regime, sua aprovação foi considerada uma vitória por ambos os lados. Na ocasião de envio da proposta de lei para o Congresso, em junho de 1979, Figueiredo anunciou:

Quer o Governo, com isso, evitar o prolongamento de processos traumatizantes para a sociedade. Certos eventos, **melhor silenciá-los, em nome da paz da família**

brasileira. Nosso projeto é claro e simples em seus objetivos. Seus efeitos abrangem a reintegração, sem restrições, na militância política, de todos os dela afastados por delitos políticos (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 1979b, p. 61, grifo nosso).

Embora tenha declarado que a reintegração da militância política era um dos pontos centrais abordados pela lei, a fala do presidente também pode ser interpretada em um contexto mais amplo como uma tentativa de assegurar uma forma de proteção contra um possível revanchismo em relação aos militares em um futuro governo civil – sob o pretexto da “paz dos brasileiros”. Logo em seguida, Figueiredo elenca os princípios que seriam compartilhados pelo regime e pelo país:

Espero ver os anistiados reintegrados na vida nacional. E que, isto feito, saibam, possam e queiram participar do **nosso esforço em prol dos ideais que — sendo os da Revolução de 1964 — são os de toda a Nação:** Por uma sociedade pluralista — na qual os contrários convivam no respeito às leis e sob sua proteção. Por um regime político em que a liberdade de todos se expresse e garanta nos direitos e nos deveres de cada um. Pelo respeito à Lei, como expressão da realidade nacional, e não como **produto de alienações deformadoras.** Por uma economia mais forte, mais liberal, apta a distribuir os bens e as rendas de forma mais justa, entre todos os brasileiros (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 1979b, p. 61, grifo nosso).

A função distorciva da ideologia trabalhada por Ricoeur (2017) pode ser utilizada na análise do trecho acima. Por meio de uma referência à “Revolução” de 1964, Figueiredo busca estabelecer uma ligação entre o regime e os interesses da população brasileira, os quais incluiriam uma ampla liberdade de expressão e a garantia de direitos fundamentais. No entanto, é sabido que o período da ditadura militar – especialmente em sua primeira década – foi marcado por sucessivas iniciativas de combate e repressão a grupos de oposição, sendo o Ato Institucional nº 5 (1968) seu principal marco.

Ademais, há uma primeira menção a grupos discordantes na sociedade civil por meio da menção aos “contrários” que deveriam conviver pacificamente. Conforme Van Dijk (2013), uma das classificações básicas de uma ideologia consiste em sua identidade, isto é, na autopercepção de um grupo enquanto espaço separado de ação. No trecho referido, ocorre uma distinção entre parcelas da sociedade de acordo com suas crenças. Essa distinção, principalmente em relação a setores da oposição, será mais explicitamente evidenciada em outros trechos ao longo desta seção.

Na ocasião do 16º aniversário do golpe militar, em 31 de março de 1980, o Presidente Figueiredo novamente faz menção aos supostos riscos que a democracia brasileira corria no início da década de 1960. Além disso, também cita – e condena – a postura de membros da oposição ao regime.

Sob o manto de proteger os pobres e necessitados, os inimigos da democracia realmente buscavam o esbulhamento de um **povo pacífico e ordeiro**. Enfim, o atropelo dos seus direitos e a negação das conquistas sociais já obtidas. E, ainda, a **submissão ideológica**, política e econômica do Brasil a interesses contrários aos nossos. [...] Só os que fazem oposição por fazê-la negarão a firmeza com que continuamos empenhados em realizar tudo o que, há 16 anos, pregávamos como ideal atingível (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 1980, p. 39-40, grifo nosso).

De maneira mais direta, Figueiredo acusa os “inimigos da democracia” – representados pelo governo de João Goulart (1961-1964) – de priorizarem seus interesses ideológicos em detrimento das conquistas sociais e econômicas já obtidas pela população brasileira. Pode-se observar que a retórica de acusação de um grupo opositor como “ideológico” é bastante recorrente nos discursos presidenciais ao longo do período do regime militar. Por outro lado, os ideais conservadores defendidos pelas Forças Armadas à época não eram tidos como ideológicos, mas sim como o que seria adequado para o país. Segundo Van Dijk (1998), é comum que, no discurso, o grupo ao qual o indivíduo pertence possua a “verdade” ou “argumentos”, ao passo que o grupo oponente possua “ideologias”.

Em se tratando do processo de transição política iniciado no governo anterior, o presidente utiliza o tópico para, mais uma vez, mencionar as conquistas do regime segundo sua visão.

E se a abertura política, iniciada conscientemente pelo meu ilustre antecessor, parece pôr mais em evidência os eventuais desacertos do que as grandes e permanentes realizações, sugiro que não nos esqueçamos da advertência feita pelo Presidente Ernesto Geisel. Temos o dever de recordar, disse o Presidente “aos que não viveram tão aziagos tempos, **o que foi o pesadelo, a angústia que amortalhava os corações bem formados, na vigília prolongada ante a agonia da Nação, que parecia já ferida de morte**”. O que foi “o abismo de inépcia, perplexidade, corrupção e desordem em que soçobravam todas as instituições da sociedade brasileira” (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 1980, p. 43, grifo nosso).

Embora, como discutido anteriormente, os próprios militares enxergassem o regime como temporário, havia certo receio de que a crescente pressão por uma transição para um governo civil colocasse em xeque não apenas as realizações, mas também a legitimidade dos militares. Nesse sentido, utiliza-se da evocação a um suposto passado de ameaça e instabilidade que haveria antecedido os governos militares, no intuito de preservar sua imagem.

Isso vai ao encontro do que é discutido por Ricoeur (2017) sobre a função de legitimação da ideologia, segundo a qual o aparelho ideológico seria uma espécie de complemento da função coercitiva do Estado. No contexto acima, a legitimação do regime seria oriunda do sucesso do regime militar em “proteger a nação” das possíveis consequências que os governos civis das décadas de 1950 e 1960 teriam sobre a sociedade brasileira. Dessa forma, a ênfase

dada à questão da ordem durante a ditadura militar era descrita como um aspecto positivo quando comparada ao cenário anterior retratado por seus dirigentes.

Dois anos depois, no 18º aniversário do golpe de 1964, Figueiredo voltou a enfatizar uma dita polarização existente na época. Nas quase duas décadas de regime militar, a população brasileira havia crescido em 50 milhões de habitantes e, segundo o presidente, era necessário conscientizar a nova geração acerca do estado do país antes da “revolução”.

A grave crise institucional, que ameaçava as estruturas do Estado, chegava ao seu ponto culminante, **quando as classes armadas, com o apoio inequívoco da Nação, se opuseram, mediante decisão histórica, à derrubada da ordem constitucional e democrática.** A restauração da ordem jurídica constituiu o objetivo primeiro do movimento revolucionário. Não quis este sair da legalidade. Se a quebrou, inicialmente, foi para resgatá-la, impedindo que submergisse sob a avalanche subversiva. Ao invés de renegar o regime democrático, quis defendê-lo dos que lhe maquinavam a ruína (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 1982, p. 90-91, grifo nosso).

No trecho acima, merece destaque a afirmação de que as Forças Armadas se opuseram a uma iminente derrubada da democracia. Ainda que o presidente admita, brevemente, que possa ter havido quebra da legalidade no início do regime, tal quebra encontra sua justificativa na defesa da ordem constitucional. Novamente, percebe-se a utilização da ideologia no discurso com uma finalidade distorcida, a fim de desviar a atenção da população das ações desempenhadas pelo regime, as quais iam de encontro aos preceitos democráticos oficialmente defendidos.

Em outro excerto do mesmo discurso, Figueiredo tangencia a questão da transição política ao se referir a políticos opositores por meio de termos depreciativos.

A democracia de certos dirigentes opositores não é, no entanto, a democracia do diálogo, da moderação e da tolerância. **É, pelo contrário, a democracia da agressão e da incontinência.** É a democracia dos que, pondo de lado a racionalidade do diálogo, se comprazem na aspereza verbal, na deformação dos fatos, na omissão do respeito devido, por todos os títulos, ao Chefe de Estado (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 1982, p. 92, grifo nosso).

De acordo com Van Dijk (2013), a autoimagem de um grupo tende a ser predominantemente positiva, ao passo que aquela de outros grupos tende a ser negativa. Isto, por sua vez, gera uma estrutura de ideologia polarizada de “nós” versus “eles”. Na passagem acima, ao descrever alguns dirigentes opositores como não inclinados ao diálogo e, até mesmo, irracionais, Figueiredo estava, implicitamente, afirmando que os líderes políticos do regime possuíam características opostas: racionalidade e propensão ao debate civilizado.

O fato de o regime ter iniciado as medidas de liberalização de forma voluntária contribuía para essa narrativa. Como discutido anteriormente sobre as tipologias das transições

para a democracia, embora os custos de manutenção do regime estivessem se tornando cada vez mais altos, as lideranças militares ainda possuíam recursos suficientes para dar início ao processo e buscar limitar as demandas dos demais atores.

Ainda no discurso de 31 de março de 1982, Figueiredo faz referência direta às importantes eleições gerais daquele ano.

No momento em que entramos na fase mais acesa da luta pré-eleitoral, não é demais lembrar que a Nação, como ficou demonstrado em 31 de março de 1964, **quer a tranquilidade da ordem, exige a conciliação da liberdade com a segurança**, repudia as maquinações da esquerda radical; está disposta a defender, intransigentemente, a cidadela da democracia liberal, da democracia pluralista, da democracia econômica, da democracia social, da democracia humanista, da **democracia autenticamente brasileira**, que estamos construindo e de cujo caminho nada me desviará (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 1982, p. 93, grifo nosso).

Conforme tratado na seção anterior, as eleições de 1982 representaram uma importante conquista de espaços políticos por parte de figuras da oposição. Ainda que o Governo Figueiredo não tenha sido marcado por manifestações de caráter mais violento por parte de parcelas mais radicais da oposição, era notória a preocupação de que a eleição de dirigentes mais à esquerda levasse à uma perda do controle do processo de transição que, até então, permanecia sob domínio do regime militar. Sendo assim, ao final de seu discurso, enfatiza os princípios de conciliação em busca de uma “democracia liberal”.

Em abril de 1983, ocorreu em São Paulo uma manifestação expressiva organizada pelo Movimento Contra o Desemprego e a Carestia, cujas principais demandas diziam respeito à crise econômica e à alta taxa de desemprego no estado. No entanto, de acordo com reportagem da Folha de S.Paulo (2018), a passeata pacífica foi hostilmente recebida pelas forças policiais, o que, por sua vez, culminou em uma série de saques e depredações que duraram por cerca de três dias. No dia 09 de abril de 1983, o Presidente Figueiredo se pronunciou sobre os acontecimentos:

Briga com o processo de abertura a explosão de violência que o País acaba de testemunhar. O sistema democrático, em cujo aperfeiçoamento povo e Governo se acham empenhados, oferece meios pacíficos e civilizados para a defesa de quaisquer interesses, pretensões ou direitos. Os atos de vandalismo, que alarmaram a Nação, atentam, antes de tudo, contra a ordem democrática, que nos cumpre preservar. **A abertura democrática constitui processo de reforma gradual e pacífica da sociedade: não é licença para a subversão da ordem e das instituições** (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 1983, p. 55-56, grifo nosso).

Além de condenar os atos de violência por parte dos manifestantes, Figueiredo também utiliza o pronunciamento para reafirmar seu controle sobre o caráter gradual do processo de transição política no Brasil. De fato, desde o início da abertura até a escolha do primeiro

presidente civil após a ditadura militar, se passariam 11 anos. Cabe apontar, como afirma Arturi (2001), que o gradualismo e a extensa duração do processo acabaram garantindo certas prerrogativas aos militares, as quais foram claramente sentidas no governo seguinte.

Em 1984, um ano antes de os militares deixarem o poder, os discursos de Figueiredo começam a fazer referências mais explícitas sobre quais seriam os ideais do regime para a conclusão da transição política e para o governo que o sucederia. No dia 31 de março de 1984, em ocasião do 20º aniversário do golpe militar, o presidente, mais uma vez, estampou o movimento como sendo reflexo direto da vontade popular.

O movimento de março de 1964, como ficou dito na sua declaração de princípios, não traduziu o interesse e a vontade de um grupo, **mas o interesse e a vontade da Nação**. Teve por objetivo assegurar ao novo governo os meios indispensáveis à obra de reconstrução econômica, financeira, política e moral do Brasil (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 1984a, p. 43, grifo nosso).

Ao tratar as ações que levaram ao golpe de 1964 como uma expressão da “vontade da Nação”, Figueiredo busca descreditar a ideia de que os militares teriam uma agenda particular cujos resultados só poderiam ser atingidos por meio da tomada do poder. Para Van Dijk (2013), a utilização de proposições no discurso é essencial para que determinado grupo deixe clara sua distinção em relação aos demais. No trecho acima, a menção a “meios indispensáveis” transmite a ideia de que aquela seria a única alternativa possível – e necessária – a ser seguida. Outro exemplo pode ser encontrado no mesmo discurso:

O objetivo final que sempre nos moveu — a todos quantos nos engajamos nessa cruzada patriótica — consiste em preservar valores essenciais à nossa maneira de vida. **Entre esses valores se conta o convívio ou regime democrático, cujo aperfeiçoamento é nossa constante preocupação.** [...] Possuo consciência, também, como já tenho assinalado, de que a liberdade, garantida no passado, pode já ter sido igual, porém não foi maior do que a liberdade hoje reinante no País (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 1984a, p. 44, grifo nosso).

Idealmente, um discurso – especialmente político – necessita de um nível de coerência local, isto é, de um encadeamento de ideias baseado nas pressuposições compartilhadas entre quem discursa e quem recebe o discurso, as quais geralmente possuem uma base ideológica (VAN DIJK, 2013). O reforço do conceito de patriotismo, observado na passagem acima, vai ao encontro do argumento de preservação dos interesses nacionais, além de qualificar o movimento por meio da utilização de uma característica considerada positiva.

Ainda, ao não limitar a preocupação do regime com a democracia ao período de abertura iniciado em 1974, mas descrevê-lo como uma “constante preocupação” desde 1964, Figueiredo aplica novamente o discurso enquanto ferramenta ideológica distorcida (RICOEUR, 2017), visto que o cerceamento de direitos ocorrido no período em questão era inconsistente com os

valores democráticos supostamente defendidos. Observa-se, também, um importante peso dado à noção de “liberdade”, à qual são atribuídos aspectos tanto políticos quanto econômicos.

No que diz respeito às medidas práticas necessárias para a conclusão do processo de transição política, Figueiredo declarou:

Entendo que, nas circunstâncias atuais da sociedade brasileira, o caminho mais adequado para atingir a plena institucionalização democrática do País é o indicado pela própria Constituição, que prevê modos eficazes para sua modificação e aperfeiçoamento. Poderes constituintes possui o atual Congresso Nacional, posta a questão em termos de reforma da Carta Magna, segundo a tramitação nela estabelecida. **Cumpra ao Governo definir posição sobre a forma da escolha do futuro Presidente da República. A eleição direta é inoportuna no momento, muito embora reconheça aconselhável restabelecê-la no futuro** (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 1984a, p. 45, grifo nosso).

Dentre os discursos analisados, o excerto acima é um nos quais se mostra mais explicitamente a irredutibilidade do regime em abdicar de um forte controle sobre a transferência de poder, ainda que – especialmente após a eleições de 1982 – tal gerência não fosse mais tão absoluta. No fragmento destacado, são atribuídos ao governo o papel e a legitimidade acerca do formato a ser utilizado para a escolha do próximo presidente.

No que concerne à posição do governo em relação ao modelo dessa escolha, é evidente a preferência por eleições indiretas por meio do Congresso Nacional. Dentre outras razões, isto pode ser atribuída à expressiva conquista de cargos por políticos de oposição nas eleições de 1982, o que representava uma ameaça na eventualidade de uma eleição direta para o Executivo nacional. Desse modo, buscava-se, por meio do Colégio Eleitoral, a escolha de dirigentes com uma posição mais moderada em relação ao regime.

Minha posição quanto às eleições indiretas, para escolha do meu sucessor, está limpidamente definida em discurso que proferi perante a primeira convenção nacional do Partido Democrático Social, realizada em Brasília, a 30 de novembro de 1980. Ao referir-me às eleições de 1982, frisei “nesse dia, vamos conquistar a maioria das câmaras municipais e das prefeituras. Das assembléias legislativas e dos cargos de Governador. Da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. E, conseqüentemente, legitimamente a maioria do Colégio Eleitoral que elegerá meu sucessor” (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 1984a, p. 45).

Embora o PDS tenha elegido a maior bancada da Câmara dos Deputados, ocupando 235 das 479 vagas, a capilarização do partido proposta por Figueiredo não ocorreu de acordo com o esperado. Sendo assim, ainda que a maior parte do Colégio Eleitoral pertencesse ao partido do regime, as negociações com os deputados opositoristas para a escolha do próximo presidente representariam um desafio maior. De qualquer forma, como ressaltado por Figueiredo no trecho acima, as eleições indiretas continuavam sendo a alternativa defendida oficialmente.

Contudo, algumas parcelas da oposição, nomeadamente deputados do Partido Democrático Trabalhista (PDT) e do Partido dos Trabalhadores (PT), defendiam a escolha do governo sucessor por meio de eleições diretas. Este argumento ganhou certa força após as grandes mobilizações da sociedade civil impulsionadas pelo movimento Diretas Já. Quanto a isso, Figueiredo afirmou:

Não é hora, pois, para que, **em nome de argumentos ilusórios e oportunistas**, se venha impugnar agora a eleição indireta do Presidente da República. Trata-se de forma legítima de escolha do Chefe-de-Estado, consagrada pela grande maioria das nações democráticas. Manterei, pois, a eleição indireta, para o meu sucessor. A eleição direta, em dois turnos, será proposta para o futuro. A revisão constitucional, que proporei, não radicaliza posições. Oferece para o problema sucessório solução de compromisso, **reclamada pela tranquilidade da Nação**, e atende a exigências inadiáveis de nossa evolução constitucional (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 1984a, p. 46, grifo nosso).

Mais uma vez, observa-se o emprego de termos de cunho negativo para fazer referência a quem se opunha ao projeto defendido pelo regime. Ao passo que a solução proposta pelo governo seria legítima e levaria em conta a tranquilidade reclamada pelo país, eleições diretas seriam fruto de argumentos infundados e aspirações oportunistas. Isto vai ao encontro da descrição dos atores de oposição realizada ao longo dos discursos presidenciais, apesar de, na maioria das vezes, tais atores não serem nomeados. Além disso, a superioridade da via indicada pelo regime é ainda mais corroborada por meio da comparação com outros países cujos governos eram democráticos.

No dia 16 de abril de 1984, o Presidente João Figueiredo encaminhou ao Congresso Nacional uma proposta de emenda constitucional, cujas mudanças incluíam a redução do mandato presidencial para quatro anos e o restabelecimento das eleições diretas para as prefeituras das capitais. No discurso proferido na ocasião, foi dada ênfase ao papel de liderança assumido pelo regime durante o processo de transição política.

Meu projeto democrático nunca foi rígido. Cada passo, cada medida proposta ao Congresso, no sentido de mudança, na direção da abertura democrática, foram precedidos de análise metódica para aparar arestas, vencer resistências, ajustar interesses maiores. A essência da democracia é a disposição permanente para transigir, sempre que o exigir o interesse público. **Com a ajuda de Deus e graças a esse processo, em que a responsabilidade e a negociação prevaleceram, chegamos à democracia de direito e de fato** (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 1984b, p. 79, grifo nosso).

Na parte acima, Figueiredo descreve seu projeto democrático como resultado de um planejamento estratégico, cujo objetivo central seria atender aos interesses públicos. Por esta razão, não deveria ser tido como uma empreitada rígida – ou, ainda, intransigente –, mas sim responsável. Merece destaque, ainda, a menção à ajuda divina – bastante utilizada pelos

presidentes durante a ditadura militar – na tarefa de alcançar um sistema político verdadeiramente democrático. Van Dijk (2013) afirma que a ordem de elementos no discurso, neste priorizando a ajuda de “Deus”, influencia diretamente na recepção da ideia por parte de quem o recebe.

Conforme tratado anteriormente, embora já estivesse definida a escolha do primeiro governo civil após a ditadura por meio do Colégio Eleitoral, Figueiredo não deixa de reafirmar a superioridade do modelo adotado pelo regime, bem como de desqualificar os argumentos contrários a ele.

Eu não me oponho à mudança. Eu proponho mudar. Mas é preciso mudar com responsabilidade, é preciso mudar com segurança, é preciso mudar com tranqüilidade. E isso só pode ser feito pelo entendimento e pela negociação entre as forças políticas nacionais. **Não nos devemos precipitar levados pela emotividade e pelo radicalismo de alguns que querem manipular a vontade do povo para atender objetivos pessoais imediatistas.** [...] A Oposição procura fazer crer que somente a eleição direta seria instrumento eficaz de mudança. E, contrariamente, que a eleição indireta seria obstáculo para as mesmas mudanças que a sociedade exige. (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 1984b, p. 80-81, grifo nosso).

Pode-se afirmar que características como “emotividade” e “radicalismo” não são consideradas ideais ou almejavéis em um contexto político. Nesse sentido, sua utilização em referência à parte da oposição que reivindicava eleições diretas era realizada com o intuito de depreciar a pauta em questão, embora, oficialmente, o regime se declarasse aberto ao diálogo entre as partes envolvidas. Por outro lado, termos como “responsabilidade”, “segurança” e “tranquilidade” são empregados com frequência em alusão às proposições defendidas pelo regime.

A postura adotada por Figueiredo no discurso também pode ser observada no trecho abaixo:

A abertura política não se fez sem riscos. Queremos que ela prossiga sem recuos. **É dever do homem público olhar serenamente para o futuro e não capitular perante as paixões do presente.** Condutor do processo de abertura, responsável em alto grau pelas dimensões por ela alcançadas, tenho autoridade para reclamar dos políticos brasileiros que não me sonquem a sua colaboração para resolver os graves problemas que angustiam a Nação (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 1984b, p. 82-83, grifo nosso).

É notório que a iniciativa de abertura política, ainda no Governo Geisel, representava riscos para os militares, visto que havia a possibilidade de que demandas da oposição que eram contrárias aos interesses de preservação da elite política do regime angariassem certo apoio da população. Não obstante, ao assumir responsabilidade pelos principais feitos durante o processo, Figueiredo – e, por extensão, os dirigentes da ditadura – buscava legitimar a nova

ordem que estava sendo construída por meio do estabelecimento de ligações com a ordem anterior.

Outro ponto que merece destaque é a inclinação do regime militar em direção à uma economia de mercado de cunho liberal. A estatização de empresas privadas havia se mostrado uma preocupação importante no início da década de 1960 e ainda era malvista por parte dos militares. Nesse contexto, em um pronunciamento durante a posse da diretoria da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), em setembro de 1984, Figueiredo expressou a necessidade do apoio da classe industrial nos anos seguintes.

Aceitei com muito prazer o convite para comparecer a esta reunião, porque desejava, mais uma vez, manifestar pela minha presença a fé inabalável que deposito na livre iniciativa e no funcionamento da economia de mercado como pilares de sustentação do Brasil livre e democrático. A hora não comporta hesitações. **É hora de união em torno dos objetivos nacionais para consolidar a sociedade livre e democrática que a Nação deseja construir e preservar** (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 1984c, p. 157-158, grifo nosso).

É sabido que dois dos pilares mais importantes do golpe militar de 1964 eram o anticomunismo e a defesa do liberalismo econômico. Nesse sentido, era natural que os interesses de grandes empresários estivessem alinhados com aqueles do regime. Porém, logo antes da transferência de poder para o governo civil, Figueiredo incumbe tais empresários da tarefa de auxiliar a recuperação da economia brasileira, especialmente no que dizia respeito à elevada taxa de inflação: “da colaboração dos Senhores depende a concretização do propósito de entregar a meu sucessor um país fundado em sólidas instituições democráticas e uma economia novamente em crescimento” (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 1984c, p. 159).

A taxa de inflação à época havia levado a conjuntura econômica brasileira a um estado tão delicado que, em outubro de 1984, o Presidente Figueiredo adotou uma postura mais moderada durante um discurso sobre medidas econômicas impopulares que precisariam ser adotadas no combate ao aumento dos preços e no restabelecimento do crescimento econômico no país.

As atenções das correntes políticas e da imprensa têm-se voltado, predominantemente, para a questão da sucessão presidencial. Embora relevante, e merecedora, por isso mesmo, de meus cuidados, tal questão deve, por ora, passar a segundo plano. [...] O debate, **e mesmo a controvérsia**, que presenciamos diante das opções que se apresentam, são próprios da vivência democrática. Considero-os saudáveis e necessários. Provam o fortalecimento das instituições democráticas. Tenho tomado conhecimento de todas as alternativas e sugestões apresentadas (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 1984d, p. 161, grifo nosso).

Observa-se que o excerto acima se diferencia daqueles dos discursos anteriores ao descrever de maneira neutra – quase positiva – as discordâncias políticas ao longo do processo

de transição, atribuindo a elas um papel fundamental na própria democracia. A defesa irreduzível mudança por meio de eleições indiretas não se faz presente. Ao invés disso, são buscados elementos comuns entre os grupos opositores, como o objetivo de conter uma deterioração ainda maior da economia nacional. Tendo em vista que as medidas seriam, inevitavelmente, onerosas à uma grande parcela da sociedade, era necessário que houvesse um consenso bem estabelecido no campo político.

No dia 28 de dezembro de 1984, Figueiredo discursou em cadeia nacional de rádio e televisão pela última vez em um ano completo de mandato. Ainda no início, o presidente reconheceu as dificuldades trazidas pela crise econômica e admitiu possíveis erros de administração durante sua gestão.

Tornou mais árdua a gestão governamental. Exigiu se desviasse para a administração da crise tempo que normalmente cumpria dedicar a trabalho criador, produtivo e reformista. [...] **Defeitos ou omissões terão ocorrido no desempenho de nossos encargos.** A guerra comum contra a pobreza e contra o sofrimento está ainda, certamente, por vencer (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 1984e, p. 319-320, grifo nosso).

Entretanto, este não é o tom adotado no restante de sua fala. Logo em seguida, Figueiredo tenta elencar as ações desenvolvidas durante seu governo no intuito de minimizar os efeitos da conjuntura econômica no país. Van Dijk (2013) afirma que é comum, durante o discurso, posicionar os elementos possivelmente negativos ou controversos no começo no pronunciamento para, dali em diante, focar nos aspectos positivos do grupo ao qual o orador pertence. O trecho abaixo serve como exemplo dessa abordagem:

A serviço dos valores democráticos, conduzimos o processo político com espírito de compreensão e de transigência, que contribuiu para que a equação sucessória se estabelecesse sem pressões ou turbulências. A transferência do poder, em momento crítico da nossa história política, se realizará, desta sorte, democraticamente. O ideal, que nos movia, era o entendimento no seio das correntes partidárias, quando não o consenso entre todas elas. A perfeição, que se almejava, não foi obtida. Conseguiu-se, contudo, criar atmosfera que favorece a cooperação no sistema de poder, que se vier a formar, de todas as tendências ou organizações partidárias (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 1984e, p. 321).

De modo semelhante ao que foi feito durante o discurso sobre as novas medidas econômicas do governo, a postura do regime em relação ao negociações acerca do processo de transferência do poder é descrita como conciliadora e transigente. Para tanto, afirmou-se que se buscava, caso não fosse possível um consenso, o melhor entendimento possível entre as diferentes demandas dos partidos. Embora Figueiredo reconheça que o resultado final não tenha sido o ideal, diferentemente de pronunciamentos anteriores, não são atribuídos à oposição uma falta de disposição ao diálogo ou uma irreduzibilidade na defesa de suas pautas.

Uma das interpretações em relação à mudança de tom no discurso presidencial pode ser atribuída ao fato de que, uma vez consolidada a escolha das eleições indiretas como definidoras do governo seguinte, não se fazia necessária a pressão exercida anteriormente sobre os grupos de oposição. Ao invés disso, o cenário se mostrava mais propício para a adoção de conduta conciliadora, a qual se mostrava ainda mais necessária na iminência da saída dos militares do poder.

O amanhã de mudanças, que se prevêem, será, assim, um amanhã de problemas, cuja solução, no universo das relações sociais, tocará, fundamentalmente, à política e aos políticos. **Vale dizer: à política e à classe política. As forças espirituais e morais que nos têm guiado, velarão pela segurança do nosso destino histórico.** Dissídios quanto à métodos e processos não nos desviarão dos grandes objetivos nacionais se, ao contrário do que tem acontecido, a sinceridade política colocar acima de considerações particulares os interesses supremos da Nação (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 1984e, p. 322, grifo nosso).

Apesar do reconhecimento dos desafios a serem enfrentados, a passagem acima denota um tom otimista por parte do presidente. Chama a atenção, porém, a atribuição da responsabilidade de resolver as questões sociais unicamente à classe política. Tal afirmação, não por acaso, é feita em um contexto de fortalecimento e mobilização de movimentos sociais, especialmente do movimento sindicalista. A fala de Figueiredo, portanto, implicitamente defende a ideia de que tais grupos devem permanecer distintos do campo político.

3.2 Oposição na Câmara dos Deputados e no Senado Federal: a reivindicação de eleições diretas

Após a análise de discursos presidenciais que versavam sobre o processo de transição política ao longo do Governo Figueiredo, se mostra necessária, também, a averiguação de discursos da oposição durante o mesmo período. Para tanto, foram escolhidas as figuras de Ulysses Guimarães, Deputado Federal pelo estado de São Paulo, presidente do MDB (depois MDB) e líder oposicionista na Câmara dos Deputados; e Tancredo Neves, Senador Federal por Minas Gerais e integrante do Partido Popular (PP) – antes de sua incorporação pelo PMDB.

Em novembro de 1979, foi votada e aprovada pelo Congresso Nacional uma reforma partidária proposta pelo regime militar, a qual instituía novas regras para a formação de partidos políticos e, assim, extinguiu os partidos da ARENA e do MDB nos moldes que haviam sido estabelecidos pelo Ato Institucional nº 2 (1965). Sob o ponto de vista da oposição, tratava-se de uma estratégia dos militares para fragmentar o MDB antes das eleições gerais agendadas para 1982. Na ocasião, o deputado Ulysses Guimarães se manifestou na tribuna da Câmara:

A chamada reforma partidária não é um projeto parlamentar. É uma violência. Se for aprovado, não será lei, porque a violência não é lei. [...] Trata-se de uma reforma partidária que não ouviu partidos, nem os existentes, nem as forças populares que podem organizá-los. [...] Não há uma só consciência bem formada, neste Congresso e neste País, que admita que o Partido da oposição possa ser destruído pelo Governo que critica e do qual é alternativa popular e pela maioria partidária que lhe é rival. **Isso é violência por sentença do bom senso e por maldição de uma democracia de princípios e não de mistificação** (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1979, p. 3.100, grifo nosso).

No trecho acima, Guimarães destaca a importância do MDB enquanto a maior bancada oposicionista no Congresso e, embora não declare explicitamente o caráter autoritário do regime, caracteriza como violenta a iniciativa do regime de desestabilizar o partido rival. Ao passo que a divisão do partido seria benéfica para o projeto de transição liderado pelo regime, visto que poderia ocasionar a dissidência de membros em direção a legendas de postura mais moderada, a perda de números em sua bancada por parte do MDB poderia representar uma força menor na pressão por demandas relacionadas ao processo.

Em outra parte de seu pronunciamento, o deputado afirmou que ocupava o púlpito mais pelo gesto do que pelo discurso em si, embora tenha finalizado com a seguinte frase: “[...] a violência não arrancará a oposição das tribunas populares e democráticas desta Nação” (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1979, p. 3.100). Ao contrário do que era esperado, o deslocamento de políticos do MDB em direção a outros partidos – como o PDT de Leonel Brizola – não foi expressivo. Além disso, foi possível manter a sigla quase inalterada por meio do acréscimo do “P”, de partido, em seu início.

No final de 1981, o Governo Figueiredo encaminhou para votação na Câmara dos Deputados um pacote com novas regras eleitorais, que ficou conhecido como Pacote de Novembro. Dentre as alterações, estavam a implementação do voto vinculado, isto é, todos os candidatos escolhidos pelo eleitor deveriam pertencer ao mesmo partido, bem como a proibição de coligações para os cargos de prefeito, governador e senador (MEMORIAL DA DEMOCRACIA, s.d.). A proposta enfrentou rejeição severa por parte dos partidos de oposição. Em sua fala na Câmara no dia 17 de dezembro, Ulysses Guimarães reproduziu um trecho de seu discurso na II Convenção Nacional do PMDB, realizada no dia 05 do mesmo mês.

Hoje, agora, o PDS está reunido. Não em Convenção, para democraticamente eleger seu Diretório Nacional, como o faz o PMDB. Não. **O Diretório Nacional do PDS, como perjuro, se ajoelha no altar da infidelidade para jurar fidelidade ao pacote eleitoral, embrulhado pela prepotência.** Esse nefando pacote massacra a liberdade de expressão do pensamento político do cidadão. Porque a eleição é a garantia desse direito político de expressão. [...] O Congresso Nacional é convocado extraordinariamente para empreitada extraordinária: **falsear as eleições**, mudar o sinal das urnas, pelas quais o povo quer caminhar para a oposição e a violência impõe que

marche para o Palácio do Planalto (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1981, p. 15.122, grifo nosso).

Guimarães utiliza termos de conotação negativa para se referir aos membros do PDS, descrevendo seus interesses como contrários àqueles da maioria do eleitorado. Por outro lado, o PMDB estaria incumbido de, por meio da defesa dos princípios democráticos, impedir a tentativa de manipulação dos resultados eleitorais de 1982 que se encontrava em curso. Segundo Van Dijk (2013), a utilização de metáforas – como o “altar da infidelidade” – são ferramentas eficazes quando se busca desqualificar outros grupos por meio do discurso.

Na tentativa de obstruir a aprovação do Pacote de Novembro, Ulysses Guimarães propõe a união dos partidos de oposição no combate à implementação das novas regras eleitorais:

Neste momento, o PDS se rende pela fidelidade ao pacote eleitoral. O PMDB proclama sua fidelidade à união. **O povo está unido na oposição, os Partidos da oposição não podem estar desunidos na oposição.** A união, mais do que uma opção, é um dever. [...] Com grandeza e sem projetos pessoais, a legenda do PMDB, no impasse da presente conjuntura, abrigará as instituições e os democratas que se congregarem para vencer a incompetência e a ilegitimidade democrática que assolam o País e participará dos atos públicos de conscientização e protesto (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1981, p. 15.122, grifo nosso).

Ao afirmar que as esperanças do povo estavam centradas na oposição, o deputado deixava implícito que a responsabilidade de atender as demandas populares – o que incluía a abertura política – não poderia ser confiada aos dirigentes do regime. Apesar de o pacote ter sido rejeitado até mesmo por partidos de oposição localizados mais ao centro do espectro político, como PDT e PP, os militares conseguiram colocar em vigor a emenda constitucional do Pacote de Novembro em janeiro do ano seguinte por meio do mecanismo de decurso de prazo (MEMORIAL DA DEMOCRACIA, s.d.).

Em agosto de 1983, no auge das discussões acerca do melhor modelo a ser adotado para a eleição do primeiro governo civil após a ditadura, Guimarães utilizou o plenário da Câmara para expressar a preferência de seu partido pela via do voto direto. Durante a introdução, reafirma o compromisso do PMDB com a democracia e manifesta crescente preocupação com a conjuntura econômica do país.

Para o PMDB o institucional é a democracia, instrumentalizada por uma constituição estruturada pela vontade política da sociedade. [...] O regime politicamente fechado desestabiliza e desintegra a iniciativa empresarial. [...] No patamar federal, um governo sem legitimidade democrática não tem representatividade popular e, não tendo representatividade, não tem credibilidade interna e externa. **Só a eleição direta leva à legitimidade e ao consenso real** (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1983, p. 7.968, grifo nosso).

Na passagem acima, o deputado questiona a legitimidade dos militares e, por consequência, atribui a baixa credibilidade do governo frente à população a seu caráter

ilegítimo. Além disso, o fato de o regime ser politicamente fechado estaria contribuindo para a incerteza da iniciativa empresarial. A realização de eleições diretas, por outro lado, se mostraria como a solução dos dilemas presentes no cenário nacional, visto que esta só poderia ser alcançada por meio de um governo legítimo.

Chama a atenção a menção da falta de legitimidade como um ponto utilizado para a suspeição dos interesses do regime, tendo em vista que o próprio Figueiredo procurava conferir legitimidade às ações dos militares por meio da retórica de proteção do bem-estar dos cidadãos. Na fala abaixo, fica mais evidente a inversão da lógica utilizada pelo governo para justificar suas propostas:

A Eleição direta em todos os níveis, principalmente para o Executivo federal, é o caminho para devolver à sociedade o direito de dirigir o seu destino. Não se trata de escolher personalidades, mas de submeter ao juízo popular as propostas distintas para a administração do presente e para a construção do futuro. A essência da campanha é que os cidadãos sabem e querem solução de seus problemas e transferem seus votos se acreditarem nos Partidos e candidatos oferecidos a seu sufrágio. [...] **O VOTO DIRETO é isto: consubstanciação, num determinado momento, da vontade e das necessidades dos cidadãos, indicação precisa e insubstituível de suas prioridades** (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1983, p. 7.968-7.969, grifo nosso).

Nesse sentido, enquanto Figueiredo apresentava o regime militar enquanto legítimo com base na resguarda da população brasileira contra ameaças que “pairavam a sociedade”, Ulysses Guimarães – e, por extensão, o PMDB – defendia que tal legitimidade só poderia ser alcançada caso os cidadãos fizessem parte diretamente no processo de escolha de seus líderes políticos. Em ambos os casos, porém, pode-se observar a utilização de elementos ideológicos não apenas para a legitimação do discurso nos termos de Ricoeur (2017), mas também do governo.

Em 1984, como discutido anteriormente, o movimento Diretas-Já havia crescido em números e em sua presença em diferentes municípios brasileiros. A defesa da oposição por eleições diretas se encontrava, também, materializada em uma mobilização expressiva da sociedade civil. Em abril daquele ano, Guimarães destacou, novamente, as diferenças entre o projeto do regime e aquele proposto pela oposição.

Com os líderes e companheiros da Oposição e da sociedade civil, participei da democracia direta, exercitada pelo povo em vinte mil comícios realizados nos quatro mil municípios do País, mobilizando cinquenta milhões de brasileiros. Mais do que ouvir, a Nação se fez ouvir. O Governo e a minoria do PDS que ainda o suporta não organizaram uma concentração sequer, **furtaram-se ao contencioso democrático, desaforaram a causa popular do tribunal da opinião pública** para a desqualificação, inaceitável na espécie, de uma Convenção partidária e um Colégio Eleitoral infestados de parentes, apaniguados e interceptadores da voz original das urnas (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1984, p. 2.407, grifo nosso).

Nesse excerto, o deputado implica que a via proposta pela oposição para a transferência de poder era construída por meio do diálogo e do contato diretos com as demandas da população expostas durante os comícios pelas eleições diretas. Por outro lado, o partido do regime, pelo fato de não utilizar instâncias com participação popular como ambientes para formulação de suas propostas, era retratado como contrário às próprias regras democráticas. Para Guimarães, o Colégio Eleitoral representava a materialização da defesa dos interesses das elites políticas do regime em detrimento daqueles dos cidadãos.

Enfim, o povo sabe que "diretas já" não são solução para tudo, mas que sem elas não há solução para nada. Um governo com povo pode errar e ser pacificamente destituído pelo "impeachment" ou substituído pelas urnas, enquanto um governo sem povo erra corrompendo, corrompido, pela incompetência, mas é indefinidamente mantido pela força, ainda que com feições supostamente civis, como o Colégio Eleitoral. [...] O Governo quer rejeitá-la com o inadmissível instituto do veto, sendo apenas o detentor de minoria intransigente, que impatrioticamente se obstina em prevalecer sobre a maioria de votos, controlados pela Oposição (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1984, p. 2.407, grifo nosso).

A referência ao regime militar como um governo “sem povo” remonta, novamente, à ideia da falta de legitimidade pela ausência do voto direto. Embora os membros do Colégio Eleitoral tivessem sido eleitos diretamente nas eleições de 1982, sua escolha do próximo Presidente da República era tida como fruto de um sistema maior baseado na imposição das regras a serem seguidas durante a transição política. Mesmo reconhecendo os eventuais defeitos de um governo eleito democraticamente, Guimarães argumentava que a própria possibilidade de substituição pacífica de um governo era característica central da democracia.

No âmbito do Senado Federal, Tancredo Neves era uma das figuras mais proeminentes da oposição. Embora seu partido tivesse um posicionamento mais moderado em relação ao regime militar, havia algumas convergências com o PMDB no que dizia respeito ao processo de transição política em curso. Em um discurso proferido na Ordem dos Advogados do Brasil do Rio Grande do Sul, em outubro de 1980, o senador explicitou alguns pontos centrais de sua visão sobre o tema.

Não vemos, no Brasil, como transformar a ordem existente brutalmente, de um só golpe, para, em seu lugar, impor, revolucionariamente, a ordem nova. O reformismo lúcido, enérgico e clarividente se nos afigura o método ideal para alcançarmos as metas de uma sociedade pluralista, culta, forte e dinâmica. **Há de destruir, na ordem vigente, os seus aspectos iníquos, as suas estruturas injustas, o que nela existe de violento e obsoleto, por etapas, progressivamente, sem avanços precipitados, mas, também, sem estagnações demoradas, ou com recuos que são sempre funestos** (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2010, p. 548, grifo nosso).

O caráter gradualista e prolongado da transição política brasileira, como tratado anteriormente, era visto por grande parte de oposição como uma estratégia dos militares em

manterem suas garantias políticas na nova ordem. Porém, Neves acreditava não ser possível alcançar um sistema democrático satisfatório de maneira repentina ou, ainda, por meio de uma revolução. Mesmo assim, o senador explicita a existência de aspectos ultrapassados e violentos na ditadura militar, os quais deveriam ser extintos no intuito de estabelecer uma sociedade verdadeiramente justa.

Na mesma ocasião, Neves confere importância a fatores que vão além da extensão dos direitos políticos de uma democracia ritualística:

Mas havemos de convir em que a implantação de uma democracia autêntica, que não exija respeito somente ao seu aparato e ritual liberal, mas, sobretudo, **à criação de condições de acesso do povo ao poder econômico e aos benefícios da civilização, esta democracia é temida pelas elites e classes dominantes em nosso País**, que veem, no avanço social das massas por mais segurança econômica e justiça social, uma ameaça aos seus monopólios e privilégios erigidos sobre a violência e a injustiça (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2010, p. 548, grifo nosso).

Pode-se afirmar que, em geral, os debates entre o regime e a oposição estavam centrados em aspectos práticos e legais sobre o modelo de condução das eleições e as regras do sistema partidário. No trecho acima, entretanto, o senador faz menção à necessidade de políticas que possibilitem o acesso da população também ao poder econômico, o que, segundo ele, ia de encontro aos interesses da elite política e econômica do Brasil. Ao afirmar que os privilégios dessas elites foram alcançados por meio de violência e injustiça, também é questionada a legitimidade de sua posição.

Em junho de 1981, durante a primeira convenção nacional do Partido Popular, Tancredo Neves voltou a dar destaque à importância da consideração de aspectos sociais na busca pela democracia no país. Além disso, afirmou que a conjuntura de crise econômica estava impedindo o Brasil de alcançar seu verdadeiro potencial enquanto nação desenvolvida.

Aos que pretenderam desfigurar e mutilar a nossa imagem nós respondemos com a nossa união, a firmeza do nosso comportamento e com a nossa inquebrantável fidelidade aos princípios que dignificam a consciência do nosso povo. Só temos compromissos com o Brasil. Confrange-nos a alma quando o vemos coarctado no seu destino libertário, quando o contemplamos empobrecido e sofrido na sua economia, quando testemunhamos a sua inferiorização nos valores mais altos e nobres de suas belas tradições (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2010, p. 569-570, grifo nosso).

Logo na primeira frase, nota-se a utilização de termos geralmente utilizados na descrição de atos violentos para se referir aos opositores da formação do PP. Como resposta, há a reafirmação do compromisso do partido com o Brasil e, por conseguinte, com os esforços de recuperação política e econômica. Observa-se, como proposto por Van Dijk (2013), uma distinção clara entre um grupo que estaria disposto a impedir a formação de um novo partido

em virtude da ameaça a seus interesses e um grupo cujos ideais iriam além de meras disputas políticas.

Nesse contexto, Neves também condenou as iniciativas do regime militar no intuito de impedir uma vitória mais expressiva dos partidos de oposição nas eleições de 1982.

Anunciaram eleições livres para o provimento dos cargos de governadores estaduais em 1982. Uma lufada de esperança varreu a imensidão de nossa Pátria. Todos se empolgaram com a ideia e as fagueiras perspectivas de ver o nosso povo erguido, unido e forte, caminhar resolutamente ao encontro do poder. Esperança vã e enganosa miragem. Mal se preconizaram essas eleições, sem demanda de tempo, **os laboratórios do autoritarismo se põem em atividade e já começam a fabricar fórmulas, receitas e mecanismos para truncar e impedir a livre manifestação da vontade popular** (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2010, p. 570, grifo nosso).

É notório que as eleições diretas de 1982 para os governos estaduais, Câmara dos Deputados e Senado Federal representavam para a oposição um importante prelúdio do restabelecimento do voto direto em todas as instâncias políticas. Contudo, medidas de alteração das regras eleitorais foram propostas pelo governo, as quais prejudicavam, principalmente, os partidos menores. A metáfora utilizada por Neves de “fórmulas” sendo fabricadas nos “laboratórios do autoritarismo” deixa evidente a reprovação de tais ações, que são caracterizadas como incompatíveis com a busca pela democracia.

Em agosto de 1981, ao discursar no Senado Federal sobre a repercussão da reforma eleitoral no campo político, Tancredo Neves se manifestou acerca do que achava serem características indispensáveis à democracia e o que poderia ocorrer na ausência destas. Na ocasião, o senador deu enfoque à questão da representação de diferentes parcelas da população – especialmente mulheres e operários – nas instâncias federais.

Quando se quer avaliar o grau de aprimoramento, legitimidade e representatividade de uma democracia, basta observar e examinar a sua legislação eleitoral. Se esta preserva, assegura e garante o voto em toda a sua plenitude, não há dúvida de que estamos em face de um autêntico governo das leis, que é o supremo ideal das civilizações sábias e cultas. **Quando, porém, a legislação eleitoral é um amontoado de postulados espúrios, de insinuantes artificialismos e de mecanismos hábeis, feitos para conter, deturpar e corromper a vontade eleitoral do povo, também não há dúvida de que estamos diante de um simulacro de democracia**, gerando a insegurança dos governos, a instabilidade das instituições e a desordem nos planos administrativo, político, econômico e social (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2010, p. 575, grifo nosso).

No excerto acima, Neves condena veementemente as mudanças realizadas pelo Governo Figueiredo na legislação eleitoral, uma vez que seriam contrárias a princípios básicos da democracia, como a proteção e a garantia ao voto. As alterações propostas, principalmente a implantação do voto vinculado, eram tidas como tentativas de direcionamento dos votos dos eleitores, o que poderia prejudicar partidos menores de oposição que não tivessem uma presença

expressiva no âmbito municipal. A manipulação das regras por parte do regime, por sua vez, seria responsável por desencadear um cenário de instabilidade não apenas político, mas também econômica e social.

Ademais, pode ser observada, neste discurso, certa mudança no que diz respeito ao endosso de uma transição mais gradual. Assim, o senador alerta para os possíveis riscos da demora em atender as reivindicações da população, em especial no contexto de crise econômica acentuada da época. Nesse contexto, demonstra preocupação inclusive com a preservação com o que havia sido alcançado por meio das negociações entre regime e oposição até então. Nota-se, também, uma menção de cunho religioso em “conquistas cristãs”, aspecto não presente nos discursos analisados de Ulysses Guimarães.

Se não promovermos, com urgência, as grandes transformações que a nossa sociedade está reclamando em altos brados, orientando-as, dirigindo-as e incorporando-as com inteligência política à nossa existência, **essas transformações se farão à nossa revelia, sem nós e até contra nós, pela força e violência, levando de roldão, na sua fúria, muito do que deve ser preservado e que constitui acervo indestrutível de nossas conquistas jurídicas, humanas e cristãs** (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2010, p. 581, grifo nosso).

Dois anos depois, em outubro de 1983, Tancredo Neves discursou no Instituto Joaquim Nabuco, em Recife, sobre os passos a serem tomados após as eleições de 1982. Apesar de uma vitória expressiva da oposição em todos os níveis de representação, ainda havia grandes divergências sobre a sucessão do Presidente Figueiredo.

Obtivemos, a Oposição reunida, maioria na Câmara Federal, e elegemos governadores nas áreas mais industrializadas e mais densas de nosso País. Mas, cabe agora a pergunta: as eleições de 1982 foram levadas a sério? Ao que parece, não. No governo e fora dele, até mesmo entre nós, os que a ganhamos, existem aqueles que não conseguiram avaliar a importância dos resultados eleitorais de novembro do ano passado. **O povo, somados os votos, disse de maneira insofismável que deseja uma rápida mudança de rumos.** E demonstrou, com toda a segurança, que reivindica a imediata restauração de todos os seus direitos políticos, entre os quais o de eleger, sem intermediários escusos, o chefe de Estado (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2010, p. 692, grifo nosso).

Para Neves, o grande número de votos recebido pela oposição era um sinalizador por parte da população de que as mudanças em curso deveriam ocorrer de maneira mais acelerada. Dessa forma, era possível afirmar que a pauta da realização de eleições diretas já para o primeiro governo civil recebia um apoio expressivo da sociedade civil. A referência aos “intermediários escusos” – centrados na figura do Colégio Eleitoral – contribuía para o argumento de que não havia real interesse em estabelecer bases estáveis para o retorno da democracia, mas sim garantir a sobrevivência dos dirigentes do regime enquanto elites políticas.

3.3 Conclusões

Durante este capítulo, foram debatidos aspectos referentes ao processo de liberalização e democratização da ditadura militar brasileira, que teve seu início ainda no Governo Geisel (1974-1979), os fatores que levaram à iniciativa da transição política por parte do regime, bem como as principais características dos projetos defendidos tanto pelos militares quanto por membros da oposição. Para fins de construção da análise, foram selecionados trechos de discursos realizados pelo Presidente da República no período de 1979 a 1985, General João Figueiredo, bem como duas das figuras de maior peso da oposição na Câmara e no Senado, Ulysses Guimarães e Tancredo Neves.

Nesse sentido, no que concerne à postura adotada por Figueiredo – e, por conseguinte, pelo regime –, pode-se argumentar que o fato de a iniciativa de abertura política ter partido dos militares contribuiu para uma percepção de que o controle do processo permaneceria com o governo até sua conclusão. Guimarães e Neves, por outro lado, enxergavam tal liderança como uma tentativa dos militares de garantir uma posição vantajosa no cenário político brasileiro após a transição.

Além disso, e cabe ressaltar que este era um elemento presente desde os primeiros governos da ditadura militar brasileira, havia uma constante preocupação em reafirmar um suposto princípio do regime em defender e buscar o aperfeiçoamento dos valores democráticos. Como demonstrado no decorrer do capítulo por meio dos discursos analisados, existia uma autopercepção de que o regime era necessário para assegurar a liberdade aos cidadãos. Para a oposição, tal posicionamento se tornava contraditório devido a medidas como a tentativa de enfraquecer os partidos menores antes das eleições gerais de 1982 e a rejeição da proposta de eleições diretas para a escolha do próximo governo civil.

Nesse contexto, a pauta das eleições diretas consistia em um dos pontos centrais para a oposição, uma vez que sua realização daria aos cidadãos a possibilidade de eleger o próximo Presidente da República pela primeira vez em duas décadas. Dentre os argumentos utilizados para embasar a proposta, estava aquele de que a condução de eleições indiretas levaria, inevitavelmente, a mais um governo “sem povo”, característica utilizada por Guimarães para descrever os mandatos da ditadura militar.

Portanto, pode-se afirmar que fatores como a iniciativa do processo por parte do regime e a falta de recursos por parte da oposição contribuíram para que o governo militar tivesse uma ampla margem de manobra para a condução da transição política durante a maior parte do

período. Entretanto, acontecimentos como a vitória expressiva da oposição nas eleições de 1982 possibilitaram que suas pautas fossem disseminadas também a nível local, embora a escolha de um presidente por meio de eleições diretas não tenha ocorrido até 1989.

4 A TRANSIÇÃO PARA O FIM DO *APARTHEID*: CONCILIAÇÃO E CONCESSÕES

O sistema do *apartheid* pode ser considerado o ponto central das políticas interna e externa da África do Sul entre 1948 e 1990. Tal doutrina, como discutido anteriormente, era baseada na defesa da superioridade da parcela branca de sul-africanos – descendente, principalmente, de colonizadores holandeses – em detrimento da maioria negra da população, a qual era privada de direitos fundamentais e forçada a viver fora dos grandes centros urbanos. De modo semelhante ao realizado no capítulo anterior, a primeira parte do presente capítulo objetiva fornecer um breve contexto sobre o período que antecedeu o processo de transição no país.

Cabe ressaltar que, embora a ascensão ao poder do Partido Nacional em 1948 seja considerada o marco na institucionalização de uma legislação segregacionista, governos anteriores já haviam implementado políticas que tratavam diferentemente cidadãos brancos daqueles de outras etnias. Uma das primeiras leis aprovadas pelo PN sobre o assunto foi o *Population Registration Act* (1950), que tornava necessário o registro da população de acordo com seu grupo racial. Dessa forma, o governo poderia ter um acesso mais direto aos dados da população no que dizia respeito à raça (ADLER; WEBSTER, 1995).

Além disso, em 1959, entrou em vigor o *Promotion of Bantu Self-Government Act*, cujo objetivo consistia em separar fisicamente os diferentes grupos étnicos que compunham o país. Nesse contexto, foram designadas áreas próprias para a população negra, geralmente localizadas no exterior de zonas urbanas. Embora houvesse a justificativa de incentivo à autodeterminação do país, cidadãos negros não tinham a possibilidade de serem proprietários das terras nas quais viviam, podendo apenas arrendá-las de locatários brancos (GILIOMEE, 1995).

Outro aspecto a ser ressaltado é que as políticas de segregação racial não foram instituídas sem que houvesse resistência por parte de grupos opositores. Dentre estes grupos, tem destaque a *Congress Youth League* (CYL), braço do CNA formado durante a Segunda Guerra Mundial e constituído por membros mais jovens que não concordavam com a abordagem pacífica da organização em relação ao governo. A partir do final dos anos 1940, líderes da CYL como Nelson Mandela, Oliver Tambo e Walter Sisulu passaram a incentivar estratégias como greves, boicotes e outras formas de desobediência civil (CLARK; WORGER, 2011).

Como uma resposta direta aos atos conduzidos pela oposição, foi instituído, em 1950, o Ato de Supressão ao Comunismo. Além de tornar ilegal o Partido Comunista Sul-africano, tal ato alargava a definição de comunismo para qualquer tipo de atividade que tivesse como objetivo realizar mudanças de ordem política, social ou econômica no país por meio da promoção de perturbações à ordem pública (MATTES, 2002). Logo, a medida também serviu como justificativa para a repressão de grupos contrários ao governo central mesmo nos casos em que estes não tivessem inclinações comunistas.

Para que o controle de manifestações contrárias ao *apartheid* fosse eficiente, foi necessário que o governo aumentasse os poderes tanto do Ministro da Justiça quanto das forças policiais. No primeiro caso, o ministro passou a possuir livre prerrogativa para a definição de critérios para o banimento de organizações políticas e da sociedade civil. Ademais, Clark e Worger (2011) afirmam que a África do Sul se transformou em um Estado policial, o qual era baseado nas sucessivas leis que visavam a endurecer o regime. Além daquelas citadas acima, foi criado, em 1967, o Ato de Terrorismo, que ampliava o número de atividades consideradas danosas à segurança pública.

Por sua vez, grupos de oposição – especialmente por meio do CNA e do Congresso Pan-Africano (PAC) – deram início à coordenação de atividades a partir de bases localizadas em países vizinhos, tais como Angola e Suazilândia. Por parte do PAC, as estratégias de ação incluíam a utilização de guerrilhas e uma combinação de forças políticas e militares nas áreas urbanas. Por outro lado, a resposta encontrada pelo governo sul-africano veio por meio da formulação da chamada Estratégia Total. De acordo com o Primeiro-ministro à época, Pieter Willem Botha, tal política tinha como objetivo central a proteção dos interesses estatais em face de ameaças externas. Entretanto, sua implementação também deu margem à atuação clandestina de forças militares sul-africanas para além das fronteiras nacionais, principalmente por meio da Força de Defesa Sul-africana (SADF) (GILIOMEE, 1995).

Merece destaque, também, o fato de o governo sul-africano realizar esforços para garantir que suas ações não fossem divulgadas. Para tanto, a imprensa nacional foi proibida por lei de noticiar temas como mortes de prisioneiros sob custódia do Estado ou casos de abuso de força por parte de forças policiais. Por meio do Ato de Proteção à Informação (1982), por exemplo, jornalistas eram impedidos de publicar notícias sobre prisões caso fosse determinado que isto poderia representar um perigo para a segurança nacional (ADLER; WEBSTER, 1995). Dessa forma, foi intensificado o controle estatal sobre meios de comunicação como rádio e televisão.

Em um dos últimos esforços para tentar controlar a crescente tensão no país, o Primeiro-ministro Botha propôs a criação de uma nova Constituição em 1983. Dentre as principais mudanças trazidas pelo novo texto, estava a criação de parlamentos separados para brancos, miscigenados (*coloureds*) e asiáticos, os quais possuiriam 178, 85 e 45 membros, respectivamente. Em termos práticos, não houve uma alteração expressiva, uma vez que o poder executivo seria detido pelo Presidente da República, cuja escolha seria realizada por meio de um colégio eleitoral de maioria branca. Nesse contexto, a população negra ainda não tinha representação política (CLARK; WORGER, 2011).

Quando a nova Constituição foi promulgada em 1984, houve resistência imediata por parte de grupos de oposição. As manifestações contrárias mais expressivas vieram sob a forma de ataques armados e explosões, orquestradas, principalmente, pelo CNA. Tais acontecimentos tiveram como consequência uma intensificação da ação policial em regiões de maioria negra. Além disso, as eleições para os parlamentares miscigenados e asiáticos sofreram um boicote expressivo por parte destas populações, tendo recebido os votos de apenas um terço do eleitorado. Clark e Worger (2011) afirmam que a conjuntura estava tão delicada para o regime que Botha propôs a soltura de Nelson Mandela – preso desde 1962 – caso ele abdicasse da luta armada. Entretanto, a proposta do presidente não foi aceita.

As pequenas iniciativas de liberalização do regime não foram capazes de conter as crescentes mobilizações contra o *apartheid*, especialmente porque a maioria negra da população continuava excluída de instâncias oficiais de participação política. O cenário de tensão na África do Sul foi ainda mais agravado devido à conjuntura econômica internacional, que causou uma queda expressiva no preço de minérios e um aumento no preço do petróleo (GILIOMEE, 1995). Em uma tentativa de capitalizar o momento, lideranças do CNA passaram a incentivar ativistas locais na organização de greves e protestos.

Além de servir como estímulo para a organização de ações por parte da oposição, a forte repressão estatal também provocou reações adversas internacionalmente. Após a ampla divulgação midiática de imagens de brutalidade policial, grande parte dos investimentos estrangeiros começaram a ser retirados do país devido ao aumento do risco de prejuízos. De acordo com Clark e Worger (2011), entre 1984 e 1985, cerca de 90 empresas estadunidenses deixaram o território sul-africano. Além disso, em 1986, o Congresso Federal dos Estados Unidos aprovou uma legislação que determinava sanções obrigatórias contra a África do Sul, as quais incluíam a proibição de novos investimentos, empréstimos e limitava a importação de diversos produtos.

Não obstante, em 1987, foi concebida por parte do governo Botha mais uma organização clandestina: o Serviço de Cooperação Civil (*Civilian Cooperation Bureau*). Apesar dos registros oficiais de sua concepção terem sido eliminados e, por isso, não ser possível determinar à qual agência governamental estava subordinada, tal organização tinha como objetivo identificar e eliminar supostos inimigos do Estado. Mattes (2002) cita o caso do assassinato de um professor universitário e crítico do regime, David Webster.

Em 1988, penúltimo ano do governo Botha, houve uma deterioração da supremacia da África do Sul no contexto regional. Em primeiro lugar, forças militares sul-africanas que possuíam bases clandestinas no sul de Angola sofreram ataques por parte de tropas cubanas que lutavam a favor do governo angolano, o que forçou sua retirada da região. Como consequência, o governo sul-africano anunciou publicamente que não iria mais manter militares fora do território nacional e que estava disposto a começar negociações para a independência da Namíbia, país que também era alvo de ocupação sul-africana (CLARK; WORGER, 2011).

Clark e Worger (2011) argumentam que, de início, o real objetivo por parte do governo não era fazer concessões, mas sim “vencer” o processo. Para tanto, em maio de 1988, tiveram início reuniões entre um comitê governamental – formado pelo Ministro da Justiça e representantes do Serviço Nacional de Inteligência – e Nelson Mandela. Entretanto, após recusar as propostas iniciais da delegação governamental, Mandela realizou um histórico da fundação e dos propósitos do CNA. De acordo com os autores, depois disso, ambas as partes começaram as discussões sobre tópicos como a luta armada, os laços do CNA com o Partido Comunista e a proposta de reconciliação racial.

Pouco mais de um ano após o começo das negociações, em agosto de 1989, Botha renunciou à Presidência da República, sendo substituído no mês seguinte por Frederik Willem De Klerk, então líder do Partido Nacional. Após a renúncia de seu antecessor em meio a um descontentamento por parte de seus aliados, De Klerk assumiu o cargo enquanto uma figura com pouca expressão política a nível nacional (GILIOMEE, 1995). Entretanto, como será apresentado na próxima seção deste capítulo, seu governo foi marcado por avanços mais expressivos nas negociações para o fim do *apartheid*.

4.1 Governo De Klerk (1989-1994): a conciliação enquanto via para a transição política

Conforme discutido na seção anterior, De Klerk ascendeu à presidência da África do Sul em fins de 1989. As mudanças ocorridas a nível internacional naquele ano – especialmente as que diziam respeito à Guerra Fria, como a queda do Muro de Berlim em novembro – tiveram um papel importante no posicionamento do governo sul-africano em um contexto no qual o país se encontrava cada vez mais isolado em relação a seus pares. Nesse sentido, as ações tomadas para as negociações acerca do fim do *apartheid* e, por conseguinte, para a transição política, devem ser analisadas levando em consideração tais circunstâncias.

Ao renunciar à liderança do Partido Nacional, em fevereiro de 1989, o então Presidente da República, P. W. Botha, indicou o Ministro das Finanças, Barend du Plessis, como seu substituto. Entretanto, a votação dos parlamentares elegeu De Klerk, então Ministro da Educação, para a vaga. No mesmo mês, quando assumiu a posição, De Klerk proferiu um discurso perante o parlamento sul-africano que tratava sobre sua escolha para o cargo.

Por 50 anos, o Sr. PW Botha desempenhou um papel fundamental no Partido Nacional e em nosso país. Ele era um líder amado do nosso Partido e um respeitado oponente da oposição. Gostaria de prestar homenagem a ele aqui no Parlamento em nome do Partido Nacional. Com o tempo, nosso partido prestará homenagem e se despedirá dele como nosso líder aposentado. A renúncia do Sr. Presidente do Estado como líder do Partido Nacional levou a numerosas especulações. Há uma tremenda pressão sobre mim para interpretar sua decisão em detalhes. Não estou preparado para isso (FW DE KLERK FOUNDATION, 1989, s.p., tradução nossa).

Em janeiro daquele ano, Botha havia sofrido um derrame cerebral, cujas implicações o impediram de comparecer a compromissos oficiais, a exemplo de uma reunião com líderes políticos da Namíbia (CLARK; WORGER, 2011). Como expressado por De Klerk no trecho acima, a saída de Botha do cargo de líder do partido e, mais especificamente, a rejeição de seu indicado para sucessor levaram a algumas especulações acerca da unidade partidária, especialmente devido às discordâncias entre os dois políticos sobre as políticas de segurança nacional. Em relação a isso, De Klerk declarou:

No que diz respeito ao resto das especulações – aquelas em relação às minhas opiniões políticas – eu gostaria de responder sem hesitar. O Partido Nacional, de meus colegas e meu, esteve à mesa de dissecação nos últimos dias. Rótulos foram pendurados livremente, análises foram feitas [...]. **Mas depois que tudo acabou, apenas a verdade permanece.** Depois da minha eleição, o Partido Nacional [...] escolheu um curso fixo. E, independentemente da mudança de liderança, continuamos unânimes nesse caminho (FW DE KLERK FOUNDATION, 1989, s.p., tradução nossa, grifo nosso).

No excerto acima, pode ser observada a tentativa de De Klerk de preservar a imagem do partido. O contexto nacional era de profunda crise econômica, a qual havia sido agravada

pelo aumento das sanções internacionais, bem como de crescente instabilidade e violência nos centros urbanos. Nesse sentido, o parlamentar busca desqualificar os argumentos sobre uma suposta tensão intrapartidária, chamando tais afirmações de “rótulos”. Embora não cite explicitamente, a maioria destes questionamentos era feita por parte da mídia. Por outro lado, a “verdade” teria permanecido do lado do Partido Nacional, cuja unanimidade de ideias seria inquestionável.

Cabe ressaltar que a escolha de De Klerk para a liderança do Partido Nacional já sinalizava, por parte de uma maioria parlamentar, a intenção de que o Ministro da Educação sucedesse Botha também na presidência da África do Sul. Ao longo deste mesmo discurso, De Klerk se referiu às suas intenções para o partido, as quais podem ser interpretadas também como aspirações a nível nacional.

Nossa meta é uma nova África do Sul: uma África do Sul completamente mudada; uma África do Sul que **tenha se livrado do antagonismo do passado**; uma África do Sul livre de dominação ou opressão sob qualquer forma; **uma África do Sul dentro da qual as forças democráticas – todas as pessoas sensatas – se alinham por metas mutuamente aceitáveis e contra o radicalismo, independentemente de onde ele venha**. O modo como atingiremos tal meta é o desafio que todos nós enfrentamos. No debate, até agora, tem havido muito derrotismo, brigas e difamação. Gritar uns com os outros, mergulhando no passado, revivendo ofensas passadas não nos levará a lugar algum. Entretanto, se virarmos nossas faces para o futuro [...] e começarmos a trabalhar de forma realista em direção à expansão do acordo e diminuição do desacordo, então o futuro será bom. Isso é exatamente pelo que o Partido Nacional está lutando. Meu antecessor começou esse processo. Eu continuarei nesse caminho com toda dedicação e energia que eu puder reunir (FW DE KLERK FOUNDATION, 1989, s.p., tradução nossa, grifo nosso).

Na passagem citada, De Klerk se refere mais de uma vez a um antagonismo existente no país, o qual seria responsável por impedir o alcance de uma solução eficaz para os conflitos internos. Nesse contexto, são citados alguns objetivos cujo cumprimento, em seu ponto de vista, seria essencial para que houvesse uma “nova África do Sul”. Chama a atenção a tentativa de De Klerk de, ainda que implicitamente, igualar as ações do governo com aquelas dos movimentos de resistência, o que pode ser observado na condenação do radicalismo “independentemente de onde ele venha”.

Nesse sentido, pode-se afirmar que ocorre uma utilização da ideologia no discurso enquanto ferramenta de distorção, uma vez que os atos conduzidos pelos movimentos de resistência apenas se faziam necessários devido à repressão sistemática liderada pelo governo. Assim, De Klerk realiza uma falsa equivalência entre as partes envolvidas e, para tanto, sugere que o melhor caminho para um acordo seria a superação das desavenças passadas.

Ao longo do discurso em questão, De Klerk fez menção a alguns obstáculos que, segundo ele, estariam impedindo o progresso do país.

No curto e médio prazo, enfrentamos grandes desafios. Pobreza, desemprego, falta de moradia, baixa educação, analfabetismo e muitos outros obstáculos impedem a prosperidade e o crescimento. Assédio, terrorismo, tumultos, greves ilegais e ações de afastamento ameaçam a estabilidade e o progresso. Preconceito, desconfiança, rigor, medo [...] prejudicam o processo de negociação constitucional e, portanto, a ampliação da participação significativa em todos os níveis de nossas comunidades negras. O Partido Nacional continuará a dedicar todos os esforços para eliminar esses obstáculos. Estamos trabalhando duro no desenvolvimento social e econômico. **Opomo-nos fortemente ao radicalismo, terrorismo e crime. Estamos voltando ao progresso das negociações constitucionais.** E fazemos todos os esforços para normalizar as relações internacionais. Permita-me começar hoje em algumas questões. [...] Neste debate, alegou-se que o Partido Nacional se apegou à supremacia branca. Quero afirmar inequivocamente que **o Partido Nacional é contra a dominação de qualquer grupo por outros.** A dominação branca, na medida em que ainda existe, deve desaparecer (FW DE KLERK FOUNDATION, 1989, s.p., tradução nossa, grifo nosso).

Como exposto anteriormente, a África do Sul passava por um período de crise generalizada no final dos anos 1980. Os problemas citados por De Klerk de fato não apenas agravavam a conjuntura nacional, mas também impediam que mais esforços fossem direcionados para a questão das negociações para o fim do *apartheid*. Além disso, é dado destaque, mais uma vez, às ações perpetradas por movimentos de oposição ao regime, nomeadamente “terrorismo” e greves, as quais haviam sido tornadas ilegais durante o processo de institucionalização da segregação racial.

Merece destaque a afirmação de que o Partido Nacional seria contra a dominação de qualquer grupo sobre outros, a qual foi utilizada como defesa da acusação de que o partido teria se “apegado” à doutrina da supremacia branca. Embora De Klerk admita que a dominação por parte da minoria branca da população deva acabar, ainda há certa cautela em retratar tal dominação como responsabilidade exclusiva do partido, bem como uma busca pela desvinculação partidária da imagem construída durante os anos de repressão mais intensa por parte do regime.

Durante a conclusão de seu discurso, fica mais claro o objetivo de De Klerk em consolidar uma nova visão acerca do partido.

O Partido Nacional não é tão **obcecado ideologicamente** pelo conceito de grupo como tem sido sugerido por muitos críticos. Nossa forte ênfase nos direitos de grupo, juntamente com os direitos individuais, **é baseada na realidade da África do Sul e não por obsessão ideológica ou preconceito racial.** [...] meu Partido luta por um país não-racialista, um país livre de racismo, ódio racial, discriminação negativa com base em raça (FW DE KLERK FOUNDATION, 1989, s.p., tradução nossa, grifo nosso).

Embora, como argumenta Van Dijk (2013), a identidade seja um dos principais componentes estruturais de um grupo ideológico, ao se defender de acusações de uma suposta obsessão pelo conceito de grupo, De Klerk procura se desassociar – e, por conseguinte, o Partido Nacional – das normas e valores que pautavam as ações de seu grupo até então, as quais eram baseadas na crença da superioridade racial. Dessa maneira, o foco é movido para os direitos possuídos pelo grupo, que, por sua vez, não podem existir sem os direitos individuais dos cidadãos.

Ademais, também pode ser observada a atribuição de uma conotação negativa ao termo “ideológico”, tendo em vista a ligação estabelecida entre este e uma “obsessão” imputada ao partido. Segundo De Klerk, os princípios defendidos pelo PN eram pautados na realidade do país. Assim, é feita uma oposição entre aquilo que é real e aquilo que é ideológico, uma vez que o último é retratado como não sendo correspondente àquilo que deveria ser buscado no novo momento vivido pela África do Sul.

O discurso de De Klerk que viria a ser mais conhecido foi realizado no dia 02 de fevereiro de 1990, durante a abertura da segunda sessão do Parlamento da República da África do Sul. Presidente de Estado desde setembro do ano anterior, o político tratou mais diretamente sobre medidas concretas que estavam sendo tomadas por parte do governo no intuito de acelerar o processo de negociações para o fim do *apartheid*.

As eleições gerais de 6 de setembro de 1989 colocaram nosso país irrevogavelmente no caminho de mudanças drásticas. Subjacente a isso, está a crescente percepção de um número de sul-africanos de que apenas um **entendimento negociado** entre os líderes representativos de toda a população pode garantir uma paz duradoura. [...] Por sua parte, o Governo concederá ao processo de negociação a maior prioridade. O objetivo é **uma dispensação constitucional totalmente nova e justa, na qual todos os habitantes desfrutem de direitos iguais, tratamento e oportunidade em todas as esferas – constitucional, social e econômica** (FW DE KLERK FOUNDATION, 1990, s.p., tradução nossa, grifo nosso).

As eleições gerais de 1989 citadas por De Klerk foram as últimas eleições parlamentares baseadas na segregação racial. Clark e Worger (2011) lembram que não havia uma necessidade constitucional de novas eleições até 1992, mas o adiantamento ocorreu como uma tentativa de angariar apoio ao novo presidente do país. Mesmo obtendo apenas 48% do voto popular, o que representava uma redução em comparação a votações anteriores, o Partido Nacional permaneceu com a maioria dos assentos. Cabe apontar que o Partido Conservador, que era contrário ao fim do regime, recebeu 31% dos votos.

Nesse sentido, pode-se afirmar que a maioria parlamentar estava de acordo tanto com a escolha do novo presidente quanto com suas pautas no que dizia respeito às negociações com

grupos de oposição. A soma da pressão internacional e dos conflitos internos havia tornado os custos da manutenção do regime demasiadamente elevados e, apesar da oposição de algumas parcelas do Parlamento às mudanças propostas, a flexibilização das políticas do *apartheid* se mostrava mais vantajosa para o governo.

Apesar de ter sido considerado um pária internacional à época, o poderio econômico e militar da África do Sul ainda possibilitava que o país mantivesse sua posição influente no contexto regional. Por esta razão, as alterações sugeridas por De Klerk também passavam pela esfera das relações internacionais.

Avanços importantes foram feitos, entre outras coisas, em nossos contatos no exterior, especialmente onde estes foram impedidos anteriormente por considerações ideológicas. [...] O colapso, particularmente do sistema econômico marxista na Europa Oriental, também serve como um aviso para aqueles que insistem em persistir com ele na África. Aqueles que procuram forçar esse sistema fracassado na África do Sul devem se engajar em uma revisão total de seu ponto de vista. Deve ficar claro para todos que também não é a resposta necessária aqui. [...] Os países da África Austral enfrentam um desafio particular: a África Austral agora **tem uma oportunidade histórica de deixar de lado seus conflitos e diferenças ideológicas e desenhar um programa conjunto de reconstrução** (FW DE KLERK FOUNDATION, 1990, s.p., tradução nossa, grifo nosso).

No trecho acima, ficam evidentes os pensamentos de De Klerk sobre qual seria a via ideal a ser seguida não somente pela África do Sul, mas também pelos demais países do sul do continente africano. Inicialmente, as relações conturbadas com os Estados vizinhos são atribuídas a diferenças ideológicas e não é feita menção a políticas levadas a cabo pelo governo sul-africano, como, por exemplo, a Estratégia Total, que abria margem para intervenção em territórios estrangeiros. Desse modo, o presidente defende a necessidade de uma superação das relações anteriores, o que pode ser interpretado como mais uma tentativa de reformulação da imagem sul-africana no exterior.

Além disso, a conjuntura internacional de fim da Guerra Fria é utilizada para reforçar a contrariedade do governo ao chamado “sistema econômico marxista”. Visto que a retórica antimarxista foi utilizada como justificativa para o regime do *apartheid* durante a maior parte da segunda metade do século XX, era vantajoso para o governo demonstrar como tal modelo havia fracassado em outras partes do mundo. Assim, utilizando sua ideologia como ferramenta de legitimação, bem como apontando a necessidade da superação de ações baseadas em ideologias, De Klerk defende a cooperação entre os países da região como o melhor caminho para a superação da crise.

O segundo tópico abordado no discurso foi a questão dos direitos humanos. O tema havia sido designado à Comissão Sul-africana de Direito (*South African Law Commission*), a qual

seria responsável pelo recebimento de demandas por parte de indivíduos e organizações da sociedade civil. Nesse sentido, era reconhecida a necessidade de uma adequação constitucional aos moldes dos textos de democracias ocidentais.

No entanto, é claro que um sistema para a proteção dos direitos de indivíduos, minorias e entidades nacionais deve formar um todo bem equilibrado. A África do Sul tem sua própria composição nacional e nossa dispensação constitucional deve levar isso em conta. O reconhecimento formal de direitos individuais não significa que os problemas de uma população heterogênea simplesmente desaparecerão. **Qualquer nova constituição que desconsidere essa realidade será inapropriada e até prejudicial** (FW DE KLERK FOUNDATION, 1990, s.p., tradução nossa, grifo nosso).

Na passagem acima, De Klerk demonstra que, não obstante reconhecesse a urgência de alterações na Constituição no sentido de promover a inclusão de parcelas desprivilegiadas da população, a realidade multirracial da África do Sul não possibilitaria um simples transplante de leis utilizadas em outros países. É demonstrado um receio de que a concessão de direitos a grupos específicos acabasse por limitar alguns direitos individuais, especificamente no que dizia respeito aos cidadãos brancos. Tal preocupação pode ser atribuída às baixas chances de sobrevivência política do Partido Nacional após a conclusão das negociações para o fim do regime.

As mudanças mais expressivas conduzidas por De Klerk no início de seu mandato foram anunciadas no fim do discurso em questão.

Praticamente todo líder concorda que a negociação é a chave para a reconciliação, a paz e uma nova e justa dispensação. No entanto, inúmeras desculpas para se recusar a participar se fazem presentes. Alguns dos motivos apresentados são válidos. **Outros são apenas parte de um jogo de xadrez político. E enquanto o jogo de xadrez continua, um tempo valioso está sendo perdido.** [...] As etapas que foram decididas são as seguintes: a proibição do Congresso Nacional Africano, do Congresso Pan-Africanista, do Partido Comunista da África do Sul e de várias organizações subsidiárias está sendo rescindida. Pessoas que cumprem sentenças de prisão apenas por serem membros de uma dessas organizações ou por terem cometido outra ofensa que era apenas uma ofensa porque a proibição de uma das organizações estava em vigor, serão identificadas e liberadas. [...] As restrições em termos dos regulamentos de emergência para 33 organizações estão sendo rescindidas (FW DE KLERK FOUNDATION, 1990, s.p., tradução nossa, grifo nosso).

É notório que atos de violência conduzidos por alguns setores dos movimentos de oposição ao regime eram utilizados pelo governo como justificativa para uma falta de disposição daqueles à negociação. Entretanto, a própria proibição das principais organizações que representavam a população negra também demonstrava uma resistência também por parte do Estado. Nesse sentido, a revogação de tal proibição consistiu em um importante marco para o início das negociações. Naquele momento, se mostrava mais vantajoso para o governo colocar

o foco nas questões políticas e econômicas do processo, visto que, dessa maneira, poderia assegurar certas garantias nas etapas seguintes.

Em dezembro de 1991, foi realizada a primeira reunião da Convenção por uma África do Sul Democrática (*Convention for a Democratic South Africa – CODESA*), em Joanesburgo. Segundo Giliomee (1995), cerca de 230 delegados de 19 diferentes partidos políticos estavam presentes e assinaram uma Declaração de Intenções se comprometendo com os objetivos das negociações. Cabe mencionar que o PAC não estava presente no evento em virtude de sua reivindicação de que as negociações ocorressem no exterior por meio da mediação de uma parte neutra (ADLER; WEBSTER, 1995). Na ocasião, foram criados cinco grupos de trabalho, os quais foram destinados aos principais temas em debate: a nova constituição, a formação de um governo interino, o futuro das terras nativas, o tempo de implementação das mudanças e o sistema eleitoral.

O presidente De Klerk proferiu um discurso na sessão de abertura da Convenção, durante o qual reforçou a disposição do governo em contribuir para o sucesso do processo de negociações.

Um dos maiores problemas que teremos que superar são a desconfiança e a suspeita mútuas. Ninguém pode negar que elas existem em uma ampla frente. Uma faceta específica emerge das demandas em vários setores por um governo de transição, um governo provisório ou um governo de unidade nacional. Existe suspeita de que o governo pode querer abusar de seu poder durante as negociações e ser jogador e árbitro. Desejo aproveitar essa oportunidade inicial para tentar remover essa suspeita, explicando em que posição o governo está sobre esse assunto. **Não é abordagem do governo se apegar ao poder ou abusar de seus poderes durante as negociações.** Foi criada uma percepção de que o governo se opõe a qualquer forma de governo de transição. Isso não é verdade e várias declarações anteriores confirmam isso (FW DE KLERK FOUNDATION, 1991, s.p., tradução nossa, grifo nosso).

A fala de De Klerk foi ao encontro das principais críticas realizadas ao governo no período, especialmente por parte dos grupos de oposição. Mesmo após o início formal das negociações, havia a suspeita de que os líderes do regime poderiam não ceder em certos pontos, por exemplo, em relação à formulação de uma nova Constituição. Por esta razão, o presidente procurou, desde o início de seu pronunciamento, dirimir possíveis suspeitas sobre as intenções do governo. Ao fazê-lo, buscava dar legitimidade ao processo e ao modo pelo qual este estava sendo conduzido, em detrimento dos modelos sugeridos por alguns grupos da oposição.

Nesse sentido, pode-se observar que as mais de quatro décadas de institucionalização do regime do *apartheid* levaram à uma desconfiança por parte de movimentos de oposição no que dizia respeito ao efeito prático daquilo que seria tratado nas negociações, especialmente porque estas estavam sendo realizadas menos de uma década após a repressão sistemática

levada a cabo durante o governo Botha. Dessa forma, além de assegurar que algumas de suas pautas fossem atendidas, o governo também precisava realizar esforços para se desvencilhar do caráter autoritário que nutria até então.

Ainda, De Klerk precisava equilibrar seu papel durante as negociações com sua atuação dentro do Partido Nacional, visto que uma abertura do regime não era bem-vista por todos os setores. Nesse contexto, um dos pontos mais controversos era a nova Constituição.

O que não estamos preparados para considerar é a evasão ou suspensão da atual Constituição da República. Quaisquer alterações constitucionais substantivas, mesmo que sejam destinadas apenas a medidas transitórias, deverão ser adotadas pelo Parlamento após a obtenção de um mandato por meio de um referendo. [...] Estruturas de transição constitucionalmente fundadas podem permitir que todos os sul-africanos participem em pouco tempo, através de seus representantes eleitos democraticamente, da tomada de decisões, bem como de negociações adicionais sobre uma Constituição mais final. **Ninguém poderá contestar a legitimidade de um governo de transição e do Parlamento recém-constituído, como tem sido feito atualmente em relação à CODESA e outras estruturas** (FW DE KLERK FOUNDATION, 1991, s.p., tradução nossa, grifo nosso).

A passagem acima serve de exemplo no que diz respeito às partes do discurso dedicadas a assegurar os partidários do PN que seus direitos não seriam ameaçados por meio de mudanças bruscas na Constituição. Uma das maneiras encontradas por De Klerk para fazê-lo foi sugerir que as eventuais alterações fossem realizadas por um Parlamento eleito, não conferindo à CODESA o poder de alterar a legislação existente. Nesse contexto, nos termos de Van Dijk (2013), o presidente utiliza dos recursos materiais que baseiam sua posição – e de seu partido – na sociedade para garantir que, ainda que os objetivos das negociações fossem atingidos, não houvesse prejuízo para seu grupo.

Outro ponto importante a ser abordado é o fato de que, apesar de ter sido proferido em um contexto de negociação e conciliação, o discurso de De Klerk ainda trazia elementos de distinção entre seu grupo e os demais presentes. Como lembra Van Dijk (2013), a autoimagem de um grupo tende a ser descrita de modo positivo, ao passo que aquela de grupos contrários é retratada por meio de atributos negativos. Essa questão pode ser melhor observada no excerto abaixo:

Também há desconfiança e suspeita em relação a todos os tipos de questões. Alguns dos participantes desta Convenção são suspeitos de agendas secretas por parte de entidades que optaram por não participar. E, mesmo nesta fase, **também há desconfiança e suspeita** entre as partes e organizações aqui presentes (FW DE KLERK FOUNDATION, 1991, s.p., tradução nossa, grifo nosso).

Em janeiro de 1992, De Klerk propôs ao Parlamento a realização de um referendo entre os cidadãos brancos, cujo objetivo seria medir o apoio popular em relação ao processo de

negociação em andamento. Para Clark e Worger (2011), o referendo também era uma estratégia do presidente para enfraquecer os argumentos do Partido Conservador, que era abertamente contrário ao fim do *apartheid*. Para tanto, a campanha realizada antes do referendo partiu da premissa de que caso o “não” ganhasse, haveria uma continuação ou aprofundamento das sanções internacionais, bem como um agravamento da situação de segurança interna.

O referendo foi realizado no dia 17 de março de 1992, tendo seu resultado divulgado no dia seguinte. Após uma vitória expressiva do “sim” – cerca de 68% contra 32% de votos para o “não” –, De Klerk se pronunciou para assegurar aos cidadãos votantes que as negociações não eram direcionadas à uma transferência de poder ao CNA, mas sim à construção de um sistema de compartilhamento de poder (*power-sharing*).

Senhoras e Senhores, hoje será considerado um dos pontos de virada mais fundamentais da história da África do Sul. Hoje fechamos o livro sobre o *apartheid*. Esse capítulo está finalmente encerrado. [...] **O que começou com o idealismo na busca por justiça foi o ponto de partida da política de desenvolvimento separado que não conseguiu obter justiça para todos os sul-africanos e, portanto, teve que ser abandonado e substituído pela única política viável capaz de funcionar neste país.** E isso é o compartilhamento de poder, cooperação, a construção de uma nação em uma África do Sul indivisa (FW DE KLERK FOUNDATION, 1992, s.p., tradução nossa, grifo nosso).

O trecho acima permite a identificação de dois argumentos centrais. O primeiro deles diz respeito à forma pela qual o presidente se referiu ao *apartheid*. De acordo com ele, o sistema teria sido implementado com a intenção inicial de uma “busca por justiça”, tendo sido guiado por um sentimento idealista. Entretanto, é sabido que a institucionalização do regime foi resultado de uma série de políticas de segregação – algumas delas oriundas do período colonial –, com o objetivo de, dentre outras questões, assegurar o desenvolvimento de uma elite econômica branca em detrimento do acesso a terras e bens pela maioria negra da população. Nesse sentido, De Klerk utiliza seu discurso como ferramenta de distorção ao alterar o significado do projeto segregacionista sul-africano.

Em segundo lugar, é feita menção ao sistema de compartilhamento de poder como o único caminho possível para a solução dos conflitos na África do Sul. Ao declarar como encerrado o “capítulo sobre o *apartheid*”, De Klerk busca declarar o início de uma nova fase na história do país, a qual não seria baseada na sobreposição de um grupo por outro, mas sim na construção de uma unidade indivisível por meio da cooperação entre as partes. Nos termos utilizados pelo presidente, para que isso fosse alcançado, seria necessário quase um esquecimento das desavenças ocorridas até então.

Tudo isso levou a nossa nação a um momento verdadeiramente grande. **Que possamos não perder essa grandeza novamente em brigas políticas e partidárias.** Vamos usar esta nova plataforma e a partir dela vamos para a frente e para um futuro melhor, um futuro melhor para todos os sul-africanos (FW DE KLERK FOUNDATION, 1992, s.p., tradução nossa, grifo nosso).

Em dezembro de 1993, o Prêmio Nobel da Paz foi concedido de forma conjunta a Frederik Willem De Klerk e Nelson Mandela. A escolha do presidente sul-africano foi atribuída à sua iniciativa em revogar a prisão de Mandela em 1990, bem como à sua ativa participação no processo de negociações. Além disso, apesar de ter sido beneficiado pelo sistema supremacista branco durante sua carreira política, De Klerk teria liderado as propostas de mudança quando percebeu a falência econômica e política que estava sendo trazida pelo *apartheid* (NOBEL PEACE PRIZE, 1993).

Durante seu discurso de agradecimento, De Klerk mencionou os conflitos em andamento na primeira metade da década de 1990, como em Angola, Bósnia e Geórgia. Em se tratando da questão sul-africana, realizou alguns comentários sobre o processo e o que entendia como paz.

A maior paz, acredito, é a paz que obtemos da nossa fé em Deus Todo-Poderoso; da certeza sobre nosso relacionamento com nosso Criador. As crises podem nos assolar, as batalhas podem se enfiar sobre nós – mas se tivermos fé e a certeza que isso traz, desfrutaremos da paz – a paz que supera todo entendimento. [...] A paz é um estado de espírito. É um estado de espírito em que países, comunidades, partes e indivíduos buscam resolver suas diferenças através de acordos, negociação e compromisso, em vez de ameaças, compulsão e violência. **A paz também é uma estrutura.** É uma estrutura que consiste em regras, leis, acordos e convenções – uma estrutura que fornece mecanismos para a solução pacífica dos confrontos inevitáveis de interesses entre países, comunidades, partes e indivíduos. **É uma estrutura na qual os processos irresistíveis e dinâmicos de desenvolvimento social, econômico e político podem ser regulados e acomodados** (FW DE KLERK FOUNDATION, 1993, s.p., tradução nossa, grifo nosso).

Na primeira parte do trecho acima, De Klerk utiliza referências religiosas para fazer alusão à busca pela paz. Como afirma Van Dijk (2013), elementos religiosos desempenham um papel importante – e, algumas vezes, central – na definição da identidade e das normas de um grupo. No caso em questão, além de representar a maioria da população branca da África do Sul, valores cristãos também iam ao encontro da justificativa antimarxista e da defesa das liberdades individuais pregada pelo regime do *apartheid*.

Além disso, o presidente também afirma que, embora sejam inevitáveis, conflitos entre grupos com diferentes interesses podem ser solucionados pacificamente. Mais uma vez, De Klerk realiza uma oposição entre ações de acordos e negociações com atitudes de ameaças e violência, ainda que não declare explicitamente que tais eram as acusações por parte do governo

sul-africano aos grupos de oposição contrários ao regime. Ao invés disso, é adotado um tom mais conciliador, compatível com o estágio avançado do processo de negociação.

No decorrer de seu discurso, De Klerk também destacou o papel desempenhado pela mídia ao longo dos anos anteriores no que dizia respeito à busca pela democracia.

A mídia e, em particular, a televisão, despojaram a guerra e o conflito de qualquer das glórias ou ilusões que eles poderiam ter. [...] Foram também essas forças que, mais do que qualquer outra, foram responsáveis pela transformação do meu país e pelo despertar da esperança para todo o nosso povo. A base para as reformas fundamentais na África do Sul foi estabelecida, não por pressão externa, **mas principalmente por mudanças sociais geradas pelo crescimento econômico**. Embora o *apartheid* tenha sido derrubado pela pressão, essa pressão não veio principalmente de uma luta armada – mas dos **milhões de pessoas que amam a paz** que se mudaram para nossas cidades e se tornaram parte de nossa economia (FW DE KLERK FOUNDATION, 1993, s.p., tradução nossa, grifo nosso).

Como discutido anteriormente, especificamente no discurso proferido durante sua posse como líder do Partido Nacional, a mídia não foi sempre vista por De Klerk como aliada. Naquela ocasião, havia certa suspeição acerca de sua nomeação para o cargo, visto que o nome indicado pelo então presidente não havia sido acatado pelos parlamentares. Contudo, após o início oficial das negociações, a difusão de informações acerca das etapas concluídas havia se mostrado vantajosa para o governo (CLARK; WORGGER, 2011).

Chama a atenção, também, a atribuição do início das negociações às “mudanças sociais geradas pelo crescimento econômico” por meio da diminuição do papel desempenhado pelas sanções e pressão internacionais. Além disso, a mudança de pessoas para os centros urbanos sul-africanos também é citada como uma das principais razões para o fim do *apartheid*. Conforme exposto na seção anterior, a combinação entre sanções econômicas de países estrangeiros com os elevados gastos militares do governo levou a África do Sul à uma profunda crise econômica. Nesse sentido, os custos para a manutenção do regime haviam se tornado mais elevados do que os riscos em implementar mudanças.

Em referência específica ao andamento das negociações, De Klerk citou as discussões acerca da nova Constituição.

Assim, chegamos ao ponto em que nós, como sul-africanos, **poderíamos começar a unir as gerações de preconceito, inimizade e medo que nos dividiam**. Esse processo nos levou à mesa de negociação onde poderíamos começar a desenvolver o estado de espírito e as estruturas de paz aos quais me referi anteriormente. Eles prepararam o caminho para a nova Constituição da África do Sul que está sendo debatida no Parlamento. Ela prevê, entre outras coisas: o estabelecimento de um *rechtstaat*, um sistema constitucional em que a lei – **a Constituição e uma Declaração de Direitos – sejam soberanas; a proteção dos direitos básicos de todos os indivíduos, comunidades e grupos culturais através de uma Declaração de Direitos, de acordo com o que é universalmente aceitável**; [...] uma divisão

equilibrada de funções e poderes entre governos provinciais fortes, com base em princípios federais, e um governo central forte; maiorias e mecanismos especiais para emendas constitucionais (FW DE KLERK FOUNDATION, 1993, s.p., tradução nossa, grifo nosso).

A Constituição referida acima teria a função de uma “Constituição Interina”, tendo em vista seu caráter provisório e sua função de regular as medidas necessárias para a transição em direção a um texto definitivo. Dentre as principais mudanças a serem implementadas, estavam a divisão do país em nove províncias com estruturas locais de poder e a criação de um poder judiciário independente (CLARK; WORGER, 2011). Além disso, também seria estabelecido que uma nova Constituição apenas poderia ser redigida por meio de uma assembleia constitucional composta pelas duas casas do Parlamento.

Na conclusão de seu discurso, De Klerk voltou a reafirmar seu compromisso com o processo de transição política por meio da conciliação entre os interesses das partes envolvidas, nomeadamente o CNA representado por Nelson Mandela:

Há cinco anos, as pessoas teriam questionado seriamente a sanidade de qualquer pessoa que previsse que o senhor Mandela e eu seríamos co-beneficiários do Prêmio Nobel da Paz de 1993. E ainda assim nós dois estamos aqui diante de vocês hoje. Nós somos oponentes políticos. Discordamos veementemente de questões-chave e em breve lutaremos uma extenuante campanha eleitoral. Mas faremos isso, acredito, no estado de espírito e dentro da estrutura de paz que já foi estabelecida. Nós faremos isso – e muitos outros líderes farão conosco – porque não há outro caminho para a paz e a prosperidade para o povo do nosso país. **Nos conflitos do passado, não houve ganho para ninguém em nosso país. Através da reconciliação, todos nós agora estamos nos tornando vencedores** (FW DE KLERK FOUNDATION, 1993, s.p., tradução nossa, grifo nosso).

Pode-se observar que as falas a respeito da superação das diferenças e discordâncias passadas continuam presentes no discurso do presidente sul-africano. Termos como “estado de espírito” e “estrutura de paz” são utilizados para – além de reforçar o progresso das negociações – estabelecer um contraste com o período anterior, caracterizado pela segregação da maior parte da população sul-africana e pela crescente instabilidade política e econômica. Além disso, ao contrário de seus discursos anteriores, De Klerk não faz menção a atos violentos ou ainda “agendas obscuras” de outras partes envolvidas no processo.

As primeiras eleições gerais na África do Sul após o processo de negociações para o fim do *apartheid* ocorreram entre os dias 26 e 29 de abril de 1994, sendo que a Constituição Interina entrou em vigor no primeiro dia de votações. Cerca de 20 milhões de eleitores compareceram às urnas e, como era esperado, o CNA conseguiu uma maioria expressiva dos votos: 62% (CLARK; WORGER, 2011). Caso tivesse recebido dois terços dos votos válidos, seria possível realizar emendas ao texto constitucional de forma unilateral. Com o resultado alcançado,

deveria ser formado um governo de unidade nacional com a participação dos dois outros partidos que mais conseguiram assentos no Parlamento: o Partido Nacional e o Partido da Liberdade Inkatha.

O resultado final das eleições foi anunciado no dia 02 de maio de 1994. Na ocasião, o presidente De Klerk discursou sobre os novos parlamentares eleitos e realizou uma retrospectiva dos quatro anos anteriores.

Depois de tantos séculos, finalmente teremos um governo que representa todos os sul-africanos. Depois de tantos séculos, todos os sul-africanos agora estão livres. [...] Eu também disse há quatro anos que o senhor Nelson Mandela teria um papel importante e notei que ele se declarava disposto a dar uma contribuição construtiva para um processo político pacífico na África do Sul. Nos últimos quatro anos, Mandela desempenhou esse papel. Seu papel foi como um líder honorável. Agradeço e parabeno. [...] Mandela logo assumirá o cargo mais alto do país, com toda a incrível responsabilidade que possui. **Ele terá que exercer essa grande responsabilidade de maneira equilibrada que garantirá aos sul-africanos de todas as nossas comunidades que ele tem todos os seus interesses no coração.** Estou confiante de que essa será sua intenção (FW DE KLERK FOUNDATION, 1994, s.p., tradução nossa, grifo nosso).

Tendo em vista a possibilidade de participação de todos os cidadãos sul-africanos, as eleições de 1994 representaram o marco final do regime do *apartheid*. Pela primeira vez, a maioria negra da população não havia sido impedida de escolher seus representantes políticos. Ademais, o evento também caracterizava uma importante mudança no âmbito partidário, com a substituição do Partido Nacional pelo CNA após mais de quatro décadas de liderança absoluta no Parlamento.

No trecho acima, em referência a seu conhecido discurso de 1990, De Klerk reconhece a importância da participação ativa de Mandela durante as negociações, sem a qual, segundo ele, os mesmos resultados não teriam sido atingidos. Merece destaque a fala sobre a necessidade de garantir os interesses dos sul-africanos de “todas as comunidades”, que faz eco a declarações anteriores sobre os perigos de uma possível dominação por parte de uma maioria. Dessa forma, o presidente procura reforçar seu argumento de que a dominação provinda da maioria negra da população seria tão ruim quanto o regime de segregação existente anteriormente.

No que dizia respeito ao modelo político e econômico a ser adotado pelo novo governo, De Klerk expôs seu ponto de vista:

Também devemos garantir que adotemos as abordagens corretas nas esferas econômica e social. **Precisamos de uma economia forte e vibrante, baseada nos princípios testados e comprovados do livre mercado.** Só assim podemos garantir que geraremos a riqueza necessária para atender às prementes necessidades sociais de grandes setores da nossa população. Devemos garantir que os serviços sociais sejam acessíveis, atenciosos e eficazes. [...] O Partido Nacional representa em certa medida

o núcleo de nossa nova nação. **Dentro do nosso partido, já alcançamos a reconciliação de que a África do Sul como um todo precisa.** Acreditamos que temos a receita para o futuro e planejamos espalhar nossa mensagem e obter mais apoio até que, um dia, sejamos o maior partido do país. Nosso objetivo será provar isso nas urnas daqui a cinco anos (FW DE KLERK FOUNDATION, 1994, s.p., tradução nossa, grifo nosso).

No início da passagem acima, fica claro o posicionamento de De Klerk em relação à via que acreditava ser adequada para o crescimento econômico do país. Os princípios liberais do livre mercado e da abertura econômica sempre foram parte importante dos governos do Partido Nacional, não apenas como modelo de desenvolvimento, mas também como componentes da retórica antimarxista do regime. Além disso, durante os anos 1990, ainda havia países vizinhos com governos de caráter marxista, a exemplo de Angola e Moçambique. Por esta razão, se mostrava necessária a ênfase na diferenciação da África do Sul em relação aos demais.

Em relação ao papel do Partido Nacional no período que se iniciava, o presidente expõe sua ambição de que o partido seja, novamente, o maior do país. Embora representasse apenas uma parcela pequena da população sul-africana, De Klerk utiliza o argumento de que a reconciliação realizada pelo PN seria prova de que uma conciliação a nível nacional também seria possível. Nesse sentido, o “núcleo da nova nação” seria composto pelo sentimento de pacificação e desvinculação com o passado.

Em 09 de maio de 1994, Nelson Mandela foi eleito presidente da África do Sul de forma unânime por meio da Assembleia Nacional. Quatro anos depois da legalização de partidos políticos e movimentos contrários ao *apartheid*, o processo de negociação e transição para um governo eleito democraticamente pela maioria dos cidadãos sul-africanos havia sido concluído. A próxima seção deste capítulo será dedicada à análise de alguns discursos realizados por Mandela durante o período em questão.

4.2 O CNA e o processo de negociação

Desde sua prisão, em 1962, sob a acusação de conspiração contra o Estado, Nelson Mandela havia se tornado um dos principais símbolos de resistência ao *apartheid*. O ativista fazia parte do setor jovem do CNA desde a década de 1940 e, nos anos seguintes, liderou diversas manifestações, protestos e greves em repúdio ao regime. Sua condenação à prisão perpétua foi revogada em 1990 pelo presidente Frederik Willem De Klerk, em um ato que concedeu liberdade a todos aqueles que houvessem sido presos em decorrência do status ilegal de partidos e movimentos políticos anti-*apartheid*.

No dia 11 de fevereiro de 1990, Mandela realizou seu primeiro discurso público após 27 anos de encarceramento. Na ocasião, destinou agradecimentos a seus apoiadores durante as décadas anteriores, especialmente aos companheiros de partido do CNA.

Amigos, camaradas e colegas sul-africanos, saúdo todos vocês **em nome da paz, democracia e liberdade para todos**. Estou aqui diante de vocês não como profeta, mas como um humilde servo de vocês, o povo. Seus sacrifícios incansáveis e heroicos tornaram possível para mim estar aqui hoje. Portanto, coloco os anos restantes da minha vida em suas mãos. [...] **Nesta ocasião, agradecemos ao mundo, agradecemos à comunidade mundial por sua grande contribuição à luta anti-apartheid**. Sem o seu apoio, nossa luta não teria atingido esse estágio avançado. O sacrifício dos Estados da linha de frente será lembrado pelos sul-africanos para sempre (MANDELA, 1990, s.p., tradução nossa, grifo nosso).

Mandela dá início a seu discurso citando os valores de paz, democracia e liberdade, os quais haviam estado presentes nas reivindicações do CNA e demais grupos de oposição ao regime durante as décadas em que estiveram na ilegalidade. Embora as lideranças do governo sul-africano afirmassem que o modelo do *apartheid* era necessário para a manutenção da estabilidade e da própria democracia no país, um dos pontos centrais da atuação do CNA enquanto organização – e que constituía sua identidade e relações de grupo (VAN DIJK, 2013) – era a denúncia de uma democracia limitada a uma parcela pequena de cidadãos.

Ademais, merece destaque o agradecimento à comunidade internacional pelo apoio destinado à luta contra o regime. Cabe lembrar que, ainda que houvesse certa condenação ao *apartheid* por parte de outros países fora do continente africano, tal repúdio se tornou mais expressivo apenas nos anos 1980 com a intensificação de sanções econômicas, especialmente por parte dos Estados Unidos. Dentre outros fatores, isto pode ser atribuído às mudanças ocorridas naquela década no cenário internacional, nomeadamente a perda de influência da União Soviética no continente africano, o que deixaria de justificar a necessidade de um “bastião anticomunista” como a África do Sul (ADLER; WEBSTER, 1995).

Durante seu discurso, Mandela também falou sobre as estratégias de ação utilizadas pelo CNA até aquele momento.

Hoje, a maioria dos sul-africanos, **negros e brancos**, reconhece que o *apartheid* não tem futuro. Ele deve ser encerrado por nossa própria ação decisiva em massa, a fim de construir paz e segurança. As campanhas de desafio, e outras ações de nossas organizações e pessoas, só podem culminar no estabelecimento da democracia. A destruição do *apartheid* em nosso subcontinente é incalculável. O tecido da vida familiar de milhões de meu povo foi destruído. Milhões estão desabrigados e desempregados. Nossa economia, nossa economia está em ruínas e nosso povo está envolvido em conflitos políticos. Nosso recurso à luta armada em 1960, com a formação da ala militar do CNA, *Umkhonto we Sizwe*, foi uma ação puramente defensiva contra a violência do *apartheid*. **Os fatores que exigiram a luta armada ainda existem hoje. Não temos opção a não ser continuar**. Expressamos a esperança de que em breve seja criado um clima propício a um acordo negociado, para

que não haja mais a necessidade da luta armada. **Sou um membro leal e disciplinado do Congresso Nacional Africano**; portanto, concordo plenamente com todos os seus objetivos, estratégias e táticas. A necessidade de unir as pessoas do nosso país é uma tarefa tão importante agora como sempre foi. Nenhum líder individual é capaz de assumir essas enormes tarefas sozinho (MANDELA, 1990, s.p., tradução nossa, grifo nosso).

Ao contrário do que De Klerk afirmou em seu discurso durante o Prêmio Nobel da Paz de 1993, quando se referiu à recuperação econômica da África do Sul e como isso teria criado um ambiente propício para as negociações, Mandela destina o foco de sua fala à situação de vulnerabilidade em que se encontravam milhões de sul-africanos. Desse modo, a única alternativa para a restauração da dignidade das pessoas afetadas pelo *apartheid* seria a derrubada do regime, seja ela por meio de um acordo negociado ou por outros métodos.

Nesse sentido, Mandela aborda diretamente a questão da luta armada liderada pelo CNA, a qual teve início na década de 1960. Ao passo que o Estado sul-africano classificava tais atividades como terroristas e criminosas, o ativista as define como uma ação de legítima defesa em relação ao regime. Como afirma Van Dijk (2013), é natural que um grupo utilize elementos positivos para definir suas ações ao mesmo tempo que outro grupo – neste caso, o governo – caracterize os mesmos elementos de uma forma negativa.

No fim do trecho acima, ainda em relação à luta armada, Mandela argumenta que os motivos que tornaram necessário seu início ainda estavam presentes e, portanto, não haveria razão para que tal estratégia fosse abandonada. Além disso, é declarada lealdade completa ao CNA e seus objetivos, quaisquer fossem os métodos utilizados para alcançar a almejada “unidade nacional”. Pode-se interpretar a fala de Mandela em um contexto maior de legitimação das ações do CNA, uma vez que sua figura de maior proeminência estava de acordo com as táticas adotadas pela organização.

Em dezembro de 1991, durante a primeira reunião da CODESA, Mandela abordou em seu discurso alguns dos tópicos que considerava importantes para que o começo do processo de negociações fosse bem-sucedido.

Hoje será inesquecível na história do nosso país. Se nós, reunidos aqui, respondermos ao desafio diante de nós, hoje marcaremos o início da transição do *apartheid* para a democracia. **Nosso povo, de todos os cantos do país, expressou seu desejo de democracia e paz.** A CODESA representa a oportunidade histórica de transformar esse anseio em realidade. Por oitenta anos, o CNA liderou a luta pela democracia na África do Sul. Ao longo da rota percorrida durante esse período, muitos sacrifícios foram feitos por milhares e milhares de pessoas. Na árdua batalha entre o povo e a opressão, **posições endurecidas e polarização se desenvolveram entre o povo e o estado.** Mesmo quando, na ausência de qualquer outro recurso, o CNA pegou em armas, **nosso objetivo era garantir um acordo político na África do Sul.** Nos

últimos anos, um ambiente mais propício ao estabelecimento de confiança mútua foi estabelecido (MANDELA, 1991, s.p., tradução nossa, grifo nosso).

De início, pode-se perceber uma mudança no tom adotado por Mandela em relação ao discurso tratado anteriormente. Segundo Clark e Worger (2011), o início dos trabalhos no âmbito da CODESA representavam um importante marco em direção ao fim do *apartheid* e, para que os resultados propostos fossem alcançados, era necessário que ambos os lados estivessem dispostos a fazer concessões. Embora dê destaque ao papel do CNA enquanto principal organização no processo de luta pela democracia, há certa alteração no que diz respeito às estratégias adotadas.

Nesse sentido, as ações de luta armada são justificadas por meio do argumento de que era o único recurso disponível para tentar alcançar um acordo político no país. De fato, entre as décadas de 1940 e 1990, houve pouca abertura por parte do governo sul-africano no sentido de estabelecer diálogo com movimentos de oposição, especialmente durante o governo Botha. Entretanto, ao contrário do que havia afirmado em seu primeiro discurso após sair da prisão, Mandela declara que um ambiente mais apropriado para o início das negociações havia sido encontrado.

Essa qualidade de democracia só será possível de fato quando **aqueles que sentem o peso da opressão do *apartheid*** exerçam seu direito de votar em uma eleição livre e justa com base no sufrágio universal. Não vemos razão para que uma eleição para uma Assembleia Constituinte não seja possível em 1992. [...] A CODESA, por si só, não trará a democracia. Ao recordar esse fato, não há tentativa de rebaixar a CODESA. **Mesmo um consenso absoluto durante a CODESA ainda deixará uma constituição de *apartheid* em vigor.** Precisamos lembrar que essa mesma constituição foi declarada nula e sem efeito pelo Conselho de Segurança da ONU em 1983. [...] O CNA permanece totalmente comprometido com a instalação de um governo que possa justamente reivindicar autoridade, porque é baseado na vontade do povo. **Essa realidade terá de ser sustentada por uma constituição que gere respeito e goze de legitimidade.** Há uma urgência sobre a tarefa. É inconcebível que essa constituição democrática possa ser alcançada de outra maneira, a não ser pelos portais de um órgão eleito para a função, a saber, uma Assembleia Constituinte (MANDELA, 1991, s.p., tradução nossa, grifo nosso).

Ao passo que as lideranças no Partido Nacional não tinham como prioridade imediata nas negociações a elaboração de uma nova Constituição, tal pauta era central para os representantes do CNA. Como argumentado por Mandela na passagem acima, o texto constitucional que estava em vigor dava legitimidade à segregação racial no país e, além disso, já havia sido considerado nulo pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas em 1983. Desse modo, para o CNA, ainda que houvesse progresso em pautas como a distribuição de terras ou o sistema eleitoral, estas não seriam válidas se o *apartheid* ainda estivesse legitimado por lei.

Além disso, pode-se observar a posição de Mandela em relação à negociação de pautas no âmbito da CODESA. Apesar de reconhecer a importância da Convenção como um espaço propício para o diálogo, o ativista demonstra acreditar que esta se tratava de apenas um dos instrumentos necessários para que o fim principal de extinção do *apartheid* fosse alcançado. Dentre outros fatores, isto pode ser atribuído ao fato de que as partes participantes nas mesas de negociação faziam parte de diferentes organizações, mas não haviam sido escolhidas diretamente pelo povo. Nesse sentido, há uma ideia de que era necessário conferir legitimidade ao processo de transição política por meio da participação direta da população, no intuito de minimizar possíveis discordâncias futuras.

Um fato importante a ser mencionado é que desde sua liberação da prisão em 1990, Mandela deu início a uma série de viagens internacionais para se reunir com chefes de Estado, as quais não estavam restritas ao continente africano (GILIOMEE, 1995). Em junho de 1992, já no cargo de presidente do Congresso Nacional Africano, participou da 28ª Assembleia de Chefes de Estado e Governo da Organização da Unidade Africana (OUA), realizada na Etiópia. Como parte da estratégia do CNA em fortalecer o apoio externo na luta contra o *apartheid*, Mandela realizou um discurso na ocasião.

Gostaríamos de agradecer sinceramente por nos dar a oportunidade de nos pronunciarmos nesta augusta reunião. Isso nos dá a oportunidade de compartilhar com você nossos pensamentos sobre um assunto que está próximo de todos nós – a saber, a libertação da África do Sul. [...] O cerne do problema é que as propostas do Partido Nacional em relação a essa questão constituem uma negação da democracia. **Em linhas gerais, o Partido Nacional quer que concordemos com um sistema constitucional e político que dará poder à minoria política para vetar a maioria.** Isto é obviamente contrário ao princípio fundamental da regra da maioria, intrínseco a qualquer sistema constitucional democrático. Qualquer constituição baseada nesse princípio seria obviamente inaceitável para a maioria, que a rejeitaria corretamente como ilegítima. **São essas disposições que o Partido Nacional descreve como um sistema de compartilhamento de poder.** Mas claramente isso não representa a partilha de poder, como aconteceria se houvesse um governo de coalizão. **Pelo contrário, é um dispositivo para garantir que a parte minoritária da minoria branca continue a exercer poder efetivo em virtude de sua capacidade de vetar as decisões da maioria** (MANDELA, 1992, s.p., tradução nossa, grifo nosso).

No início do trecho acima, Mandela se refere ao processo de transição política como a “libertação” da África do Sul. A utilização do termo em destaque chama a atenção pelo fato de ser a mesma palavra utilizada para designar os movimentos de luta anticolonial existentes no continente africano – especialmente em países como Zimbábue, Angola e Moçambique –, chamados de “movimentos de libertação”. Dessa maneira, é estabelecida uma relação entre o domínio colonial e o regime de segregação racial sul-africano, uma vez que existia em ambos os casos uma supressão dos direitos da maior parte da população.

Para Van Dijk (2013), a escolha dos termos utilizados em um discurso é essencial na construção de seu sentido ideológico. No exemplo acima, Mandela aproxima dois contextos, a princípio, distintos: a colonização de territórios africanos e o regime do *apartheid*. No entanto, ao fazê-lo, as características negativas do primeiro contexto são diretamente implicadas no segundo, especialmente em relação a questões como injustiça e ilegitimidade. Assim, são reforçados os aspectos negativos de seu grupo oponente – nesse caso, o Partido Nacional –, os quais representariam um entrave ao progresso das negociações.

Ao longo de seu discurso, Mandela realizou mais comparações entre os movimentos de descolonização e o momento vivido pela África do Sul.

No contexto do processo de negociações, portanto, o impasse não será resolvido apenas pelas partes voltando à mesa de negociações. **A condição *sine qua non* para o êxito das negociações deve ser a aceitação por todas as partes negociadoras da necessidade de transformar a África do Sul em uma democracia não-racial.** Isso é consistente com a história da descolonização na África. Nesse caso, as negociações foram bem-sucedidas porque todas as partes negociadoras concordaram que o *sine qua non* para essas negociações era a aceitação do fato de que o resultado das negociações seria a independência dos países envolvidos. Da mesma maneira que o movimento de libertação no resto da África não poderia ter entrado em negociações para reproduzir um sistema de dependência colonial, **não se pode esperar que o movimento de libertação sul-africano se envolva em negociações para recriar uma sociedade não democrática.** [...] Gostaríamos, portanto, de advertir o continente e o resto do mundo a não serem vítimas da propaganda do regime que busca retratar as vítimas de violência como originadoras dessa violência. **O problema não é a chamada violência de negros contra negros** (MANDELA, 1992, s.p., tradução nossa, grifo nosso).

Na passagem acima, fica claro o objetivo final do CNA em estabelecer uma democracia não-racial, isto é, um sistema no qual os representantes eleitos não estivessem condicionados a seu pertencimento a determinada parcela da população. De acordo com Mandela, isso não seria possível por meio dos moldes propostos pelo Partido Nacional para o compartilhamento de poder, tendo em vista a permanência de mecanismos que poderiam vetar as decisões de uma maioria democraticamente eleita.

Além disso, Mandela ainda se refere ao posicionamento oficial do Partido Nacional em relação à questão da violência na África do Sul como “propaganda do regime”, devido à frequente acusação por parte do governo de que a violência contra a população negra teria origem nas próprias comunidades. O CNA, por sua vez, afirmava que a crescente insegurança no país devia ser atribuída à ação das forças policiais destinadas à manutenção do *apartheid* (CLARK; WORGER, 2011). Nesse sentido, pode-se afirmar que um dos objetivos do discurso de Mandela na Assembleia da OUA era pressionar as lideranças do governo sul-africano no que dizia respeito a questões latentes não solucionadas nas reuniões da CODESA.

Em setembro de 1993, durante um discurso realizado na Organização das Nações Unidas, Mandela ressaltou a importância da condenação do *apartheid* por parte de organismos internacionais, bem como o impacto causado pelas sanções estrangeiras no enfraquecimento do regime.

Ficamos profundamente comovidos pelo fato de que, desde seu nascimento, **esta Organização manteve em sua agenda a questão vital da liquidação do sistema de *apartheid* e do governo de minoria branca em nosso país.** Ao longo dos muitos anos de luta, nós, como sul-africanos, ficamos grandemente inspirados e fortalecidos quando vocês agiam de forma coletiva e múltipla, para aumentar sua ofensiva contra o regime do *apartheid*, **à medida que o próprio regime de minoria branca deu novos passos para entrincheirar seu governo ilegítimo e tirar proveito daqueles que havia escravizado.** [...] Essa luta global, talvez sem precedentes no número inestimável de pessoas que uniu em torno de um problema comum, ajudou decisivamente a nos levar para onde estamos hoje. Finalmente, o regime do *apartheid* foi forçado a admitir que o sistema de governo de minoria branca não podia mais ser sustentado (MANDELA, 1993, s.p., tradução nossa, grifo nosso).

Como discutido anteriormente, embora o regime do *apartheid* tivesse sido condenado verbalmente por parte da ONU desde o início de sua implementação, foi apenas com a intensificação de sanções econômicas por parte dos Estados Unidos e da Comunidade Europeia nos anos 1980 que o governo sul-africano começou a sentir o impacto de tal posicionamento. Desse modo, pode-se caracterizar a perda do apoio – ou da neutralidade – de países ocidentais como uma das razões que levaram os líderes do regime a reconhecer a necessidade de negociações com os movimentos de oposição.

No trecho acima, Mandela assemelha a situação na qual se encontrava a população negra na África do Sul àquela da escravidão, tendo em vista a presença de elementos como a ausência de direitos à participação política, a impossibilidade de possuir terras e a segregação dessas pessoas a áreas isoladas. Por meio da utilização do aparelho estatal, o governo sul-africano havia sido bem-sucedido em limitar a organização de atividades contrárias ao regime por meio da forte repressão policial e, algumas vezes, interceptação de grupos de oposição em territórios vizinhos (CLARK; WORGGER, 2011).

Por outro lado, àquela altura, as negociações entre o Partido Nacional e a oposição liderada pelo CNA já haviam alcançado resultados expressivos, dentre os quais se destacava a realização de eleições gerais no ano seguinte.

A contagem regressiva para a democracia na África do Sul já começou. A data do fim do regime de minoria branca foi determinada, acordada e definida. Daqui a sete meses, em 27 de abril de 1994, todo o povo da África do Sul, sem discriminação de gênero, raça, cor ou crença, participará do ato histórico de eleger um governo de sua escolha. [...] **Como consequência da criação de instrumentos estatutários, chegamos ao ponto em que nosso país não será mais governado exclusivamente por um regime de minoria branca.** [...] Como vocês sabem, nosso povo ainda não elegeu um

governo democrático. **Portanto, é importante que o governo de minoria branca que permanece em nosso país não receba reconhecimento e seja tratado como se fosse representativo de todo o povo da África do Sul** (MANDELA, 1993, s.p., tradução nossa, grifo nosso).

A chegada a um acordo em relação às eleições gerais – bem como aos órgãos cuja função era garantir o bom andamento das votações – representava um marco importante no processo de transição política na África do Sul. Contudo, como exposto no excerto acima, Mandela utilizou seu discurso para lembrar que, ainda que o governo estivesse fazendo concessões à mesa de negociação, ele ainda não possuía legitimidade tanto por não ter sido eleito pela maioria da população quanto por seu papel na manutenção do regime de segregação racial.

No dia 02 de maio de 1994, os resultados antecipados para as eleições se confirmaram e o CNA angariou a maioria dos votos válidos. Em seu primeiro pronunciamento após seu partido ter conquistado a maioria parlamentar, Mandela realizou um balanço geral do início do processo de negociações até a realização de eleições gerais.

Esta é realmente uma noite alegre. Embora ainda não sejam finais, recebemos os resultados provisórios da eleição. Meus amigos, posso lhes dizer que estamos encantados com o apoio esmagador ao Congresso Nacional Africano. [...] Gostaria também de parabenizar o Presidente de Klerk pela forte participação, pela forte participação que o Partido Nacional obteve nesta eleição. **Também quero parabenizá-lo pelos muitos dias, semanas, meses e quatro anos em que trabalhamos juntos, discutimos e abordamos as pautas sensíveis, problemas e que, ao final de nossas discussões acaloradas, conseguimos apertar as mãos e tomar café.** [...] Para as pessoas da África do Sul e do mundo que estão assistindo: esta é realmente uma noite alegre para o espírito humano. Esta é a sua vitória também. Você ajudou a acabar com o *apartheid*; você ficou conosco durante a transição. [...] Estamos ansiosos para trabalhar juntos em um governo de unidade nacional. É um mandato claro de ação. **Implementar um plano para criar empregos, promover a paz e a reconciliação e garantir a liberdade para todos os sul-africanos** (MANDELA, 1994, s.p., tradução nossa, grifo nosso).

Na passagem acima, Mandela anuncia a vitória expressiva do CNA nas eleições gerais, o que, inevitavelmente, levaria à sua escolha como presidente da África do Sul. Além disso, também citou a participação dos eleitores do Partido Nacional, que representaram 20% do total de votos (CLARK; WORGGER, 2011). Apesar das várias discordâncias com o Partido Nacional, representado pelo presidente De Klerk, Mandela reconhece que o objetivo estabelecido no início das negociações, que era o da realização de uma transição política em direção ao fim do *apartheid*, havia sido atingido.

Ademais, merece destaque a ênfase dada à importância de um governo de unidade nacional. Para o CNA, o processo de reconciliação entre os cidadãos sul-africanos não poderia estar dissociado da recuperação econômica do país, visto que também representava a possibilidade da entrada de milhões de pessoas ao mercado de trabalho formal. Nesse sentido,

o termo “liberdade” usado por Mandela pode ser interpretado não apenas no sentido de liberdades civis, mas também de acesso à independência econômica e garantias sociais por parte do governo à população anteriormente excluída.

4.3 Conclusões

Ao longo deste capítulo, foram discutidas questões como o processo de formulação e implementação do regime do *apartheid*, os acontecimentos que levaram ao seu enfraquecimento, bem como a postura assumida tanto pelo Partido Nacional quanto pelo Congresso Nacional Africano durante o processo de negociações. Para tanto, optou-se por destacar trechos de discursos realizados pelo então presidente da África do Sul, Frederik Willem De Klerk, e pela figura central da oposição, Nelson Mandela, e, posteriormente, analisar tais excertos levando em consideração o contexto e o posicionamento ideológico de seus oradores.

Nesse sentido, após a análise dos discursos selecionados, pode-se observar que o início do processo de negociações para a transição política foi marcado por uma clara diferenciação de propostas e projetos entre o Partido Nacional e o CNA. De um lado, De Klerk liderou a iniciativa de tirar da ilegalidade movimentos oposicionistas ao regime de 1990, em uma tentativa de demonstrar uma abertura ao diálogo, mas sem fazer promessas a respeito da possibilidade de um voto popular no curto prazo. Mandela, por sua vez, logo após sua saída da prisão, afirmou que estratégias como a luta armada ainda se faziam necessárias e colocou-se à disposição das deliberações de seu partido.

Em seguida ao início formal das reuniões entre as partes, cujo marco temporal foi a primeira CODESA no final de 1991, tais distinções ficaram mais evidentes. Ao passo que os representantes do CNA – e outros grupos de oposição – advogavam pela promoção de uma Assembleia Constituinte que desse origem a um novo texto que considerasse a vontade dos cidadãos no processo em andamento, o Partido Nacional defendia a ideia de um sistema de *power sharing* antes que novos parlamentares fossem eleitos para dar seguimento à mudança constitucional.

Entretanto, fatores como o aprofundamento da crise econômica e o aumento da insegurança nos centros urbanos tornaram mais urgente a realização de concessões pelas partes envolvidas. Por meio da promoção de um referendo entre os cidadãos brancos em 1992, De Klerk ampliou sua margem de ação em relação a setores do Partido Nacional descontentes com

o processo de transição política. Por parte do CNA, umas das vitórias mais expressivas veio em 1993, quando foi acatada a pauta da realização de eleições gerais no ano seguinte.

Portanto, pode-se afirmar que, no decurso do processo de negociações, destacam-se alguns objetivos centrais dos principais representantes de cada lado. Para De Klerk, um dos principais desafios consistia em conciliar a missão de desvincular à imagem de seu partido do período mais intenso de segregação racial do *apartheid* com a garantia de condições que possibilitassem sua sobrevivência política nos governos seguintes. Em relação a esse último caso, pode ser citado o exemplo da tentativa de implementação de um veto às decisões de uma futura maioria parlamentar.

Para Nelson Mandela, a meta a ser alcançada era a inclusão formal de todos os sul-africanos impedidos do exercício de seus direitos civis devido ao *apartheid*. Nesse contexto, suas visitas a chefes de Estado e organizações internacionais faziam parte de uma estratégia de consolidação do apoio externo à luta contra o regime. Além disso, pode ser observada uma tentativa de personificação do CNA enquanto entidade responsável pela “libertação” do país, o que aumentaria as chances de uma constante vantagem política em relação a outros partidos, a exemplo do MPLA, em Angola, e do ZANU-PF, no Zimbábue.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como discutido no início deste trabalho, diversos estudos sobre transições políticas foram realizados desde a década de 1970, os quais privilegiaram, na maioria das vezes, países da América Latina e da Europa Oriental. Tais pesquisas, entretanto, se diferenciavam na medida em que utilizavam abordagens diferentes, sejam estas a escolha de um número maior ou menor de casos e variáveis, o peso dado a fatores econômicos ou a importância atribuída à agência de atores políticos. Nesse sentido, cada estudo baseava seu enfoque nas características específicas do processo em questão.

Nesse contexto, cabe também lembrar que as análises iniciais sobre transições políticas tendiam a ser macro-orientadas, isto é, levavam em consideração variáveis de grande abrangência econômica e social, como o nível de industrialização e crescimento econômico de um país. Contudo, as conclusões derivadas dessa abordagem passaram a ser consideradas deterministas e com baixa sustentação empírica, o que mudou o foco do estudo para variáveis como os pactos realizados por elites políticas e o peso das decisões de lideranças partidárias nos processos de transição, por exemplo.

No caso da transição para a democracia no Brasil, as pesquisas realizadas foram diretamente influenciadas pelas tendências dos estudos de outros casos na América Latina, nos quais eram considerados elementos como qualidade das lideranças e decisões de escolha racional. Além disso, era dada prioridade à condução de análises comparadas, uma vez que consiste em um dos métodos mais adequados para a identificação de especificidades e generalizações de processos que, à primeira vista, podem parecer semelhantes.

Por outro lado, no caso da África do Sul – e de vários outros exemplos no continente africano –, a investigação sobre transições políticas não estava dissociada dos estudos acerca do processo de formação do Estado. Como exposto anteriormente, os anos 1960 e 1970 foram marcados por uma forte onda de descolonização e, para diversos destes países, se tratava da primeira experiência com um governo democrático. Dessa maneira, se fazia necessária a adequação ou formulação de novos conceitos acerca de democracia e democratização, os quais considerassem a realidade distinta das transições políticas na África.

É importante destacar algumas diferenças centrais entre os casos escolhidos para a realização da presente pesquisa. No Brasil, o regime autoritário que se estendeu de 1964 a 1985 foi instaurado por meio de um golpe cívico-militar, o qual caracterizava uma resposta de setores da direita política em relação às reformas sociais propostas pelo então presidente, João Goulart.

Por sua vez, o sistema do *apartheid*, vigente na África do Sul desde 1948, tinha sua base na defesa da supremacia branca e na segregação da maior parte da população sul-africana, a qual era deliberadamente privada de direitos civis pela minoria branca e excluída de diversos âmbitos da vida social.

Além disso, havia distinções no que diz respeito aos grupos de oposição ao regime. No caso brasileiro, embora se tratasse de um sistema baseado na intimidação e repressão de oposicionistas, foi construída uma “fachada democrática” por meio da implementação do bipartidarismo. Desse modo, havia a divisão entre a Aliança Renovadora Nacional, partido governista, e o Movimento Democrático Brasileiro. No contexto sul-africano, de outra parte, movimentos de oposição ao regime eram considerados ilegais, tendo em vista a impossibilidade de a população negra exercer seus direitos políticos. Assim, não era permitido que tais grupos realizassem manifestações contrárias ao governo no âmbito do Parlamento, por exemplo.

No que diz respeito às transições para a democracia em si, como é característico de estudos comparados, podem ser destacados pontos semelhantes, bem como aspectos diferentes entre os dois processos em questão. Como demonstrado pela discussão realizada ao longo do trabalho, tanto o caso brasileiro quanto o sul-africano tiveram início por meio de uma iniciativa do regime em encabeçar o processo de abertura política, embora os contextos nos quais isso ocorreu tenha sido distinto. No Brasil, os militares ainda contavam com certos recursos políticos que permitiam o controle do processo, enquanto na África do Sul, o regime do *apartheid* estava mais deteriorado devido à profunda crise econômica e aos altos níveis de insegurança no país.

Ademais, podem ser observadas algumas similaridades entre as reivindicações públicas dos grupos de oposição nos dois países. No caso do MDB, especialmente após as eleições de 1982, havia um consenso de que o modo mais legítimo de concluir o processo de transição seria por meio da realização de eleições diretas para o governo civil, visto que representariam a expressão da vontade popular. O CNA, por sua vez, justificava a necessidade de um novo texto constitucional que substituísse o que estava vigente – baseado no princípio de segregação racial –, sob o argumento de que a negociação de outras pautas não faria sentido se a maior parte da população sul-africana continuasse à margem da vida política.

No que concerne às principais diferenças entre os dois casos, podem ser elencados alguns tópicos principais. Em relação ao tempo de duração dos processos de transição, pode-se afirmar que o caso brasileiro foi caracterizado por uma gradualidade, tendo em vista a passagem de cerca de 11 anos desde o início da abertura política no Governo Geisel até o fim do Governo

Figueiredo. Tal característica proporcionou aos militares mais tempo para defenderem suas demandas e, desse modo, trabalharem para garantir sua sobrevivência política no governo seguinte. Na África do Sul, por outro lado, as negociações ocorreram de forma relativamente rápida. Embora o regime não tenha entrado em completo colapso, a conclusão do processo ocorreu apenas quatro anos depois da mudança de status dos movimentos de oposição em 1990.

Cabe também ressaltar a diferença entre os chamados recursos possuídos pelos regimes nos dois países. No Brasil, mesmo que os meados da década de 1980 tenham sido marcados por altos índices de inflação, a década anterior havia sido marcada por um período de crescimento econômico expressivo. Além disso, embora algumas ditaduras militares na região estivessem chegando ao fim – ou já tivessem acabado, como no caso da Argentina –, havia um grau menor de pressão externa para a dissolução do regime. Na África do Sul, a conjuntura econômica tinha se agravado em virtude de gastos militares dentro e fora do território sul-africano, os quais eram somados aos impactos das sanções internacionais. Nesse sentido, existia uma maior pressão por parte de outros países, especialmente no que dizia respeito às alegações de violação aos direitos humanos.

Há também diferenças em relação aos grupos de oposição ao regime do *apartheid* e à ditadura militar brasileira. Na África do Sul, embora entidades como o Partido Comunista Sul-Africano e o Congresso Pan-Africanista tenham participado ativamente da luta contra o *apartheid*, a liderança da oposição durante as negociações era centrada no CNA e, mais especificamente, em Nelson Mandela. Assim, havia uma espécie de personificação da oposição na figura do ativista. No caso brasileiro, embora existissem quadros de oposição proeminentes, como Ulysses Guimarães e Tancredo Neves, o questionamento às pautas dos militares era realizado pelos políticos do MDB e demais partidos em suas respectivas instâncias.

Nesse contexto, também chama a atenção a dinâmica existente entre regime e oposição em cada um dos casos. No Brasil, como mencionado anteriormente, políticos de oposição tinham o espaço do Congresso para apresentarem suas demandas e discordâncias em relação ao processo de transição política. Dessa maneira, especialmente antes das eleições de 1982, havia uma espécie de reação às decisões tomadas pelo regime nesse âmbito. Na África do Sul, por seu turno, as negociações entre os representantes do Governo De Klerk e as lideranças da oposição eram organizadas de acordo com grupos de trabalho e eram realizadas em ambientes destinados a este fim específico, como foi o caso das reuniões da CODESA em 1991 e 1992.

Em se tratando dos discursos realizados pelos presidentes de ambos os países durante os períodos de transição política, podem ser observadas algumas similaridades. De início, há certa semelhança nas justificativas para a existência de seus respectivos regimes. No caso brasileiro, nota-se nas falas de Figueiredo uma constante reafirmação da necessidade de uma sociedade livre e democrática, sendo que o alcance de tal sociedade seria o objetivo central dos militares. Na África do Sul, embora reconhecesse que um sistema nos moldes do *apartheid* não pudesse continuar a existir, De Klerk fazia referência ao início da chamada “política de desenvolvimento separado” como uma busca por justiça.

Uma segunda similitude entre os discursos dos dois presidentes é a utilização de referências a normas e valores morais. Em seus pronunciamentos, era comum que De Klerk afirmasse que as propostas apresentadas pelo Partido Nacional seriam aceitas por todos os “sul-africanos sensatos” (*reasonable South Africans*). Somada a isto, estava a reafirmação de sua fé no auxílio divino concedido durante as negociações com a oposição. De modo similar, Figueiredo argumentava que a ameaça aos valores tradicionais brasileiros havia sido uma das principais razões para a instauração da ditadura militar, além de também contar com a “ajuda de Deus” durante o processo de transição.

A descrição, por parte dos presidentes, da população de ambos os países por meio de características como “pacíficos”, “ordeiros” e, ainda, de “boa índole” pode ser interpretada como uma tentativa de destacar as qualidades dos cidadãos e retratá-los como merecedores de um governo justo – na visão do regime. Quando utilizados pela oposição, tais adjetivos servem para reforçar a ideia de que a submissão a um regime que os privava de direitos fundamentais era incompatível com esses povos.

Ainda, ambos os casos possuem uma afinidade no que diz respeito à tentativa de desassociar os regimes de suas ações mais controversas. A Lei da Anistia brasileira, por exemplo, foi caracterizada por Figueiredo como uma oportunidade de silenciar certos eventos em nome da “paz da família brasileira”. Na África do Sul, De Klerk não raramente se referia à segregação racial que pautava o *apartheid* como se esta tivesse ocorrido há muito tempo, além de afirmar que o Partido Nacional era contrário à dominação por parte de qualquer grupo. Assim, pode-se observar tanto uma espécie de negacionismo – especialmente por parte dos militares brasileiros – quanto uma tentativa de desvinculação dos aspectos mais condenados de seus regimes.

Além disso, há uma aberta condenação da chamada “ideologia marxista” nos dois casos. Como tratado nos capítulos anteriores, a retórica antimarxista havia sido utilizada tanto como justificativa para instauração da ditadura militar no Brasil como para a concessão de apoio ao regime sul-africano durante a maior parte da Guerra Fria. Enquanto De Klerk fazia menção à desintegração da União Soviética e à crise econômica de países do Leste Europeu como provas do “fracasso do marxismo”, Figueiredo se referia àqueles que estavam no poder antes dos militares como políticos com interesses contrários ao país.

Nesse contexto, o termo “ideológico” – assim como suas variações – é retratado como algo intrinsecamente negativo. De maneira semelhante ao descrito por Van Dijk (2013), o que era defendido pelo grupo era baseado na verdade, ao passo que aquilo defendido pelos outros era ideológico. Figueiredo, por exemplo, afirmou em um de seus discursos que existia uma submissão ideológica por parte de setores da oposição, os quais não levariam em consideração o que era melhor para o país. De Klerk, por sua vez, buscava dissociar seu partido da ideia de uma “obsessão ideológica” pela crença na superioridade racial, além de atribuir a esta a maioria dos entraves no processo de transição política.

Chama a atenção, também, a semelhança nos discursos dos dois presidentes no que diz respeito à condenação pública de atos de violência, especialmente quando era sabido que haviam sido conduzidos por grupos de oposição. De Klerk fez referência – mais de uma vez – aos “atos terroristas” cometidos por setores dos movimentos de oposição, enfatizando que estes representavam um dos principais impeditivos para o avanço das negociações. No Brasil, a exaltação de princípios como a ordem por parte do regime militar era refletida em falas de Figueiredo que comparavam ações da oposição a “alienações deformadoras”. No entanto, em nenhum dos casos era feita menção ao uso desproporcional da força pelas forças estatais.

Por outro lado, uma das principais diferenças entre os dois presidentes – e que viria a influenciar a postura adotada durante seus discursos – estava no contexto de sua ascensão ao poder. No caso de Figueiredo, seu nome havia sido indicado por Ernesto Geisel e, em seguida, confirmado pelo Colégio Eleitoral. Tendo em vista que a abertura política havia sido iniciada ainda no governo anterior, o presidente tinha certa margem de ação para aprofundar o processo e dar seguimento à estratégia de ação dos militares. Embora a “linha dura” do regime fosse contrária à uma transição com muitas concessões à oposição, a nomeação de alguns de seus integrantes a altos cargos do governo possibilitou que acompanhassem as mudanças mais de perto.

Na África do Sul, a ascensão de De Klerk à presidência tinha sido marcada por certa controvérsia, a qual teve início com sua eleição para líder do Partido Nacional em detrimento do nome indicado pelo então presidente, P. W. Botha. Além disso, a renúncia de Botha, em agosto de 1989, ocorreu em meio a afirmações do presidente de que possuiria direito de permanecer no cargo até o ano seguinte. Nesse sentido, De Klerk tinha a missão de conciliar os objetivos a serem alcançados para a transição política com as demandas de setores mais conservadores de seu partido, que temiam estar cedendo demasiado poder ao CNA.

A comparação realizada entre as principais variáveis dos dois casos analisados pode ser observada no quadro abaixo:

Quadro 1 – Comparação de variáveis das transições políticas no Brasil e na África do Sul

VARIÁVEL	BRASIL	ÁFRICA DO SUL
Período da transição	1974-1985 (11 anos).	1990-1994 (4 anos).
Tipo de regime	Ditadura militar.	Governo de minoria branca.
Tipo de transição (SANTOS, 2007)	Transição por transação.	Mescla entre transição por transação e transição por colapso.
Experiências democráticas anteriores	Sim (1945-1964).	Não.
Oposição legal durante o regime	Sim.	Somente a partir de 1990.
Principal grupo de oposição	Movimento Democrático Brasileiro (MDB).	Congresso Nacional Africano (CNA).
Iniciativa da transição	Presidente Geisel.	Presidente De Klerk.
Conjuntura econômica	Altos índices de inflação.	Crise generalizada ocasionada por gastos militares e sanções internacionais.
Ambiente de discussões	Congresso Nacional.	Convenções e grupos de trabalho.
Principal reivindicação da oposição	Eleições diretas.	Novo texto constitucional.
Ideologia(s) do regime	Antimarxismo, valores cristãos e liberalismo econômico.	Antimarxismo, supremacia branca e liberalismo econômico.
Visão sobre “elementos ideológicos”	Ideologia como “inimiga da democracia”.	Ideologia como “obsessão” contrária aos interesses do país.

Fonte: elaboração própria.

Devido ao peso da participação de lideranças do regime no processo de transição política tanto no Brasil quanto na África do Sul, pode-se observar uma influência direta nos moldes dos governos que se seguiram. No caso brasileiro, embora Tancredo Neves tenha sido eleito para o cargo de presidente pelo Colégio Eleitoral, seu falecimento levou à ascensão de José Sarney ao cargo em 1985. Tendo em vista seu pertencimento ao Partido Democrático Social, sua posse foi vista como um desfecho não satisfatório de um processo que objetivava o estabelecimento de um governo civil.

Além disso, o novo texto constitucional foi aprovado apenas três anos depois, em 1988, e estabeleceu que eleições diretas para o cargo de Presidente da República fossem realizadas em novembro do ano seguinte. Dentre os principais candidatos, estavam Leonel Brizola (Partido Democrático Trabalhista), Luiz Inácio Lula da Silva (Partido dos Trabalhadores) e Fernando Collor (Partido da Reconstrução Nacional). A vitória de Collor representou o início de um período neoliberal da política brasileira, cujo alinhamento aos princípios econômicos propostos pelos Estados Unidos estava de acordo com o que era defendido durante os últimos governos da ditadura militar.

Na África do Sul, a eleição de Nelson Mandela, em 1994, representou o fim de décadas de domínio político por parte do Partido Nacional. Entretanto, durante o Governo de Unidade Nacional (1994-1997), De Klerk ocupou um dos cargos de vice-presidente – a outra vaga foi ocupada por Thabo Mbeki, do CNA – e se posicionou contra iniciativas de justiça restaurativa, como a Comissão de Verdade e Reconciliação (CLARK; WORGER, 2011). Ademais, o governo de Mandela também adotou uma postura de abertura econômica, ao invés de uma abordagem mais independentista de desenvolvimento econômico, como era esperado por alguns setores do CNA.

O tema explorado ao longo deste trabalho também pode ser utilizado para reflexão acerca de fenômenos políticos atuais, como o reaparecimento da retórica militarista e de direita no Brasil. Bauer (2019) argumenta que discursos como os do atual Presidente da República, Jair Bolsonaro, surgem em um contexto de recuperação de memórias sobre o período da ditadura militar brasileira, a qual tem como objetivo resgatar uma identidade nacional específica. Nesse sentido, pode-se afirmar que a impunidade gerada pela ausência de mecanismos fortes de justiça de transição possibilita que a memória também seja um espaço de disputa.

Ademais, também há margem para pesquisas futuras que englobem outros aspectos relacionados às transições políticas. Observa-se, por exemplo, que em grande parte dos casos de transição para a democracia – especialmente em regiões como América do Sul e África – observa-se uma convivência entre a inclusividade política de uma democracia formal e a permanência de uma acentuada desigualdade social. Esta questão pode influenciar, por sua vez, a percepção que os próprios cidadãos possuem acerca da democracia em vigor. Dessa maneira, caberia investigar de que forma diferentes modelos de transição para a democracia e implementação de instituições políticas levam a diferentes níveis de adesão a valores democráticos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADLER, Glenn; WEBSTER, Eddie. Challenging Transition Theory: the labor movement, radical reform and transition to democracy in South Africa. **Politics and Society**, v. 23. n. 01, 1995.

ALMOND, G.; VERBA, S. **The civic culture: political attitudes and democracy in five nations**. Princeton: Princeton University Press, 1989.

ARTURI, Carlos. O debate teórico sobre mudança de regime político: o caso brasileiro. **Revista de Sociologia Política**, n. 17, 2001.

BADIE, Bertrand; HERMET, Guy. **Política comparada**. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica, 1993.

BANEGAS, Richard. Les transitions démocratique: mobilisations collectives et fluidité politique. **Cultures & Conflits**, n. 12, 1993.

BAUER, Caroline. La dictadura cívico-militar brasileña en los discursos de Jair Bolsonaro: usos del pasado y negacionismo. **Relaciones Internacionales**, n.57, 2019.

BOIX, Carles. **Democracy and redistribution**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Ata da 291ª Sessão Conjunta, em 21 de novembro de 1979**. 1979. Disponível em:

<http://imagem.camara.gov.br/dc_20.asp?selCodColecaoCsv=J&txPagina=3100&DataIn=22/11/1979&txSuplemento=#/>. Acesso em 20 nov. 2019.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Ata da 33ª Sessão da 2ª Sessão Legislativa Da 47ª Legislatura, em 24 de abril de 1984**. 1984. Disponível em:

<<http://imagem.camara.gov.br/montaPdf.asp?narquivo=DCD25ABR1984.pdf&npagina=69>>. Acesso em 20 nov. 2019.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Ata da 98ª Sessão Da 1ª Sessão Legislativa da 47ª Legislatura, em 24 de agosto de 1983**. 1983. Disponível em:

<<http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD25AGO1983.pdf#page=71>>. Acesso em 20 nov. 2019.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Ata da 9ª Sessão da 3ª Sessão Legislativa (Convocação Extraordinária) da 46ª Legislatura em 17 de dezembro de 1981**. 1981. Disponível em:

<<http://imagem.camara.gov.br/montaPdf.asp?narquivo=DCD18DEZ1981.pdf&npagina=26>>. Acesso em 20 nov. 2019.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Tancredo Neves: Coletânea de Discursos**. Brasília: Edições Câmara, 2010.

CARDOSO, Fernando Henrique. Associated-Dependent Development and Democratic Theory. In: STEPAN, Alfred. **Democratizing Brazil: Problems of Transition and Consolidation**. Oxford: Oxford University Press, 1989.

CLARK, Nancy; WORGER, William. **South Africa: the rise and fall of apartheid**. Oxford: Taylor & Francis, 2011.

CODATO, Adriano. Uma história política da transição brasileira: da ditadura militar à democracia. **Revista de Sociologia Política**, n. 25, 2005.

COLLIER, David. El método comparativo: dos décadas de cambios. In: SARTORI, Giovanni; MORLINO, Leonardo (orgs.). **La comparación en las Ciencias Sociales**. Madrid: Alianza Editorial, p. 51-79, 2002.

DAVIES, Robert; O'MEARA, Dan. Total strategy in Southern Africa: an analysis of South African regional policy since 1978. **Journal of Southern African Studies**, v.11, n.2, 1985.

ESPING-ANDERSEN, Gosta. As três economias políticas do Welfare State. **Lua Nova**, n. 24, p. 85-116, 1991.

FOLHA DE S.PAULO. 1983: Protesto de desempregados em São Paulo deixa 1 morto e 566 detidos. 2018. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/banco-de-dados/2018/04/1983-protesto-de-desempregados-em-sao-paulo-deixa-1-morto-e-566-detidos.shtml>>. Acesso em 17 nov. 2019.

FW DE KLERK FOUNDATION. **Debate regarding the address of the Acting State President as new leader of the National Party**. 1989. Disponível em: <<https://www.fwdeklerk.org/index.php/en/historically-significant-speeches?download=58:speech-8-february-1989>>. Acesso em 20 maio 2019.

FW DE KLERK FOUNDATION. **Introductory comments during first session of CODESA**. 1991. Disponível em: <<https://fwdeklerk.org/index.php/en/historically-significant-speeches?download=61:speech-20-december-1991>>. Acesso em 20 maio 2019.

FW DE KLERK FOUNDATION. **Presentation of the Nobel Peace Prize**. 1993. Disponível em: <<https://fwdeklerk.org/index.php/en/historically-significant-speeches?download=63:speech-10-december-1993>>. Acesso em 20 maio 2019.

FW DE KLERK FOUNDATION. **Results of referendum**. 1992. Disponível em: <<https://fwdeklerk.org/index.php/en/historically-significant-speeches?download=62:speech-18-march-1992>>. Acesso em 20 maio 2019.

FW DE KLERK FOUNDATION. **Speech in reaction to the 1994 election results**. 1994. Disponível em: <<https://fwdeklerk.org/index.php/en/historically-significant-speeches?download=64:speech-2-may-1994>>. Acesso em 20 maio 2019.

FW DE KLERK FOUNDATION. **The speech that opened the door to constitutional negotiations**. 1990. Disponível em: <<https://www.fwdeklerk.org/index.php/en/historically-significant-speeches?download=60:speech-2-february-1990>>. Acesso em 20 maio 2019.

GELDENHUYS, Deon. Some Foreign Policy Implications of South Africa's "Total National Strategy", with particular reference to the "12-point plan". **The South African Institute of International Affairs**. 1981.

GELDENHUYS, Deon; KOTZÉ, Hennie. P.W. Botha as decision maker: a preliminary study of personality and politics. **Politikon**, v.12, n.1, 1985.

GILIOMEE, Hermann. Democratization in South Africa. **Political Science Quarterly**, v. 110, n. 01, 1995.

GILIOMEE, Hermann; MYBURGH, James; SCHLEMMER, Laurence. Dominant Party Rule, Opposition Parties and Minorities in South Africa. **Taylor & Francis**, 2001.

GRAHAM, Matthew. Foreign Policy in Transition: The ANC's Search for a Foreign Policy Direction during South Africa's Transition, 1990–1994. **The Round Table: The Commonwealth Journal of International Affairs**, v. 101, n.5, 2012.

GROSESCU, Raluca. Une analyse critique de la transitologie: valeurs heuristiques, limites d'interprétation et difficultés méthodologiques. **Studia Politica: Romanian Political Science Review**, v. 12, n.03, 2012.

HERBST, Jeffrey. **States and power in Africa**. Princeton: Princeton University Press, 2000.

HERMET, Guy. As transições democráticas no século XX: comparação entre América Latina e Leste europeu. In: ABREU, A. (Org.). **Transição em fragmentos: desafios da democracia no final do século XX**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

HUNTINGTON, Samuel. **A terceira onda: a democratização no final do século XX**. São Paulo: Ática, 1994.

JOSEPH, Richard. Democratization in Africa after 1989: Comparative and Theoretical Perspectives. **Comparative Politics**, v. 29, n. 3, 1997.

KARL, T.; SCHMITTER, P. Les modes de transition en Amérique Latine, en Europe du Sud et de l'Est. **Revue Internationale des Sciences Sociales**, n. 128, 1991.

LESSA, R. Reflexões sobre a gênese de uma democracia banal. In: DINIZ, E.; BOSCHI, R.; LESSA, R. **Modernização e consolidação democrática no Brasil: dilemas da Nova República**. São Paulo: Vértice, 1989.

LINZ, J.; STEPAN, A. **Problems of Democratic Transitions and Consolidation: Southern Europe, South America and Post Communism**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1995.

LINZ, Juan. The transition from an authoritarian regime to democracy in Spain: some thoughts for Brazilians. **Conference on Democratizing Brazil**, Yale University, 1983.

MAINWARING, S. Transition to Democracy and Democratic Consolidation: Theoretical and Comparative Issues. In: MAINWARING, S.; O'DONNELL, G.; VALENZUELA, A. **Issues in Democratic Consolidation: The New South American Democracies in Comparative Perspective**. Notre Dame: University of Notre Dame Press, 1992.

MANBY, Bronwen. South Africa: The Impact of Sanctions. **Journal of International Affairs**. V.46, n.1, 1992.

MANDELA, Nelson. **Address to CODESA by Comrade Nelson R Mandela, President of the ANC**. 1991. Disponível em:

<http://db.nelsonmandela.org/speeches/pub_view.asp?pg=item&ItemID=NMS069&txtstr=aparththeid>. Acesso em 09 dez. 2019.

MANDELA, Nelson. **Nelson Mandela's address to rally in Cape Town on his release from prison**. 1990. Disponível em:

<http://db.nelsonmandela.org/speeches/pub_view.asp?pg=item&ItemID=NMS016&txtstr=aparththeid>. Acesso em 09 dez. 2019.

MANDELA, Nelson. **Speech by Nelson Mandela announcing the ANC election victory**. 1994. Disponível em:

<http://db.nelsonmandela.org/speeches/pub_view.asp?pg=item&ItemID=NMS174&txtstr=aparththeid>. Acesso em 09 dez. 2019.

MANDELA, Nelson. **Statement of the President of the African National Congress, Nelson R Mandela, at the United Nations**. 1993. Disponível em:

<http://db.nelsonmandela.org/speeches/pub_view.asp?pg=item&ItemID=NMS153&txtstr=aparththeid>. Acesso em 09 dez. 2019.

MANDELA, Nelson. **Statement of the President of the ANC, Nelson Mandela, at the 28th Assembly of Heads of State and Government of the OAU**. 1992. Disponível em:

<http://db.nelsonmandela.org/speeches/pub_view.asp?pg=item&ItemID=NMS109&txtstr=aparththeid>. Acesso em 09 dez. 2019.

MARQUES, Teresa Cristina Schneider. Transições políticas na América Latina em perspectiva comparada. **Pensamento plural**, v. 06, 2010.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. Edição e tradução de domínio público, 1932. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cv000003.pdf>>. Acesso em 29 nov. 2019.

MATTES, Robert. South Africa: democracy without the people? **Journal of Democracy**, v.13, n.1, 2002.

MEMORIAL DA DEMOCRACIA. **Novo pacote tenta fazer o PDS vencer**. s.d. Disponível em: <<http://memorialdademocracia.com.br/card/novo-pacote-tenta-fazer-o-pds-vencer>>. Acesso em 10 dez. 2019.

MENDONÇA, Hélio Magalhães de. South African Foreign Policy, 1945-1999. p. 11-90. In: GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. **Brazilian Views on South African Foreign Policy**. Brasília: FUNAG, 2000.

MIGUEL, Luis Felipe. Caminhos e descaminhos da experiência democrática no Brasil. **Sinais Sociais**, v. 11, n. 33, p. 99-130, 2017.

MORLINO, Leonardo. Problemas y opciones en la comparación. In: SARTORI, Giovanni; MORLINO, Leonardo (orgs.). **La comparación en las Ciencias Sociales**. Madrid: Alianza Editorial, 2002. p. 13-28.

NOBEL PEACE PRIZE. **The Nobel Peace Prize 1993**. 1993. Disponível em: <<https://www.nobelprize.org/prizes/peace/1993/press-release/>>. Acesso em 09 dez. 2019.

NOHLEN, D.; THIBAUT, B. Investigación sobre la transición em América Latina: enfoques, conceptos, tesis. **Arbeitspapier**, n. 11, 1994.

NTSEBEZA, Lungisile. Democratization and Traditional Authorities in the New South Africa. **Comparative Studies of South Asia, Africa and the Middle East**, v. 19, n. 01, 1999.

O'DONNELL, Guillermo. Delegative Democracy. **Journal of Democracy**, v. 5, n. 01, 1994.
O'DONNELL, Guillermo. Transição democrática e políticas sociais. **Revista de Administração Pública**, v. 21, n. 04, 1987.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **05 de outubro de 1984 - Discurso à nação brasileira em cadeia nacional de rádio e televisão**. 1984d. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/jb-figueiredo/discursos/1984/43.pdf/view>>. Acesso em 21 maio 2019.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **09 de abril de 1983 - Discurso dirigido ao povo brasileiro através de rede nacional de rádio e televisão**. 1983. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/jb-figueiredo/discursos/1983/15.pdf/view>>. Acesso em 21 maio 2019.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **15 de março de 1979 - Discurso ao receber a faixa presidencial das mãos do Presidente Ernesto Geisel**. 1979a. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/jb-figueiredo/discursos/1979/01.pdf/view>>. Acesso em 21 maio 2019.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **16 de abril de 1984 - Discurso do Presidente João Figueiredo por ocasião da reunião com os ministros de estado quando do envio da emenda à constituição ao Congresso Nacional**. 1984b. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/jb-figueiredo/discursos/1984/20.pdf/view>>. Acesso em 21 maio 2019.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **27 de junho de 1979 - Discurso ao assinar mensagem sobre anistia**. 1979b. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/jb-figueiredo/discursos/1979/14.pdf/view>>. Acesso em 21 maio 2019.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **28 de dezembro de 1984 - Discurso à nação brasileira em cadeia nacional de rádio e televisão**. 1984e. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/jb-figueiredo/discursos/1984/59.pdf/view>>. Acesso em 21 maio 2019.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **29 de setembro de 1984 - Discurso por ocasião da posse da diretoria da FIESP**. 1984c. Disponível em:

<<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/jb-figueiredo/discursos/1984/42.pdf/view>>. Acesso em 21 maio 2019.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. 31 de março de 1980 - Discurso à nação brasileira pela passagem do décimo sexto aniversário da revolução. 1980. Disponível em:

<<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/jb-figueiredo/discursos/1980/13.pdf/view>>. Acesso em 21 maio 2019.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. 31 de março de 1982 - Discurso à nação brasileira por ocasião do 18º aniversário da revolução. 1982. Disponível em:

<<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/jb-figueiredo/discursos/1982/28.pdf/view>>. Acesso em 21 maio 2019.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. 31 de março de 1984 - Discurso à nação brasileira por ocasião do 20º aniversário da revolução. 1984a. Disponível em:

<<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/jb-figueiredo/discursos/1984/13.pdf/view>>. Acesso em 21 maio 2019.

PRZEWORSKI, Adam. Some problems in the study of the transition to democracy. **Transitions from authoritarian rule: conference papers**, 1986.

RICOEUR, Paul. **A ideologia e a utopia**. São Paulo: Autêntica, 2017.

RIZZI, Kamilla Raquel; SCHÜTZ, Nathaly Xavier. Política Externa da Nova África do Sul: Reinserção e Afirmação Regional. p. 181-201. **Austral: Revista Brasileira de Estratégia & Relações Internacionais**. Porto Alegre, v.3, n.5, Jan-Jun., 2014.

SANTOS, André Marenco dos. Devagar se vai ao longe? A transição para a democracia no Brasil em perspectiva comparada. In: MELO, C.; SAÉZ, M. (Orgs.). **A democracia brasileira: balanço e perspectivas para o século 21**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

SANTOS, W. El siglo de Michels: competencia oligopólica, lógica autoritaria y transición en America Latina. In: CAVAROZZI, M.; GARRETON, M. Muerte y resurrección. **Los partidos políticos en el autoritarismo y las transiciones en el Cono Sur**. Santiago: FLACSO, 1988.

SARTORI, Giovanni. Comparación y método comparativo. In: SARTORI, Giovanni; MORLINO, Leonardo (orgs.). **La comparación en las Ciencias Sociales**. Madrid: Alianza Editorial, 2002. p. 29-49.

SCHWINN, Simone Andrea; SCHMIDT, João Pedro. Da ditadura à democracia: a inacabada transição brasileira. **Revista Reflexão e Ação**, v.23, n.2, 2015.

STEPAN, Alfred. **Rethinking military politics: Brazil and the Southern Cone**. Princeton: Princeton University Press, 1988.

VAN DIJK, Teun. Ideology and Discourse. In: FREEDEN, M.; SARGENT, L.; STEARS, M. (orgs.). **The Oxford Handbook of Political Ideologies**. Oxford: Oxford University Press, 2013.

VAN DIJK, Teun. **Ideology: A Multidisciplinary Approach**. Londres: Sage Publications, 1998.

VITULLO, Gabriel. Transitologia, consolidologia e democracia na América Latina: uma revisão crítica. **Revista de Sociologia Política**, n. 17, 2001.

WEBER, Max. **Economia e sociedade**. Brasília: Editora da UnB, 1999.